



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Reunião Externa/Audiência Pública	Nº: 0075A/13	DATA: 28/02/2013
INÍCIO: 11h55min	TÉRMINO: 18h51min	DURAÇÃO: 06h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h55min	PÁGINAS: 142	QUARTOS: 72

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELSON SANTIAGO – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.
MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA – Secretária de Política de Mulheres do Estado do Acre.
MARCELA CRISTINA OZÓRIO – Promotora de Justiça do Estado do Acre.
JOANA D´ARC VALENTE SANTANA – Advogada.
ILCELENA DE SOUZA QUEIROZ – Defensora Pública Federal, representante da Defensoria Pública da União.
NILSON MOURÃO – Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre.
ALMIR FERNANDES BRANCO – Promotor de Justiça.
MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA – Delegado de Polícia Federal.
CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA – Procurador de Justiça e Coordenador da Defesa da Infância e da Juventude do Estado do Acre.
FÁBIO FABRÍCIO PEREIRA SILVA – Representante da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Rio Branco, Maria das Dores de Sousa.
ANTÔNIA SALES – Deputada Estadual do Acre.
WALTER PRADO – Deputado Estadual do Acre.
MARILEIDE SERAFIM – Deputada Estadual.
MARIANO JORGE DE SOUZA MELO – Promotor de Justiça.
JOCIVAN SANTOS – Representante do Movimento dos Direitos Humanos no Acre.
JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - acusado de participar de uma rede de agenciadores de prostituição infantil no Acre pela Operação Delivery.
FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - acusado de participar de uma rede de agenciadores de prostituição infantil no Acre pela Operação Delivery.
ADRIANO NASCIMENTO MACEDO FILHO - acusado de participar de uma rede de agenciadores de prostituição infantil no Acre pela Operação Delivery.

SUMÁRIO: Oitiva de convidados sobre o tráfico de pessoas para exploração sexual no Estado do Acre.

OBSERVAÇÕES

Reunião Externa realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Acre.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Sparkling - grafia não confirmada.
Reunião suspensa por queda de energia elétrica.
A reunião não foi encerrada formalmente.



O SR. APRESENTADOR (Raimundo Mendonça de Barros Neto) - Senhores e senhores, muito bom dia. É com muita honra que damos início aqui à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. É a CPI do Tráfico de Pessoas no Brasil da Câmara dos Deputados.

Convidamos para compor a Mesa: o Exmo. Sr. Deputado Estadual Elson Santiago, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre; o Exmo. Sr. Deputado Federal Arnaldo Jordy, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Pessoas no Brasil — o Deputado Arnaldo Jordy é do Pará; o Exmo. Sr. Deputado Federal da Paraíba, Luiz Couto, Primeiro-Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico de Pessoas no Brasil; a Exma. Sra. Deputada Federal Carmen Zanotto, do Estado de Santa Catarina; o Exmo. Sr. Deputado Federal José Augusto Maia, do Estado de Pernambuco; a Exma. Sra. Deputada Federal Antônia Lúcia, do Estado do Acre; o Exmo. Sr. Deputado Federal Flaviano Melo, do Estado do Acre; o Exmo. Sr. Deputado Federal Gladson Cameli, do Estado do Acre.

Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Estadual Elson Santiago, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

O PRESIDENTE (Elson Santiago) - Bom dia a todos.

Sob a proteção de Deus, damos início aos nossos trabalhos. Declaro aberta a presente audiência pública.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Arnaldo Jordy, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Tráfico de Pessoas no Brasil; o Exmo. Deputado Federal Luiz Couto, Primeiro-Vice-Presidente da Comissão; a Deputada Federal Carmen Zanotto, do Estado de Santa Catarina; o Deputado Federal José Augusto Maia, do Estado de Pernambuco; a Deputada Federal Antônia Lúcia, de nosso Estado do Acre; o Deputado Federal Flaviano Melo, também do nosso Estado do Acre; o Deputado Federal Gladson Cameli, também do Estado do Acre.

Senhoras e senhores, bom dia novamente. A Assembleia Legislativa do Acre, no dia de hoje, recebe a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos



Deputados destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis.

O tráfico de pessoas consiste numa série de ações criminosas que atentam contra a dignidade humana e os mais primordiais direitos do cidadão brasileiro. E nós, representantes do povo, precisamos debater e combater esse problema sem medir esforços, buscando identificar e penalizar os responsáveis.

Em nome do Poder Legislativo acreano, saúdo os Deputados Federais e servidores da Câmara dos Deputados que se dispuseram a vir à fronteira mais oeste do Brasil, com esse intuito de realizar diligência e audiência pública sobre essa temática.

Bem-vindos à Casa do Povo do Acre.

Neste momento, eu quero passar a direção dos trabalhos ao Deputado Federal Arnaldo Jordy, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal sobre o tráfico de pessoas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas.

Eu queria agradecer aqui as palavras ao Presidente desta Casa e, em seu nome, agradecer a todos os Deputados e Deputadas Estaduais aqui do Acre com assento nesta Assembleia Legislativa, pela hospitalidade, por nos acolherem hoje aqui. A CPI, desde que foi instalada, tem procurado prestigiar os Poderes Legislativos dos Estados, independente de partido, de alinhamentos políticos ou de qualquer outra natureza, porque entendemos que é a Casa do povo e ela deve ser prestigiada no sentido de debater temas que sejam de interesse da sociedade, da comunidade.

Nós estamos tratando de um tema extremamente caro para a sociedade brasileira, que é o tráfico de pessoas como um dos componentes de uma cultura que pouco valoriza a dignidade humana. Historicamente, isso está traduzido nas nossas leis, no nosso Código Penal, na cultura institucional do Estado brasileiro e da sociedade, de certa forma. É muito mais fácil valorizar o crime patrimonial, o crime de bens, o tráfico de armas; o tráfico de drogas é muito mais valorizado enquanto prática criminosa no nosso arcabouço jurídico do que o crime praticado contra a dignidade humana. E lamentavelmente crimes como esse, de tráfico contra as pessoas, acabam ficando escondidos, submergidos, camuflados, pelo



constrangimento que geram, pela relação de poder que tem entre os algozes e as vítimas, e pouco é discutido, pouco é revelado, pouco é dimensionado na sociedade e no Estado de uma maneira geral.

E é por isso que a CPI não tem medido esforços para procurar onde recebe denúncias, onde existem denúncias, onde existem investigações, onde existem agressões a esses direitos fundamentais da pessoa humana. Nós temos procurado não só tomar conhecimento, saber como dar o tratamento devido, com o acautelamento também devido, porque, ao mesmo tempo que nós temos que ter contundência na apuração no sentido de não conciliar, de não cumpliciar, muitas vezes, mecanismos de proteção que existem no sentido de determinados interesses da sociedade, principalmente quando se atingem pessoas importantes na estratificação social, econômica e política de uma sociedade, ao mesmo tempo, com a cautela de forma às vezes até bem intencionada, voluntariosa, de não esgarçar demais isso sem a investigação e sem a devida materialidade. Muitas vezes um erro nessa direção pode penalizar uma pessoa inocente; mesmo que depois ela prove no inquérito, na Justiça, a sua inocência, o dano moral da exposição muitas vezes é irreparável.

Então, nós temos tido esse cuidado, no sentido de tentar exercer com muita responsabilidade a nossa missão. E temos procurado visitar os Estados, como estamos hoje aqui sendo recepcionados pelo povo e pela Assembleia Legislativa, pelos representantes da sociedade acreana aqui na Assembleia Legislativa, para tentar desenvolver os nossos trabalhos da melhor forma possível.

A CPI tem percorrido. Semana passada, estivemos na Bahia, inclusive em Monte Santo, tratando da questão da adoção ilegal de crianças naquele Estado; estivemos no Estado do Pará, que é o meu Estado de origem, lá em Belo Monte, também, numa boate que foi estourada pela Polícia Civil e pelo Ministério Público, que vitimava 34 mulheres, inclusive menores de 15, 16 anos, para fins de exploração sexual. Estamos hoje aqui no Acre; semana que vem estaremos em São Paulo; já estivemos percorrendo Goiânia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e vários outros Estados.

Para concluir a minha fala, reiterando os nossos agradecimentos, quero dizer que o objetivo da CPI, em primeiro lugar, é procurar ouvir e esgarçar esta



consciência na sociedade brasileira, porque ninguém consegue combater e enfrentar aquilo que é desconhecido. E muitas vezes esse crime ainda é desconhecido da grande maioria da sociedade brasileira, uma coisa distante, vista ainda como na novela, como algo de ficção, e não o é, é muito mais grave inclusive do que a novela revela. É preciso que a sociedade tenha consciência de que é cúmplice no objetivo de extirpar essa tragédia do nosso convívio recorrente.

O Brasil é o sexto país com mais recorrência nessa prática criminosa, um crime que movimenta 32 bilhões de dólares por ano no mundo inteiro, que vitima mais de 3 milhões de pessoas, também no mundo inteiro. Como eu disse, o Brasil está entre os principais países que praticam de forma recorrente e contumaz essa prática criminosa.

O nosso segundo objetivo é combater a impunidade, é fazer com que os criminosos sejam devidamente enquadrados, punidos, para que isso tenha efeito pedagógico, como toda lei tem esse objetivo, a fim de evitar a sua reprodução.

E o nosso terceiro objetivo é oferecer ao Congresso Nacional — ontem, estivemos com o Deputado Henrique Alves e estaremos na outra semana com o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado —, nos próximos meses, um projeto, uma proposta de atualização da nossa legislação, pois que está absolutamente defasada, obsoleta, inconsistente, precária para fazer esse enfrentamento devido, tanto no Código Penal, no Código de Processo Penal, na Lei das Migrações, na Lei dos Estrangeiros, no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma lei moderna, mas ainda fragilizada em muitos dos seus aspectos. Nós pretendemos oferecer essa contribuição de correção. Evidentemente que isso não é mérito nosso apenas, da Comissão. Essa contribuição é fruto do que recolhemos em experiências como essas. Com certeza iremos aprender muito com a experiência de vocês, com o enfrentamento que está sendo feito aqui com vocês, através da Polícia Civil, do Ministério Público, da sociedade civil que nos assiste aqui, no sentido de melhorar e dar eficácia a essa rede de enfrentamento desse crime hediondo que ainda contamina de forma expressiva as estatísticas brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, em seu nome, eu queria sinceramente agradecer essa acolhida.



Portanto, declaro aberta essa 42ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas e seus correlatos no Brasil, causas e consequências, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Por fim, quero prestar uma informação. Esta é uma audiência pública, portanto, todo e qualquer cidadão e cidadã, independentemente de representar instituições, de representar entidades da sociedade civil, qualquer cidadão e cidadã aqui presente pode pedir a palavra para fazer qualquer tipo de denúncia, fazer esclarecimento, se referir, evidentemente de forma respeitosa, a qualquer uma das autoridades ou dos membros da Comissão que estão aqui presente. Nós estamos, portanto, numa audiência pública, e, além das autoridades, das instituições, das entidades da sociedade civil, qualquer pessoa pode dela participar para fazer o melhor uso devido.

Eu queria inicialmente facultar a palavra aqui aos nossos Deputados e Deputadas para fazerem uma breve saudação. Em seguida, nós vamos chamar os nossos convidados e convocados para essa oitava e, depois disso, dos que já estão convocados, facultar a palavra a qualquer pessoa que tenha interesse de dela fazer uso.

Deputada Carmen.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Acho que podemos deixar os Deputados do Estado falarem, como a nossa Deputada Antônia Lúcia. Assim, ganhamos um pouco mais de tempo. Então, eu abro mão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu já faço uma consulta visual com os membros, e todos estão de acordo com a sua proposta. Vamos facultar aos Deputados anfitriões hoje aqui no Estado. Em seguida, passaremos direto às oitavas. Os outros Deputados da Comissão, ao longo do processo, vão ter muito tempo ainda para falar, se expressar e perguntar.

Deputada Antônia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Quero agradecer ao nosso Presidente desta Casa, da Casa do Povo, o Deputado Estadual Elson Santiago. Cumprimento também os demais Deputados, na pessoa do Secretário de Direitos Humanos desta Casa, o Dr. Walter Prado Leitão, que se faz presente. Fica o meu apreço aos Secretários de Estado e de Municípios. Eu quero expressar isso na



pessoa da Secretária das Mulheres, Profa. Concita Maia. Cumprimento também o representante da Ordem dos Advogados, o Presidente, o Dr. Vinícius, que está conosco, e as colegas Deputadas Estaduais, na pessoa da Deputada Antônia Sales, uma Deputada tão atuante aqui.

De modo que eu quero agradecer a esta Comissão. Eu fui autora desse convite à CPI do Tráfico de Pessoas, motivada por pelo menos três motivos que eu quero relatar. Eu nunca consegui esquecer aquela família do garoto Fabrício, que desapareceu aqui no Estado do Acre. Essa família ficou exposta muitos meses, sem resposta daquele caso que foi chocante. Eu considero isso, eu sou mãe. E, depois disso, desse caso, depois que eu fiz um requerimento na Câmara Federal, foi dada uma resposta à nossa representante do Ministério Público Estadual, que também está aqui, Dra. Patrícia Rego — o Superintendente da Polícia Federal. Depois daquelas operações, por último, que não faz mais que 90, 60 dias, sobre o caso do Fabrício. E o que muito me chama atenção é que o corpo do Fabrício não apareceu, pelo menos é o que eu tenho na minha consciência. E esse sentimento foi um dos motivos pelos quais eu convidei a CPI para estar conosco aqui no Estado do Acre.

Posteriormente, eu li nos veículos de comunicação também uma criança que foi a uma audiência pública com a avó, aqui na cidade de Rio Branco, no fórum, e inexplicavelmente um dos funcionários ou segurança estava na tentativa de aliciar uma criança, uma garota de 9 anos. Isso me chamou muita atenção. Então, cada vez mais eu procurei trazer a nossa CPI da Câmara Federal para ajudar. A nossa intenção aqui, Deputado Jordy, — cumprimento todos os membros da Mesa na pessoa do Deputado Jordy — é ajudar a esclarecer esses fatos, pois que realmente a sociedade, as famílias carentes do nosso Estado precisam de uma resposta.

E também, como representante do Parlamento, eu não poderia ficar calada diante de tudo que ocorre no nosso Estado. Leio os jornais locais e percebo — e li várias vezes — pessoas importantes dizendo que as autoridades do nosso Estado nada faziam para que esses casos fossem revelados com veracidade. Esse foi um motivo pelo qual eu pedi a visita da CPI aqui.

Também quero agradecer, por estar conosco aqui, ao representante do Ministro da Justiça. Tive uma audiência com o Ministro da Justiça, também no Itamaraty. Depois que eu estive com S.Exa. e com os Deputados desta Casa, o



Itamaraty também enviou representantes, Deputado Moisés Diniz, para tratarmos daquela questão dos alunos brasileiros que estão na Bolívia e aquele último caso, que houve, um caso de morte na fronteira. Estamos aqui com esse objeto. Queremos fazer uma mesa redonda paralelamente com essas pessoas.

Quero cumprimentar a Defensora Pública da União, que se faz presente aqui conosco. Conosco também está a representante da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Nacional — está presente, quero agradecer. Então, foi um esforço que nós fizemos na Câmara Federal para que pudéssemos estar aqui para conversar com o povo.

Agradeço a oportunidade, agradeço os convidados.

Passo a palavra ao nosso Presidente da CPI, Deputado Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada Antônia.

Vamos passar agora a palavra ao Deputado Flaviano, para fazer a sua saudação. Depois, ao Deputado Gladson Cameli.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Cumprimento o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Elson Santiago; o Presidente da CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil; na sua pessoa, toda a Mesa; os Deputados Estaduais, na pessoa da minha querida Deputada Antônia Sales; Secretários de Estado; o Presidente da OAB.

Senhoras e senhores, estamos aqui, membros da CPI do Tráfico de Pessoas, para tentar ajudar o que já foi feito no Acre com a Operação Delivery. Nós não vamos inventar nada, mas a nossa CPI, como toda CPI, tem poderes que podem ser aproveitados para que se chegue ao detalhe dessa operação que foi deflagrada aqui no Acre pela Polícia Federal, Polícia Estadual e pelo Ministério Público.

Então, para não me alongar, até porque nós já estamos bastante atrasados, eu agradeço e desejo sorte a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Flaviano.

Passo a palavra ao Deputado Cameli.



O SR. DEPUTADO GLADSON CAMELI - Presidente Arnaldo Jordy, em seu nome, cumprimento todos os Parlamentares; em nome das autoridades, cumprimento Dra. Patrícia Rego, do Ministério Público. Quero agradecer a sua presença e por trazer a CPI aqui no nosso Estado, o qual represento no Congresso Nacional, para que possamos fazer não politicagem — acusar pessoas, fazer barulho. Não. Pelo contrário, para dar uma oportunidade, porque a CPI tem um único trabalho, que é investigar, juntamente com os demais membros do Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Então, o nosso trabalho é realmente de escutar, averiguar e realmente fazer um trabalho justo no Congresso Nacional.

No mais, quero agradecer ao Presidente Elson Santiago por nos receber de braços abertos na Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado.

Nós queríamos, então, já feitas todas as considerações, convidar para fazer uso da palavra, se assim o desejar, o Dr. Nilson Mourão, Secretário do Estado de Justiça e Direitos Humanos aqui do Acre.

Quem quiser, pode falar de onde está. Se quiserem falar da tribuna, fiquem à vontade.

O SR. NILSON MOURÃO - Bom dia a todos.

Ilustre Presidente desta Comissão, Deputado Arnaldo, demais membros, Deputados da bancada do Acre, Deputado Luiz Couto, em primeiro lugar, eu quero parabenizar a Comissão por ter tido uma visão profunda e passar a sua investigação nos mais diferentes Estados brasileiros. E, na medida em que se trata dessa questão do tráfico de pessoas, a visita ao Acre é uma visita importante, pois aqui é um Estado que faz fronteira viva, praticamente todo ele, com o Peru e a Bolívia.

O que me interessa relatar, ilustre Presidente, é que o Governo do Estado do Acre, com o Ministério da Justiça, mantém dois núcleos que desenvolvem um trabalho de enfrentamento ao tráfico de pessoas: um núcleo em Brasília; outro núcleo em Cruzeiro do Sul, além de um posto em Assis Brasil. Esses núcleos desenvolvem um trabalho fundamentalmente preventivo e educativo, visitando as escolas, sobretudo distribuindo materiais e sendo um ponto de referência para o



atendimento das pessoas. Já foram atingidos aproximadamente 500 jovens, cujo trabalho é realizado juntamente com as professoras.

Até o presente momento, Presidente, o núcleo recebeu apenas duas denúncias formais: uma encaminhada à Polícia Federal, cuja investigação concluiu que não era caso de tráfico de pessoas, pois os próprios familiares concordavam com a ausência da pessoa que estava trabalhando no país estrangeiro e a família concordava com isso — portanto, a denúncia foi encerrada; e outro caso, em que, de fato, uma adolescente foi traficada pelo Peru — aliás, com ajuda da própria mãe — seus parentes informaram ao núcleo, que tomou as devidas providências e conseguiu resgatá-la.

Foram esses dois casos que nos foram apresentados. Os demais casos que chegaram aos núcleos em Cruzeiro do Sul, Brasiléia e Assis Brasil foram considerados, digamos assim, de exploração sexual. As meninas vão para os países vizinhos, mas sem que seja caracterizado tráfico. Elas vão porque a prostituição é um negócio em todos os lugares do mundo — vão e voltam.

Era isso o que eu tinha a trazer a esta Comissão. Não temos outra informação mais formal a respeito disso.

Quero finalizar, Presidente, dizendo que pretendemos fortalecer ainda mais o trabalho desses dois núcleos, com apoio do Ministério da Justiça e com apoio das Prefeituras. O Governo do Estado disponibiliza pessoal técnico aqui na capital, disponibiliza espaço nos Municípios, mas precisamos refazer o acordo de cooperação com os novos Prefeitos eleitos nessas cidades. E, para isso, queremos contar com a valiosa colaboração desta Comissão que pode, através da bancada acriana que faz parte desta Comissão, enviar uma carta a esses novos Prefeitos, para que eles apoiem o trabalho desses núcleos, núcleos oficiais do Governo do Acre com o Ministério da Justiça.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Nilson.

Só uma informação. Um dos objetivos a que o senhor se referiu agora no final é retomar os acordos, o diálogo de cooperação com esses Prefeitos. O que dificulta com os novos Prefeitos? Esses acordos já existiram e a cada gestão têm que ser renovados? É isso? Ou tem alguma dificuldade institucional?



O SR. NILSON MOURÃO - A parte que cabe às Prefeituras é a cessão de pessoal, pessoal permanente, para dar expediente no núcleo, receber as denúncias e fazer o trabalho preventivo. O Governo Federal entra com recursos, nós entramos com apoio técnico em Rio Branco, com o espaço físico e os equipamentos, e as Prefeituras integram com o pessoal para atendimento às pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito. Mas eu pergunto ao senhor: em que nós podemos ajudar? Qual é a dificuldade que está hoje interditando, digamos assim, ...

O SR. NILSON MOURÃO - O pedido que eu faria a esta Comissão é que os membros da Comissão, que são da bancada do Acre, formalizem uma carta aos novos Prefeitos pedindo que eles façam essa cooperação, apoiem esse pedido que o Governo do Acre está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Entendi, está certo.

O SR. NILSON MOURÃO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

Quero convidar para fazer uso da palavra a Sra. Maria da Conceição Maia de Oliveira, Sra. Concita Maia, Secretária de Estado da Política de Mulheres aqui do Estado do Acre.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA - Eu quero cumprimentar o nosso Presidente da Assembleia, Deputado Elson Santiago; o Presidente da CPI, Deputado Arnaldo Jordy; os Deputados que compõem esta Comissão, a Deputada Carmen e o Deputado José Augusto Maia; os nossos Parlamentares, Deputado Flaviano Melo, Deputada Antônia Lúcia, nosso Deputado Gladson Cameli; e também os nossos Deputados Estaduais, na pessoa do Deputado Pereira.

Eu gostaria de, inicialmente, parabenizar a Deputada Antônia Lúcia pela iniciativa e dizer que ela é de extrema importância para nós que lidamos com essa questão. É uma realidade que não está longe de nós, muito pelo contrário, basta abrimos as portas das nossas casas que nos deparamos com essa problemática que vem ferir, de forma muito perversa, a dignidade do povo brasileiro, das mulheres brasileiras e, em especial, das mulheres e crianças do nosso Estado.



Nesse sentido, buscando fazer esse enfrentamento, no ano de 2009, o Governador, na época, Binho Marques assinou com o Governo Federal, através da Secretaria de Política para as Mulheres, o Pacto pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Foi um termo de cooperação, na verdade, viabilizando a realização de uma série de ações de enfrentamento à violência contra a mulher.

Dentre os vários eixos do pacto está o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres. Nesse eixo, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Segurança Social — SEDES realizou, no ano de 2010, u seminário trinacional, envolvendo Madre de Díos, o Pando e o Acre, o *Seminário de Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres*, também apoiado pela Secretaria Nacional de Política para as Mulheres. O objetivo desse seminário foi proporcionar um espaço de discussão sobre esta temática com uma rede de serviços, de segurança, de saúde, de assistência social, envolvendo um movimento social também, dentre outros, além de oportunizar a integração entre os profissionais. Na ocasião, foram levantados os desafios e avanços dos três países para o enfrentamento ao tráfico de mulheres e meninas. Também foi composto, Sr. Presidente, um comitê interinstitucional formado por esses três países: Brasil, Peru e Bolívia.

Em 2008 — como já foi citado aqui pelo nosso Nilson Mourão, de Direitos Humanos —, foi implantado, com apoio do Governo Federal, através do PRONASCI, três núcleos de atendimento às vítimas de tráfico nos Municípios de Eptaciolândia, Brasília e Cruzeiro do Sul.

Sabemos que a nossa realidade não corresponde somente aos dois casos que foram notificados — um em Brasília e outro em Eptaciolândia. Temos conhecimento, inclusive estamos nos organizando numa comissão, com representantes desta honrosa Casa, para fazer uma visita a Cobija, que é uma cidade fronteira ao Acre. Fomos comunicados da existência de meninas e mulheres que estão sendo alvo de exploração sexual na cidade de Cobija.

Queríamos dizer também que esses núcleos estavam sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança, e, como bem disse o nosso Secretário, esses núcleos estão sendo repassados para a Secretaria Estadual de Direitos Humanos. E nós, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, temos todo o interesse, representando



também o Governo de Estado, de estar nessa parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

Gostaria também de registrar que no início deste mês que está findando nós fomos convocadas pela Presidenta Dilma, por intermédio da Ministra Eleonora Menicucci, para fazer uma discussão sobre os serviços especializados de atendimento às mulheres imigrantes nos Municípios de fronteira. E ficamos muito honradas e muito felizes com a indicação do Acre. Somente cinco Municípios brasileiros serão contemplados com esses serviços nesse primeiro momento pela Presidenta Dilma, que fará o seu lançamento no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E nós, no Acre, seremos contemplados através do Município de Brasileia, que faz fronteira com a Bolívia, em Cobija.

Então, queremos reafirmar o compromisso do Governo do Estado, o compromisso da Secretaria de Políticas para as Mulheres com o trato e o enfrentamento não só do tráfico, mas de toda e qualquer forma de violência contra mulheres e crianças no nosso Estado.

Então, inicialmente, são essas as contribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Colocamo-nos à disposição da Comissão para maiores esclarecimentos.

Quero ainda dizer que é muito salutar esse exercício de reunir os Poderes e pessoas de bem, compromissadas em reverter essa realidade perversa que fere a dignidade de mulheres e homens do nosso Estado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Concita. Além de Cobija, qual foi a outra cidade a que você se referiu?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA - Madre de Dios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Madre de Dios.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA - E temos também Puerto Maldonado, onde, segundo fomos informados, já se revelou uma situação de tráfico de mulheres e crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Puerto Maldonado é no Peru e as outras duas na Bolívia?

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA - Isso. Perfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Obrigado, querida. Muito obrigado pelas suas considerações.

Convido para fazer uso da palavra a Promotora de Justiça aqui do Estado do Acre, Dra. Marcela Ozório.

A SRA. MARCELA CRISTINA OZÓRIO - Bom dia. Em nome da Procuradora-Geral, Dra. Patrícia, que teve que se ausentar por motivos institucionais, o Ministério Público agradece a oportunidade e a presença desta Comissão da Câmara dos Deputados Federais aqui no Estado do Acre, uma vez que essa questão do tráfico de pessoas está bem em voga agora, e também em relação à Operação Delivery, que foi deflagrada no nosso Estado com o apoio do Ministério Público.

Eu faço parte, como promotora de justiça, membro do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado — GAECO, o grupo de investigação do Ministério Público, desse processo judicial e da Comissão de Investigações. O Ministério Público tem o dever de buscar sempre... Nosso objetivo é esclarecer, porque muitas questões foram levantadas pela nossa sociedade a respeito dessa operação. Uma delas que eu gostaria de mencionar é que a deflagração dessa operação foi apenas o primeiro passo. Instauramos dois outros inquéritos para apurar a situação de outras pessoas envolvidas nessa operação. Os nomes citados, mantemos em segredo de justiça, não podemos dizer, mas essas pessoas que foram envolvidas e denunciadas são apenas o primeiro braço dessa investigação, que se propaga ainda e que continua. E durante a investigação, que durou apenas 4 meses, houve um braço do tráfico de pessoas que conseguimos identificar, ficou bem caracterizado. Está sendo objeto, com certeza, de investigação pelos órgãos competentes, uma vez que lhes passamos dentro do processo judicial.

Nós trouxemos para esta Comissão alguns documentos a respeito de uma suposta burla na distribuição dos HCs. Trouxemos as informações, que foram disponibilizadas pela nossa Procuradora-Geral. Houve uma representação do Ministério Público Estadual ao CNJ em desfavor de um desembargador aqui do Estado a respeito do HC. Vou apresentar à Comissão.

Digo que não houve, por parte do Ministério Público, qualquer intenção de apadrinhamento no oferecimento da denúncia — os demais envolvidos estão sendo



investigados em inquéritos paralelos —, como pode ter sido levantado pela imprensa que haveria por parte do Ministério Público. Na verdade, as pessoas que foram denunciadas o foram porque havia prova robusta. E os demais estão sendo investigados em outros procedimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Doutora, a senhora disse que há indícios ou materialidade suficientemente comprovada da burla na distribuição processual no TJ do Acre?

A SRA. MARCELA CRISTINA OZÓRIO - É. Houve uma representação, por parte da nossa Procuradora-Geral, a Dra. Patrícia, ao Conselho Nacional de Justiça em desfavor de um desembargador sobre a distribuição de um HC em relação a três dos acusados da Operação Delivery.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Desembargador Djalma é um desses casos a que a senhora se refere?

A SRA. MARCELA CRISTINA OZÓRIO - É em relação a ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

A SRA. MARCELA CRISTINA OZÓRIO - Eu trouxe os documentos para apresentar à Comissão e gostaria que os recebesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com o maior prazer.

Então já há uma representação formalizada no CNJ. É isso? A senhora tem a cópia dessa representação em mãos?

A SRA. MARCELA CRISTINA OZÓRIO - Está aqui comigo, que eu vou apresentar-lhes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, nós gostaríamos.

A SRA. MARCELA CRISTINA OZÓRIO - Inclusive, tenho aqui o histórico da consulta do processo eletrônico dentro do CNJ, de como está o andamento dessa reclamação lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É porque nós temos uma audiência com o Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do CNJ, para tratar de vários assuntos e gostaríamos de elencar esse assunto que a senhora nos traz. Já antecipo ao Presidente Joaquim Barbosa, do CNJ, que, aliás, está sendo muito diligente nessas questões. Nós já tivemos uma primeira conversa com ele através



da CPI e, pelo que nós entendemos, ele será absolutamente rigoroso, principalmente nessas questões relativas aos Tribunais de Justiça, a esse certo compadrio, a essa certa promiscuidade existente, protetiva a determinados interesses que ocorrem não só no Acre. Isso aí é uma questão, eu diria, mais ampla do que se imagina.

Deputado Luiz Couto, V.Exa. tem uma sugestão?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente da CPI, Deputado Federal pela Paraíba.

Doutora, também valeria para as outras falas: o tráfico de pessoas é uma ação silenciosa, que só se consegue descobrir através dos serviços de inteligência. É usada a inteligência para isso aqui. Vocês verificaram que foi a partir da escuta telefônica que algumas coisas começaram a aparecer. Ou seja, deve-se montar um serviço de inteligência para trabalhar essa questão, porque é uma ação silenciosa. Nós só conseguimos identificar a questão lá de Belo Monte porque uma das meninas fugiu e denunciou o esquema. Quer dizer, sem isso não tem como. Aí o serviço de inteligência entra e pega o esquema todo.

Então, é nesse sentido de verificar como é que cada setor — Ministério Público, Defensoria, Judiciário, Executivo, Legislativo — reunirá instrumentos de inteligência porque se tivermos apenas provas testemunhais, essas provas são facilmente derrubadas. Provas materiais se conseguem através do serviço de inteligência, que faz a investigação para trazer provas materiais.

Então, nesse sentido, como é uma região de fronteira, agora, no segundo Plano Nacional de Enfrentamento, uma das diretrizes é enfrentar essa questão nas fronteiras do Brasil com países da América do Sul para que nós tenhamos um investimento profundo no setor de inteligência, com pessoas capacitadas, para desbaratar essas organizações criminosas. Sem isso fazemos aquele trabalho, mas depois vem o esquecimento. E vamos repetir o que aconteceu há 8 anos com a CPMI que investigou as redes de exploração sexual. Aí aparecem as mesmas coisas depois de 8 anos. Por quê? Porque não se fez o trabalho de inteligência para enfrentar um dos fatores que mais impede a punição dos culpados, que é a impunidade. A impunidade é a mãe da criminalidade. Se não investirmos, com certeza, iremos fazer outra CPI e as denúncias serão as mesmas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vem o mesmo pedido de encaminhamento, mas no final não há o resultado que todos nós esperamos, que é a punição de todos os culpados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Dizem que a impunidade é a mãe e o pai da criminalidade.

Com a palavra a Dra. Joana D'Arc, advogada, para fazer as suas considerações.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Bom dia.

Quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar todos na pessoa da Antônia Lúcia pela ousadia e pela audácia. Quero cumprimentar o nosso Deputado Gladson Cameli, que vem lá da nossa cidade de Cruzeiro do Sul.

Eu estou cumprimentando os nossos Parlamentares, Excelência, e também o Flaviano, porque eu, como cidadã, representante da sociedade civil, quero deixar claro que, após esta audiência pública, não se traga para a questão a política local, que é o que prevalece.

Em 2009, eu estive nesta Casa, saí viva porque Deus permitiu. Mas o tempo andou e hoje estão V.Exas. Eu queria aqui, depois, ser apresentada para quem veio representando a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, porque eu estive lá, no ano passado, a convite, como os senhores me convidaram. Eu vim para esta Casa intimada, por força do Código Civil, sob pena de prisão, caso não comparecesse. E eu só vim fazer o que os senhores estão fazendo: cobrar das autoridades que mostrem que as coisas funcionam, Deputada. Porque eu não posso andar nas ruas, Excelência. O Acre é pequeno, todo mundo se conhece, tudo se sabe. Nós temos tríplexes fronteiras com o Peru, com a Bolívia, e as internas aqui pra Rondônia. E um caso que é tão pontual, que eu vou fazer a denúncia em separado, que eu quero me ater, quando falar para esta Comissão, eu quero falar não do tráfico de pessoas, porque isso aí já é o óbvio, eu quero falar das suas causas e consequências e quem são os responsáveis. Eu tenho documentos. Eu estive na Presidência da República, entreguei todos esses documentos, por 2 dias seguidos, Excelência, de



depoimentos filmados, gravados, com entrega das provas, processos onde constam nomes de autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora tem cópia disso?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora poderia nos fornecer cópia de tudo isso?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Por isso que eu também quis falar com a pessoa da Presidência da República que eu assinei um ato. Então, o que íamos conversar — não deu — eu quero que prevaleça depois em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Mas o que quero que fique claro aqui é que o meu cumprimento real é para as vítimas, para os seus familiares. Nunca vai cessar a vitimização.

Então, eu tenho dito, quando esse assunto é tocado — naturalmente, quando me procuram, eu tomo um susto —, porque as pessoas acreditam no que a Dra. Joana D'Arc fala. E quanto eu estive em Brasília, que me ofereceram o Programa de Proteção Federal, eu disse: *“Não, eu sou advogada. Eu devo satisfação aos meus clientes”*.

Está aqui a Secretária da Mulher. Já tivemos um assunto para resolver de uma cidadã universitária fora do Acre. Um empresário acriano foi lá, levou-a fora da fronteira do Paraná. Depois ela pode narrar essas questões em separado, porque é muito bizarro! E é aquilo: eu não tenho a quem recorrer no Estado, senhores. Em nível estadual, eu não tenho a quem recorrer. A Secretária agiu comigo porque é como eu, ela não quer saber; ela faz. Ela jamais será omissa também, como eu não sou. Aí eu recorri ao Ministério Público Federal, recorreremos, mas a cidadã acriana foi conduzida por um empresário acriano... Outras vezes ela esteve na Bolívia, mas dessa vez foi para o Paraná, foi de carro. Ela foi espancada, e retornou, por 4 horas seguidas. A Secretária tem as imagens e levou à Presidência da República. Porque depois que eu faço o meu trabalho tudo o que querem fazer comigo é encontrar uma forma de me eliminar, de me ameaçar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só para esclarecer: retornou, 4 horas seguidas, de onde? Para onde? Só para a gente entender.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Ela foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por que a senhora está se referindo como quem fala com alguém que já conhece o caso. Mas nós aqui não conhecemos. O nosso objetivo aqui é saber... Desculpe-me por interrompê-la. Nós não temos aqui o compromisso de proteger ninguém. Cada um dos membros desta Comissão tem uma historiazinha ligada a esses interesses. O Deputado Luiz Couto é um Deputado militante, histórico, dedicado aos direitos humanos; a Deputada Carmen Zanotto, o Deputado José Augusto. Refiro-me aos membros, fora os da terra.

Então, nós não vamos cometer nenhuma aventura, nenhum deslize de comprometer alguém que, porventura, não tenha materialidade, indício suficiente, porque depois o dano moral, como eu disse, é irreparável. Mas nós não estamos aqui para proteger ninguém, seja desembargador, Deputado, Governador, Prefeito, Vereador, empresário, quem quer que seja. Nós não temos compromisso com ninguém. Nós não estamos aqui para proteger uma vírgula, coisa alguma. Nós estamos aqui porque somos pagos para isso, fomos delegados pelos nossos pares do Congresso Nacional para compor esta CPI, para fazer o que tem que ser feito. Doa a quem doer!

Então, a senhora tem aqui um ombro onde a senhora pode acalantar a sua voz e as suas denúncias, como outras instituições aqui, que estão aqui zelando pelo seu dever de cumprimento legal: o Ministério Público, polícia, os Secretários de Estado. As pessoas têm compromisso com essa luta. Então, nós estamos aqui para ajudar. Nós não viemos aqui substituir o trabalho de ninguém. Como disse aqui o Deputado Cameli, a CPI tem prerrogativas constitucionais que, muitas vezes, a polícia não tem, o Ministério Público não tem. E nós podemos combinar esses esforços no sentido de produzir um único resultado.

Então, queria lhe dizer isso, e a todos, para que a senhora fique muito à vontade para fazer as considerações que achar devidas.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Esse caso, por exemplo, envolve a estudante Thaís Pordeus, uma estudante de Medicina acriana, que fazia



curso de Medicina na Bolívia — ela pode narrar o que houve, nem sei onde ela se encontra hoje —, e depois ela foi levada para... Como é o nome dele? Eu não lembro agora o nome dele. O caso da Thaís, que você foi ao Ministério em Brasília. Como é o nome dele, do agressor? Vá se lembrando enquanto eu... Eu não estou me lembrando do nome dele. É isso que eu estou...

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA - Nós acompanhamos o caso. Deixe-me situá-los, Doutora. Nós fomos procuradas, na Secretaria de Política para as Mulheres, pela Thaís Pordeus. A Thaís Pordeus sofreu violência física, estupro, ficou em cárcere privado, por um cidadão daqui do Estado, embora o caso tenha ocorrido no Paraná. Nós tomamos todas as providências no sentido de que a justiça fosse feita. Então, procuramos o Ministério Público local; dialogamos com o Ministério Público do Paraná; a DEAM, Delegacia Especializada da Mulher, onde ela fez a denúncia, que foi na cidade da Maringá, e realmente houve esse deslocamento. O agressor transportou-a até a cidade de fronteira no Paraguai para comprar, inclusive, equipamentos que serviram para fazer tortura no corpo da vítima, no corpo da Thaís Pordeus.

Então, nós demos todos os encaminhamentos. Inclusive, a Dra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora se lembra do nome do agressor, dessa pessoa?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Já me lembrei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o nome?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Jimmy Barbosa Júnior.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Jimmy Barbosa Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Jimmy Barbosa Júnior.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA - E nós estamos, só para finalizar, através da nossa Assessoria Jurídica, dialogando com o Ministério Público, acompanhando o caso para que... Porque não cabe a nós, ao Estado do Acre, uma vez que a agressão foi no Estado do Paraná. Mas, para nós, é uma questão de compromisso. E eu gostaria de deixar muito claro que não foi, doutora,



pelo fato da minha sensibilidade e do meu compromisso. Mas eu agi em nome do Estado, do Governo do Acre. Representando o Governo do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Muito obrigado. Continue, doutora, por favor.

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Então, isso é só um exemplo para ilustrar tantos outros, que eu trouxe outra testemunha, mas que vai depor em separado, porque vai das causas, das consequências etc. Porque é assim, excelência, a gente não tem a quem recorrer aqui, não. Nesse caso eu, depois de procurada, quando a Thaís me procurou, ela me ligou da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, porque não teria sido atendida. E tem a mãe, tem ela para relatar. Então, imediatamente eu gravei um vídeo, porque ela levou choques. Ela foi levada para o Paraná, após a fronteira ele comprou, junto com ela, esse equipamento de choque. Ela tem as marcas, eu gravei e filmei com o pai dela, que é advogado, sentado ao meu lado. Os locais onde ele dava o choque, que ele sabia o local certo em que ele dava o choque para que sentisse realmente. Ela desacordava e os socos não paravam. Ele fez isso na fronteira. Não vou lembrar aqui agora, porque têm os depoimentos no Ministério Público Federal. Já procurei e não vi o Dr. Paulo Henrique aqui. Então, quando eu não tenho a quem recorrer... Eu não sei a quem recorrer. E esse caso, por isso que eu disse: eu vou citando alguns, mas todos eles já estão documentados e em andamento e precisam, sim, de apoio para que não eu, Joana D'Arc, para que a sociedade não recorra somente a mim, não acredite no que eu faço, mas saiba que o que eu quis é que eles saibam que as Comissões funcionam, que os nossos Parlamentares têm capacidade de recorrer e de trazer o que for necessário para trazer para o Acre. Que nós somos cidadãos da Federação Brasileira e que nós temos a quem recorrer. Eu só estou aqui falando com os senhores novamente porque eu estive antes na Presidência da República, entreguei todos esses documentos sob compromisso da República. E aí, agora mesmo que eu estou aqui, já tem outra Comissão vindo, antes de eu estar aqui, quando esta Casa não apurou em CPI as denúncias que eu fiz, eu já fui ao CNJ, excelência, e quero estar presente com V.Exas. na presença... O meus requerimentos aqui são para estar presente com o Dr. Joaquim Barbosa, porque eu tenho três andamentos no CNJ e consegui, sim, um dos últimos atos da Ministra Eliana Calmon, quando eu saí



da Presidência queriam me colocar em um programa de proteção e eu disse: “*Não, eu quero resultado no meu Estado. Eu tenho que sobreviver. Eu trabalho, eu tenho que receber meus honorários*”. Porque eles impedem. O Tribunal de Justiça do Acre... A Promotora já falou, agora é a minha vez. Quando eu estive nessa CPI e denunciei juízes e promotores, não o fim de forma leviana, eu tinha cópia dos autos. Mas você faz um requerimento para o Tribunal de Justiça e eles não fornecem. Eles não fornecem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Doutora, só uma pergunta à senhora, que faz todas essas acusações. Já tenho observado. A senhora diz que não tem a quem recorrer.

A SRA. JOANA D’ARC VALENTE SANTANA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É uma pergunta que lhe farei. Temos a Polícia Civil, temos o Ministério Público, temos a Justiça, temos o Estado. Eu quero saber o sentido da afirmação que a senhora faz de que não tem mais a quem recorrer. Ter tem, existe. Agora, a minha pergunta: a senhora está achando que não lhe estão dando crédito ou algo assim? A minha pergunta seria nesse sentido.

A SRA. JOANA D’ARC VALENTE SANTANA - Excelência, eu não estou achando, eu estou afirmando. Quando estive nesta Casa, que foi a Casa que criou uma CPI, esta Casa me taxou de louca, de leviana. Ao invés de proceder às investigações e, ao término, tomar as providências, não, me taxou de louca perante a sociedade. Ao invés de requisitar os autos ao Tribunal de Justiça, um servidor desta Casa publicou em rede social que eu sou uma louca, me desacatou em todos os sentidos. Vão trabalhar. Criou CPI, vá trabalhar. Então, eu tenho a cópia dos autos, que entreguei na Presidência da República. São 600 páginas. Mas até hoje a sociedade não tem essa resposta. Entre outros assuntos. Ainda bem que o senhor disse: “*Temos a Polícia Civil*”. Se o senhor tem, parabéns. Eu não tenho. O Estado tem, mas é inoperante, omisso, não atende aos anseios da sociedade. O interessante do que eu estou aqui para dizer, que a Promotora já falou lá, parabéns, nós que trabalhamos para a população. Depois o Dr. Carlos Maia vai dizer bastante: as coisas aqui, não é que são públicas e notórias. Quando alguém me procura eu digo: “*Federalizem as investigações*”. No sentido da frase, é o que o Presidente da



Comissão disse: estão aqui para fazer, não é para execrar ninguém, não é para aplaudir ou desabonar ninguém politicamente, não. Vamos fazer o que é possível e humanamente fazer. Então, eu não encontrei nenhum eco no meu Estado, ao contrário, recebi foi ameaças formais. Formais. A mulher do Comandante da Polícia Militar mandou um *e-mail*, ela disse: “*Sou advogada, sou a fulana de tal, trabalho em tal lugar, você desacatou meu marido e eu vou pagar para acabar com você*”. Eu tenho o *e-mail*. Ele foi para a televisão, como Comandante da Polícia Militar, e deu entrevista me desabonando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O atual Comandante?

A SRA. JOANA D’ARC VALENTE SANTANA - O ex-Comandante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o nome dele?

A SRA. JOANA D’ARC VALENTE SANTANA - Romário Célio. Todos esses documentos eu tenho. O Presidente da OAB, na época da CPI, foi para a televisão e disse que eu era louca, que não era para me ouvir porque eu não era advogada naquele ato. Parabéns para o atual Presidente, que se encontra aqui e que é uma pessoa isenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora responde por uma ONG, não é?

A SRA. JOANA D’ARC VALENTE SANTANA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode citar o nome da ONG?

A SRA. JOANA D’ARC VALENTE SANTANA - Organização Universalista em Direitos Humanos. Não porque queira, porque eu passei a usar esse braço do Direito porque a população não tem. Se for à Defensoria Pública do Acre... Vocês conversem sobre Defensoria com a Deputada Antônia Lúcia. O que eu quero dizer é que esse ato aqui é marcante para que a população acredite que as coisas funcionam. Os Parlamentares daqui recorreram aos senhores para que aqui viessem, senhores, porque isso é clamor público. Se eu fosse citar todas as denúncias que eu recebo... Eu vou deixar para o Jocivan, eu não quero ficar focada só em mim. Está ali o Goivam Santos, que deve ser ouvido. Parece que são discípulos meus. Há quantos anos ele vem lutando. A gente se torna figura conhecida porque a gente sai nas ruas e a população nos vem procurar. Esta Casa tem as Comissões, mas ninguém vem, porque não acredita. O que eu gosto aqui é



dessa visibilidade, Excelência, que a população acredite que lá em Brasília a coisa funciona. Quando eu digo, eu estou falando dentro do que está na lei. Eu não faço nem falo nada do que não está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dra. Joana desculpe-me, eu fico incomodado em interrompê-la, mas deixe-me dizer-lhe. Nós conhecemos como funciona isso com razoável extensão. Evidentemente, quando você mexe nas estruturas de poder, brota uma rede de proteção. Nós não somos aqui autores de denúncia, nós não somos promotoria, nós não somos polícia, nós não conhecemos sequer as pessoas. Por isso que às vezes a gente interrompe pedindo para que fique claro. Porque a gente não conhece. Então, nós não somos gênese de nada aqui. O nosso papel aqui é exatamente o de superar um pouquinho ou tentar superar um pouquinho esse histórico dantesco que a senhora revela de impotência, de compadrio, de protecionismo, de impunidade. Nós não vamos resolver isso tudo agora, mas a gente está querendo dar um passo à frente. Então, eu lhe pediria que a senhora pudesse... Essas histórias estão no seu relato, nós vamos nos deter nele, pode ter certeza disso, mas gostaria que a senhora nos ilustrassem coisas com que a gente possa avançar. *“Não foi feito porque não sei o quê...”* Conte conosco. É só nesse sentido que...

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Sim. Eu disse que me ateria ao fato, suas causas, consequências, e os responsáveis. Então, na verdade, eu o estou cumprimentando, para que a sociedade tenha visibilidade disso, porque a coisa funciona. Não é porque eu fui execrada nesta Casa que eu deixei de agir. Foi a partir daí que eu fui convidada para ir a Brasília. E lá eu fiz esses relatos. Por isso eu disse que nem ia me estender tanto aqui, porque eu entendo a Comissão como mais uma consequência daquele ato. Porque lá eu pedi aqui o CNJ, pedi uma Comissão que apurasse os assuntos de forma isenta. E também outra Comissão, que é a do campo. E agora mesmo a Polícia Federal me telefonou. É isso só que eu queria dizer. Todos os atos que eu sempre relatei estão em encaminhamento, em fase de apuração em razão de não se dar a devida apuração no Estado. Eu estou satisfeita com o que vejo aqui e outras razões que eu tenho para dar passarei em separado. Mas todas que envolvem a incapacidade, em minha opinião, a



impunidade no Poder Judiciário, ações clássicas no Poder Executivo e desta Casa Legislativa. Ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado. Nós agradecemos muitíssimo por suas considerações. E depois vamos ter outro momento para continuarmos.

Convido para fazer uso da palavra a Dra. Ilcelena de Souza Queiroz, Defensora Pública da União, Defensora Pública Federal. *(Pausa.)*

A SRA. ILCELENA DE SOUZA QUEIROZ - Cumprimento as senhoras e os senhores presentes.

A Defensoria está aqui hoje a convite da Deputada Antônia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Peço desculpas, mas foi um erro meu desde o início. Como a audiência está sendo taquigrafada, tudo esta sendo registrado, mesmo eu identificando daqui, peço que as pessoas façam um breve registro de identificação para facilitar o trabalho. Eu fui alertado pela assessoria.

Desculpe-me por interrompê-la, doutora.

A SRA. ILCELENA DE SOUZA QUEIROZ - Meu nome é Ilcelena. Eu sou Defensora Pública Federal. Estou hoje representando a Defensoria Pública da União.

Nós temos uma unidade aqui em Rio Branco. Eu estou em Rio Branco há cerca de 1 mês. Este é o primeiro contato que eu estou tendo com os casos que acontecem aqui na região. Não foi possível, de ontem para hoje, levantar os elementos.

Mas eu quero colocar o que a Defensoria vem fazendo em prol do enfrentamento do tráfico de pessoas e dizer que aqui em Rio Branco nós também estamos dispostos a, junto com a Comissão e com a sociedade, participar e ajudar a enfrentar esse problema.

Até hoje, a Defensoria tem atuado pontualmente, ou seja, nos casos individuais que surgem. Ainda não temos, aqui no Acre, uma estrutura, mas a pretensão da Defensoria é criar essa estrutura a partir da chegada de novos defensores. Mas, por enquanto, estamos abertos, e não nos impede, a estrutura atual, de atuar.



O que vem acontecendo? A Defensoria tem procurado participar do Governo nessas ações que envolvem direitos humanos e tutela coletiva. Tanto é que hoje nós temos duas defensoras, uma no MJ; e participamos também do Núcleo e do CONARE, temos voz e assento, ainda não temos voto.

Mas, de qualquer maneira, nós enfrentamos alguns casos aqui. Nós temos sido procurados, em Rio Branco, por estudantes, por questões com a Bolívia. O tráfico, enfrentamos dois casos. Inclusive aquele que foi para a televisão, daquela criança, aquela parte de documentação foi feita pela Defensoria. Eu recebi um *e-mail* ontem do DPGF nos informando de dois casos em que nós estamos atuando: um foi no desse menor, que apareceu na televisão; outro é o de uma senhora que está na Espanha, que é caso de prostituição, que está lá na condição de uma pessoa... É parecido, inclusive, com o que se mostra na novela, uma coisa absurda. A Defensoria vem atuando, ajudando essa senhora a resolver a sua situação.

Então, em todo o País, nós temos unidades já estruturadas para trabalhar com o enfrentamento do tráfico de mulheres. Não só de mulheres, também de crianças. Às vezes tem caso até de homem. É o tráfico humano mesmo. Nós estamos já estruturados em Fortaleza, no Rio de Janeiro, em Goiânia, São Paulo, Campo Grande, Cuiabá e Manaus. Nesses núcleos nós já estamos trabalhando de maneira efetiva nesses casos.

Aqui em Rio Branco, com a ajuda de vocês, esperamos ser procurados. E vamos oficiá-los também para que nós possamos atuar no enfrentamento atual.

E o que eu quero dizer é o seguinte: há a intenção da Defensoria de criar um núcleo em Cruzeiro do Sul. Estamos estudando também a possibilidade de atuar junto à fronteira, não sei se efetivamente, mas, no futuro, ter uma unidade. Enquanto não temos, atuaremos daqui, na fronteira, juntamente com a Polícia Federal, com o Governo local, com as entidades, para ajudar a inibir o que vem ocorrendo atualmente.

Minha participação aqui é pequena, apenas para disponibilizar os serviços da Defensoria. Nós temos um *site* onde as pessoas podem entrar e ver a nossa atuação, pesquisar a nossa atuação, entrar em contato conosco. A Defensoria da União aqui no Acre tem um *e-mail* para o qual as pessoas podem conversar conosco: *dpu.acre@dpu.gov.br*.



Muito obrigada. Estou à disposição, caso alguém queira fazer alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, doutora, pela sua contribuição.

Eu queria convidar para fazer uso da palavra o Dr. Almir Branco, Promotor de Justiça do Estado do Acre.

Nós temos ainda sete pessoas para fazerem uso da palavra antes de facultar à sociedade civil se manifestar.

Por favor, Dr. Almir.

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Inicialmente, quero cumprimentar os Parlamentares do Estado do Acre na pessoa do Presidente desta Casa Legislativa, Deputado Elson Santiago, e os demais integrantes da Mesa na pessoa de seu Presidente, Deputado Federal Arnaldo Jordy.

Colegas advogados, membros do Ministério Público presentes, Defensoria Pública, demais Parlamentares, membros dos Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, amigos e amigas, senhoras e senhores, o Deputado Federal Arnaldo Jordy iniciou de forma brilhante a abertura desta audiência pública, dando o foco que, na verdade, é a dignidade da pessoa humana.

Eu me esqueci de me apresentar. Meu nome é Almir Fernandes Branco, eu sou o titular da 2ª Promotoria Especializada de Defesa de Infância e Juventude.

Nós tivemos um caso, Deputado, em 2006, que nos chamou a atenção, um fato envolvendo tráfico de mulheres aqui no Estado do Acre. Foi um caso que eu, pessoalmente, atendi. Houve uma articulação das melhores possíveis com o Itamaraty, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia boliviana, a Embaixada do Brasil em La Paz e o serviço de inteligência integrado existente aqui no Estado do Acre.

O fato envolvia uma menina entre 15 a 16 anos de idade que havia sido vítima do tráfico de mulheres. Essa menina, inicialmente, conheceu um rapaz e esse rapaz a conduziu, inicialmente, até o Estado de Rondônia, à revelia do conhecimento da família e de pessoas próximas. E essa menina permaneceu desaparecida por muito tempo. Talvez tenha sido o caso mais triste que eu tenha atendido. Triste mesmo.



O Ministério Público, junto com a Polícia Judiciária, começou a proceder a investigações, monitoramento de ligações telefônicas e, inicialmente, chegou ao Estado e Rondônia. Contudo, não conseguimos lograr êxito na localização dessa jovem.

Posteriormente, essa menina foi levada até Guajará-Mirim. E, de lá, essa quadrilha de tráfico de mulheres conseguiu romper as fronteiras do Brasil e ingressar na Bolívia. Na Bolívia, perdeu-se completamente o contato com essa jovem.

Felizmente, por um descuido e perspicácia dessa moça, ela conseguiu, em La Paz, se esquivar de um prostíbulo onde era aliciada e explorada e conseguiu socorro na Embaixada Brasileira em La Paz. Aí se começou todo um trabalho de articulação — até eu prestei muita atenção na fala da colega Concita —, e é necessária a criação dessa ferramenta.

Nós montamos uma verdadeira operação de guerra para trazer essa moça de volta para o Estado do Acre. Aí, contamos também com o apoio não só do Itamaraty, como também da própria Polícia boliviana e da Embaixada do Brasil em La Paz, que pagou a passagem e todo o custo. Houve um comboio formado pela Polícia Rodoviária Federal, pelo Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal. Pela Promotoria da Infância, eu acompanhei esse comboio, e nós fomos até o aeroporto internacional em Cobija, na Bolívia, para receber essa jovem. Quando nós recebemos essa jovem, o estado dela, Srs. Deputados, era deplorável, triste. Eu acho que eu nunca vi uma pessoa tão agredida, tão abatida, tão violentada em todos os seus direitos como aquela moça. E nós tivemos o cuidado de... Ela veio, inclusive, em maca, ela não conseguia se locomover, tamanha era a debilidade do corpo dela, e, supostamente, com várias doenças. Foi uma situação que me comoveu bastante. E eu vim com essa moça, conversando desde Cobija — eu e um policial federal —, e ela narrou, com riqueza de detalhes, todo o funcionamento dessa teia criminosa, e nos causou extrema comoção. Eu vou passar à Comissão um documento que, na condição de Assessor do então Procurador-Geral de Justiça Dr. Samy, eu providenciei, a pedido inclusive de colegas dos senhores, a Senadora Vanessa Grazziotin, que era Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito que Investiga o Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas. Neste documento, consta, de forma sigilosa, Srs. Deputados, o número de um procedimento que está



arquivado na Vara da infância e Juventude, com relatos dessa moça que conhece todos esses caminhos dessa rede criminosa. Essa menina foi incluída no Programa de Proteção à Testemunha — PROVITA; a genitora, também. Então, ela está em local seguro, sigiloso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa menina é menor de idade, doutor?

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Sim, senhor. À época, 15 anos de idade. Quando nós resgatamos, ela estava com 16. Certo? Então, há um procedimento, que está arquivado, com detalhes do ocorrido com essa moça, que poderá ser obtido — eu vou passar este documento com o número — junto à Vara da Infância e Juventude, desde que autorizado pela autoridade judiciária e, logicamente, em pedido fundamentado por parte de V.Exas. Afora isso, nós também providenciamos — é pena que o colega do Ministério Federal não esteja presente —, nós providenciamos, além da medida de proteção aqui na Vara da Infância, também uma apuração na esfera penal, sob responsabilidade da Polícia Federal. Nesse procedimento, há o número do inquérito policial federal instaurado, e é interessante que se veja o conteúdo desse inquérito. E também há outro procedimento que desaguou numa das varas federais na Seção Judiciária aqui do Estado do Acre. Também, *ad cautelam*, quando nós providenciamos esse levantamento em 2011, nós conseguimos apurar tudo o que se tinha ou não tinha no nível da tramitação de processos envolvendo esse tipo de crime no Estado do Acre, na Justiça Estadual e também junto à Polícia Militar. Eu vou passar o documento aqui para a Comissão. (*Pausa.*) Continuando, a Dra. Concita Maia, que é Secretária de Política para as Mulheres, alertou todos nós para uma preocupação que é evidente aqui para nós, que é um Estado que faz fronteira tripartite: Bolívia, Brasil e Peru. Eu estive em vários encontros trinacionais, e é muito difícil, Srs. Deputados, a gente criar uma ferramenta de controle de tráfico de pessoas. Muito complicado. Quando a gente fala pelo lado do Peru, o acesso ao território boliviano via Iñapari, Porto Maldonado, é extremamente frágil. E, do mesmo modo, com relação à Bolívia, principalmente porque nós não temos nenhum controle, a não ser em operações pontuais, de movimentação dessas pessoas — o lado brasileiro e o lado boliviano. Acho, sim, que a gente tem de ter um controle maior, principalmente quando se fala



de crianças e adolescentes. Conversando com as autoridades dos dois países nesses encontros, a dificuldade é única: tanto a Bolívia, como o Brasil, quanto o Peru identificam o mesmo problema dessas meninas que vão ao solo estrangeiro para se prostituírem. Esta notícia, Srs. Deputados, de que um grupo de mulheres estava em território boliviano até bem pouco tempo, como bem destacou a Sra. Secretária Concita, isso procede, foi passado para a Polícia Federal. Era um grupo, sim, de mulheres, ao nosso conhecimento, em torno de 13 brasileiras que estavam no Peru se prostituindo. Nós tocamos as informações à frente, inclusive, solicitamos o apoio da Polícia Federal. E, como essas moças, existem várias outras.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Dr. Almir, por favor.

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Oi. Senhor, desculpe.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - O caso dessa jovem que foi resgatada, chegou-se a algum lugar? Encontrou-se a quadrilha? Pegou-se o rastro?

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Olhe, é como eu falei. Todo esse procedimento de proteção, acho que a Comissão já recebeu, com a informação sobre o número, tem o depoimento sigiloso dessa moça, contando detalhes, em juízo, de como ela foi arregimentada por essa quadrilha e o que aconteceu com ela até o momento em que ela conseguiu socorro na Embaixada brasileira em La Paz. Ela contou isso tudo. Nós perdemos — eu conversava com os colegas que lidam com Direito da Juventude — uma grande parceria, que era o Programa Sentinela. Não sei quem se lembra do Programa Sentinela. Quando o Programa Sentinela restou absorvido pelos CREAs, essas situações vivenciadas, principalmente relacionadas a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e, enfim, homens e mulheres, elas caem na mesma vala comum. Isso causou extrema espécie a nós, muita preocupação, porque o Programa Sentinela, que funcionava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Doutor, desculpe interrompê-lo. O Deputado Flaviano, parece-me — independentemente de nomes, é evidente que está sob segredo e longe de nós transgredir o processo —, mas me parece que a inquietação dele é se se chegou aos algozes. Quer dizer, houve efetivamente a punição, a prisão dos responsáveis ou do responsável, do aliciador?

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Da quadrilha?



O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Tá. Foi assim, a atuação da Vara de Infância cinge-se à questão de proteção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu entendi.

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Paralelamente a isso, nós provocamos, como Promotores do Ministério Público do Estado do Acre, a intervenção e o conhecimento da Polícia Federal, que havia chegado a nós, inclusive com peças dessa medida de proteção, e o número do inquérito está nesses autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu entendi, doutor. Nós não estamos responsabilizando o Ministério Público. A parte de vocês foi bem conduzida, de forma que eu o parabenizo. A inquietação aqui...

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - O desiderato, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Desiderato. Houve...

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Não, o desiderato, nós não temos essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Muito obrigado.

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Essa informação vai ter que ser buscada junto à Polícia Federal nesse inquérito e no Ministério Público e na Justiça Federal, seção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor não sabe se finalmente houve...

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Não, nós não conseguimos esse acesso, porque não há essa comunicação. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Muito obrigado. O senhor concluiu? Desculpe, porque nós interrompemos tanto. O senhor já concluiu a sua fala?

O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Concluí, sim. Muito obrigado pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe agradeço. Desculpe, porque a curiosidade da Mesa aqui eu acho que foi coletiva.



O SR. ALMIR FERNANDES BRANCO - Estamos lá para colaborar em tudo de que a Comissão precisar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Almir.

Queria passar a palavra ao Dr. Marcelo Sálvio Rezende Vieira, que é Superintendente da Polícia Federal. Não ia, inicialmente, fazer uso da palavra, mas, depois, acho, de tantas citações, de tantas referências positivas, evidentemente, à Polícia Federal.

Pois não, doutor.

O SR. MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA - Bom dia a todos. Deputado Arnaldo Jordy, agradeço o convite e cumprimento a todos aqui presentes. Meu nome é Marcelo Sálvio, sou Delegado de Polícia Federal e estou exercendo a função atual de Superintendente da Polícia Federal aqui no Estado do Acre. Só para iniciar e posicionar a Polícia Federal neste contexto todo, posso dizer que o tráfico de pessoas nas diversas modalidades para a exploração sexual, para a exploração do trabalho, para a exploração de tecidos e órgãos e também para a imigração ilegal é uma das prioridades da nossa instituição. Mas esses crimes todos têm suas complexidades e seus problemas. O primeiro é situar a Polícia Federal em sua atribuição investigativa própria. Nem sempre ela atua, porque ela não tem atribuição específica. E, segundo, como colocou aqui o Deputado Luiz Couto, esses crimes são crimes que a gente pode chamar de crimes invisíveis. Eles não são explícitos como homicídios, em que você tem o corpo de delito, que todos veem. É difícil, muitas vezes, você chegar ao conhecimento da ocorrência do crime e, daí em diante, passar a iniciar um trabalho típico de Polícia Judiciária, que é a investigação propriamente dita. Bem, posicionada a Polícia Federal nesse contexto, eu posso dizer que nós temos muitos inquéritos aqui instaurados no âmbito do Estado do Acre, nesse período que compreende os trabalhos da CPI sobre essa questão. Temos prisões, temos operações, alguns fatos foram devidamente esclarecidos, outros, não; em outros, nós chegamos à conclusão de que não ocorria crime. E algumas dessas ocorrências que foram citadas aqui, eu não sei, doutor, se esse inquérito — eu tenho um registro aqui específico sobre esse questionamento do Deputado Flaviano Melo —, não sei se a gente está tratando do mesmo assunto, do mesmo procedimento investigativo. Não sei também se ele está sob segredo de



justiça. Confesso que não acompanho todos os inquéritos que tramitam na polícia, que são mais de 700 inquéritos. Não há como acompanhar inquérito por inquérito. Mas se for este o caso, salvo engano, da menor... O senhor tem o nome dela? Não tem. O que ocorre, sobre esse caso específico, se for esse ponto que a gente está discutindo aqui, essa pessoa está presa, não no Brasil, no exterior, em função do cometimento de outro crime no exterior: tráfico de drogas. Nós já identificamos o autor. A dificuldade, daqui para frente, a nossa atuação — eu prefiro não nominar a vítima —, mas, daqui para frente, a situação, a dificuldade nossa é trabalhar com as ferramentas de cooperação em matéria penal internacional. Mas a gente já chegou à identificação do autor do fato e, eventualmente, de algumas pessoas que tenham colaborado com ele nessa ação. E vamos, no momento oportuno, apresentar as nossas conclusões. Mas essa pessoa, em especial, está presa em função do cometimento de outro crime. E está presa, salvo engano, na capital da Bolívia. Outras situações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Esse criminoso é brasileiro ou não?

O SR. MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA - A vítima é brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A vítima, sim, eu já entendi. Mas esse...

O SR. MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA - Por tratado, é um crime que compete ao tráfico internacional, é da nossa atribuição investigativa própria, e temos o tratado, inclusive uma conduta abrangida pelo tratado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu digo: o criminoso que está preso é brasileiro?

O SR. MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA - É brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É brasileiro.

O SR. MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA - Está preso na Bolívia, em função de um crime cometido no território boliviano: tráfico de drogas na Bolívia. Outros pontos aqui que foram tratados também, nós estamos acompanhando e investigando a questão já exposta aqui pela Dra. Joana D'Arc. É uma ocorrência que está sob a investigação também da Polícia Federal, por requisição do Ministério Público Federal, embora talvez você não consiga enquadrar a conduta sob a ótica



do tráfico de pessoas. Muitas vezes praticam crimes, mas nem sempre você pode situar aquela ocorrência no tráfico de pessoas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só para esclarecer, doutor. Desculpe a interrupção. Eu imagino que esse mesmo cidadão, reincidente por outra tipificação penal, deve ter havido o flagrante nessa questão da droga, e por isso ele está preso lá, porque foi praticado lá. Mas o inquérito daqui, do tráfico humano, envolvendo essa menina, continua o seu percurso?

O SR. MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA - Continua tramitando. Está numa fase final, já. Está chegando àquele momento de conclusão, e a dificuldade maior agora é, muitas vezes, ouvir essa pessoa no exterior, não é? A gente precisa de um acordo de cooperação; a autoridade central no país vizinho tem que agir. Então, demora-se um pouco mais nessa fase, em função simplesmente da detenção desse cidadão no exterior. Hoje, para a Polícia Federal, um dos nossos maiores problemas aqui, no que toca ao tráfico de seres humanos, é uma rota migratória, ilegal, para a entrada dos haitianos aqui no Brasil. Isso tem gerado, nos últimos 3 anos em especial, um incremento das nossas investigações, com inúmeras prisões, e é uma questão pendente, não é? Há uma rota já conhecida por todos aqui no Acre, via Peru, para a entrada de haitianos no Brasil, e muitas vezes, ou quase sempre, essa rota é explorada por pessoas chamadas coiotes. Cobram, exploram, desses estrangeiros valores exorbitantes e, às vezes, até colocando os estrangeiros em situação de risco extremo, para que eles ingressem no território nacional. É o maior problema atual da Polícia Federal no Estado, no que toca ao tráfico de pessoas. O.k., Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Dr. Marcelo. Muito obrigado pelos seus esclarecimentos.

Eu queria só, antes de passar ao próximo orador, registrar a presença do Dr. Sadi Fulber, do Ministério da Justiça; do Dr. Guillermo Barbosa, também Cônsul do Brasil em Cobija; e da Dra. Solange Xavier, que representa a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, nossa Ministra Maria do Rosário.



Queria também registrar aqui um ofício da nossa colega, a atuante Deputada Perpétua Almeida, que justifica aqui, parabeniza a iniciativa, e justifica a sua ausência aqui em função do convite da Presidenta Dilma Rousseff de estar presente na Comissão de Relações Exteriores, que hoje tem inauguração importante no Rio de Janeiro. Ela, como representante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, não poderia estar ausente daquele ato e, portanto, justifica a sua ausência aqui. E nós vamos, depois, encaminhar todos os relatos à Deputada Perpétua Almeida, com certeza.

Queria convidar a fazer uso da palavra o Sr. Carlos Alberto Maia, Procurador da Justiça e Coordenador da Defesa da Infância e da Juventude do Estado do Acre.

Nós estamos já encaminhando para os últimos — ainda faltam cinco oradores — para, depois, nós facultarmos a palavra a quem mais queira fazer uso dela, independentemente de representação aqui nesta audiência. Depois, nós vamos passar para a fase das oitavas dos nossos convocados aqui na nossa audiência.

Dr. Carlos, pois não.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - Gostaria de cumprimentar toda a bancada federal da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas aqui presentes, através do seu Presidente, o Deputado Arnaldo Jordy. Gostaria de cumprimentar os Deputados Estaduais aqui presentes, através da Deputada Federal Antônia Lúcia, autora do requerimento para que a CPI viesse ao nosso Estado. Gostaria de cumprimentar os demais presentes, através do Deputado Flaviano Melo e através do Deputado Gladson Cameli, que teve que se ausentar e que compõe, com esses Parlamentares acrianos, a CPI, que está aqui presente. Bem, primeiro a gente precisa contextualizar um pouco qual é o objetivo da vinda da CPI aqui. Assim, eu fiquei um tanto quanto preocupado, Deputado Arnaldo, tendo em vista que o relatório da CPI foi concluído, foi aprovado, no dia 19 passado, na semana passada, e foi entregue ao Ministro da Justiça e à Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, anteontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas o senhor está se referindo...

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - Foi a do Senado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... à CPI do Senado, que já encerrou seus trabalhos no final do ano passado e recentemente entregou a essa instituição.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - Aquela foi a do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi a do Senado.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - Perfeito. Bem, nós estamos falando muito aqui um pouco da Operação Delivery e o que restou disso e as consequências que teria isso com o tráfico de pessoas. Bem, o tráfico de pessoas, como os senhores sabem, representa hoje no mundo inteiro um dos mais graves problemas, pois esse tipo de crime organizado e transnacional está fortemente atrelado à adoção ilegal, ao tráfico de órgãos, à pornografia infantil, às formas ilegais de imigração com vista à exploração do trabalho em condições análogas à da escravidão, ao contrabando de mercadorias, ao contrabando de armas, ao tráfico de drogas, mas notadamente à exploração sexual, à pedofilia e à pornografia infantil. Nós não podemos deixar de comentar que, quando se fala em tráfico de pessoas, existe uma estreita ligação, uma estreita relação com a exploração sexual, não só seja de pessoas adultas, mas também de crianças e adolescentes. E o tráfico de pessoas floresce, viceja e fecunda onde há graves violações de direitos humanos, seja em decorrência da extrema pobreza, seja em decorrência da desigualdade social, racial, étnica e de gênero. Vários países e comunidades sofrem com a exploração sexual de meninas, meninos, mulheres e até mesmo homens, que são colocados no mercado de trabalho do sexo. Isso é o que nós denominamos turismo sexual, que é a face mais visível do problema. Bem, o Brasil possui 11 Municípios que fazem tríplice fronteira. Brasileia é um deles. O Brasil possui 9 Estados que fazem tríplice fronteira. O Acre é um deles. O Brasil possui 25 Estados, 25 fronteiras estaduais tríplices — são aqueles Estados que fazem fronteiras com dois países e fazem fronteira com dois Estados. O Acre é um deles. O Acre faz fronteira com a Bolívia, faz fronteira com o Peru, faz fronteira com o Amazonas e faz fronteira com Rondônia. Isso agrava o problema. Por quê? Nós temos seres humanos saindo daqui, entrando em Rondônia e saindo da Bolívia por Guajará-Mirim. Nós temos seres humanos saindo daqui, entrando no Amazonas e indo para a Colômbia, lá, em São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, ou indo para o Peru. Nós temos graves



problemas, principalmente quando, notadamente, nós vimos aqui que existem pouquíssimos casos registrados formalmente e oficialmente de tráfico de pessoas — pouquíssimos. Eu fiz um levantamento superficial, antes de vir a esta CPI, quando soube que ela viria e que eu seria convidado para estar aqui, na semana passada, e consegui detectar apenas três: dois, de Xapuri, que não faz fronteira, mas é muito próximo — fica apenas a 60 quilômetros; um, de Cruzeiro do Sul; e um, de Brasileia. Isso nos preocupa porque esse número pequeno de causas, Deputado Moisés Diniz, nos deixa muito à vontade para fazer uma afirmação errônea de que o tráfico de pessoas não viceja no nosso Estado. E ele existe. Isso pode ser perfeitamente demonstrado, Deputado Flaviano Melo, numa simples visita à Cidade de Puerto Maldonado, no Peru, onde há adolescentes sendo exploradas sexualmente, onde, numa simples visita a Cobija, onde há adolescentes exploradas sexualmente, e a Rondônia, nas grandes obras que estão sendo realizadas lá das 12 hidroelétricas. Numa simples visita, nós podemos constatar isso. É claro que, enquanto Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, o tráfico de pessoas internacional foge da nossa competência. Isso é de competência da Polícia Federal. É ela que tem a competência para apurar isso e é do Ministério Público Federal processar, e é da Justiça Federal julgar. Esses números, ao nível do Estado, estão fora do nosso alcance. E o enfrentamento desse problema passa necessariamente pelo envolvimento de vários parceiros. A repressão policial, a representação na Justiça, por si só, não vão resolver esse problema. Nós precisamos, sim, de equipamentos, de investimentos — e, aqui, é a minha contribuição nisso, nesta CPI. Nós precisamos de equipamentos e serviços de ferramentas que venham efetivamente contribuir para o enfrentamento disso. Nós não temos, por exemplo, postos avançados que fiscalizem, com eficiência, a ida e a vinda, a entrada e a saída de pessoas nas nossas fronteiras. E eu estou falando aqui do Estado do Acre.

Qualquer pessoa aqui pode levar uma criança e uma adolescente. Quem quer que seja, uma mulher adulta, pode atravessar essa fronteira e não é importunado por ninguém. Sei disso porque faço isso com frequência. De vez em quando, visito a Bolívia, pois a Cobija se trata de uma zona franca e, de vez em quando, eu vou fazer uma visita. Levo minha filha de 7 anos, levo a de 15 anos, e ninguém sequer me



parou. Quando me parou, foi para pedir a documentação do carro para ver se estava tudo em ordem. Ninguém jamais me questionou se eu sou o pai daquelas meninas.

Nós, enquanto Coordenadoria de Defesa da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Acre, estabelecemos uma parceria com o Exército. O Exército faz, Deputados, umas operações no final do ano, de fiscalização ali, em razão de entrada de drogas. E nós fomos fazer uma parceria com eles, para que eles começassem a pedir a documentação de crianças e adolescentes que estivessem indo naquela direção das fronteiras.

Mas isso é uma questão que dificulta em razão da cultura que não reina só aqui no nosso Estado, penso eu que no Brasil todo, onde não existe a tradição, não existe o comportamento de os pais levarem consigo os documentos de seus filhos.

Mas a gente pediu essa cooperação do Exército, e, no ano passado e no ano retrasado, resultou em grandes avanços na fiscalização de crianças e adolescentes que estejam se direcionando a fronteiras. Porque nós sabemos que existe uma rede aqui, existe uma rede que leva adolescentes para os países fronteiriços. Mas a gente não pode ficar à mercê de ações pontuais. Esta, do Exército, ocorre uma vez por ano; geralmente se inicia no mês de novembro e avança até janeiro. Nós não podemos ficar à mercê disso. Nós não podemos deixar, Deputado Walter Prado, grande parceiro nessa luta, nós não podemos deixar de observar que uma adolescente não sai daqui para o Peru e para a Bolívia, com a cara e a coragem; existe uma rede de aliciamento para isso.

Quando se fala na Operação Delivery, nós estamos falando de uma operação de parceria da Polícia Civil, notadamente do NUCRIA, que é o Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente vítimas, junto com o Ministério Público, que detectou algumas pessoas que se utilizavam dessa rede de exploração sexual.

E aqui eu quero reafirmar, reprisar, repetir: quando eu falo em exploração sexual, eu falo porque eu entendo que a exploração sexual está intimamente ligada com o tráfico de pessoas.

O poder público obteve sucesso nessa Operação Delivery porque se debruçou numa investigação, mas essa investigação acabou, essa investigação acabou. Nós não temos um equipamento eficiente no nosso Estado, para que esses tipos de investigação sejam permanentes.



Nós precisamos aqui — e aqui é um encaminhamento a esta CPI, para ver com o que possa contribuir conosco — de uma delegacia; não de um núcleo que funcione em dias úteis, em horário comercial. Nós precisamos de uma delegacia à disposição da população, uma delegacia que apure violações de direito, violência praticada contra a criança e o adolescente, à disposição da sociedade 24 horas por dia, 7 dias por semana. Nós não temos isso aqui. E esta delegacia, notadamente no tráfico de pessoas obviamente tem que estabelecer uma parceria com a Polícia Federal, porque, quando a gente fala de delegacia, nós falamos de atribuições dentro de um Município. Mas, como no Município de Rio Branco nós temos mais da metade da população, significa dizer que, pelo menos no tráfico de pessoas, ela deva ter uma amplitude estadual, pelo menos no tráfico de pessoas. Notadamente, obviamente nesse recorte de criança e de adolescente.

A senhora queria fazer um aparte?

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Queria um aparte para uma complementação. No caso exatamente que V.Exa. está dizendo que precisa, então, pronto: verticalizam-se os Poderes da República; essas instituições, junto com a nossa CPI, já contribuiriam; e já continuaríamos.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - É verdade. Obrigado.

Então, como estratégias, Deputado Arnaldo, eu queria dizer ao senhor e a todos os senhores que, aqui no Estado do Acre, a minha Coordenadoria é a gestora do Disque 100. O Disque 100 é aquele serviço que os senhores conhecem muito bem, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República.

E nós recebemos todos os tipos de denúncias de violências praticadas contra a criança e contra o adolescente. Coincidentemente, eu também sou Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e também sou o gestor de outras violações de direitos humanos agora praticadas com qualquer pessoa.

Então, neste momento, todas as denúncias do Disque 100 vêm para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - E aqui eu quero dizer ao senhor que nós recebemos várias denúncias de violações de direito praticados contra a criança e contra o adolescente no ano passado, e nem todas têm condições de serem apuradas pelos equipamentos existentes no nosso Estado, na nossa



Capital, atualmente. Por isto a razão da criação de uma delegacia, e acredito aqui que a CPI talvez possa contribuir em muito.

Agora, eu quero parabenizar a CPI, que fiquei sabendo agora que se trata da CPI do Senado, por ter apresentado, no seu relatório final — e acredito que os senhores também vão concluir nesse sentido —, uma proposta para o Código Penal, para definir como tráfico de pessoas não aquilo que consta na Convenção de Palermo, que seria: *“agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, alojar ou acolher pessoa mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de explorar alguém para a remoção de órgãos, tecidos ou parte do corpo, trabalho em condições análogas de escravo, servidão por dívida, casamento civil, adoção ilegal, exploração sexual, pedofilia ou qualquer outra forma que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou sua integridade física”*.

Penso que, se nós estabelecermos esses verbos, se ficarem no Código Penal, na legislação penal, esses verbos, esses fatos típicos — não só o aliciamento, mas aquele que transporta, aquele que ajuda, aquele que acolhe —, se tudo isso ficar tipificado como crime, talvez aí a gente consiga diminuir.

Mas aqui quero ressaltar que, em razão da grande problemática, do grande problema e das suas impressionantes dimensões, a repressão policial e judicial, por si só, não dá. Não se pode colocar esta temática apenas para questão criminal. Nós precisamos, sim, de políticas públicas nesse sentido, e precisamos que equipamentos sejam criados, com postos de controle, com os núcleos, dos quais o Secretário de Direitos Humanos do nosso Estado falou que não estavam funcionando. Agora, quem sabe na sua Secretária, Deputado, venha com efetividade a funcionar? Porque, depois que acabou o convênio com a União, esses núcleos de enfrentamento do tráfico de pessoas: um, que fica em Brasileia, e outro, que fica — tenho anotado aqui em algum lugar — em Cruzeiro do Sul, não estavam funcionando.

Bem, existe um programa, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós pedimos ao senhor para já ir concluindo, por causa do horário.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - Já estou concluindo. Queria que o senhor me desse só 1 minutinho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, claro.

O SR. CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA - Existe um programa chamado PAIR, que é o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Infantojuvenil, que é da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que em 13 Municípios aqui no Acre, está sendo aplicado.

Os Municípios que fazem fronteira com outros países, que são Epitaciolândia, Assis Brasil, Brasiléia, Plácido de Castro, detectaram, no seu plano operativo local, a necessidade de postos avançados para fins de repressão e de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Foi um desses problemas que eles colocaram em seus respectivos planos operativos locais.

E não podemos, só para concluir, deixar de dizer que foi elaborada uma *Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente*, que foi assinada pelo CNJ; CNMP; Conselho Nacional de Defensores Públicos; Secretaria Nacional de Direitos Humanos; Ministérios da Justiça, da Educação, do Trabalho e Emprego, Social de Combate à Fome, e da Saúde, onde diz, em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes, que o poder público tem que mobilizar esforços, visando aumentar a celeridade e a efetividade do encaminhamento de denúncia e investigação do processo e do julgamento dos crimes de violência sexual e de tráfico de crianças e de adolescentes.

Então, esta CPI, esta presença de vocês aqui foi muito importante para que a gente possa realmente avançar no enfrentamento deste problema, reconhecendo que ele existe em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Carlos Alberto, pelas suas considerações.

A gente queria perguntar se o representante da Ordem dos Advogados do Brasil está presente, o Sr. Ristoff, da OAB do Acre. *(Pausa.)*

Marcos, o senhor representa a Ordem dos Advogados?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Saiu, não é?



Eu queria, então, convidar para fazer uso da palavra, o Sr. Fábio Fabrício Silva, que representa aqui a Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social, a Sra. Maria das Dores de Sousa. *(Pausa.)*

Está aí o Sr. Marcos. Nós gostaríamos só de... Lógico, nós não estamos aqui estabelecendo tempo, etc., para as pessoas ficarem muito à vontade para falarem o que consideram essencial, mas nós gostaríamos de pedir um pouco de brevidade, em função do adiantado da hora. Nós temos ainda oito oitivas de convocados, pessoas que ainda vão ser ouvidas pela CPI. Está certo?

Eu concedo a palavra a S.Sa., o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO FABRÍCIO PEREIRA DA SILVA - Muito bom dia a todos, Deputado Arnaldo Jordy, em nome de quem cumprimentamos a Mesa e toda a Rede de Atendimento, os Conselhos Tutelares e o Conselho Estadual.

Eu sou Fábio Fabrício Pereira da Silva e sou, aqui no Município de Rio Branco, Diretor de Proteção Social Especial da Secretaria de Cidadania e Assistência Social.

De forma muito resumida e breve, gostaria de colocar algumas situações e alguns fatos que podem enriquecer o resultado desta nossa CPI. Nós que estamos no atendimento direto às vítimas da exploração sexual, do abuso, do tráfico, através dos nossos CREAs, dos nossos Centros de Referência Especializados, principalmente através dos nossos abrigos, que são unidades de proteção integral, sabemos o quanto é terrível quando nós conseguimos avançar num processo de proteção, mas, ao mesmo tempo, não temos uma resposta no processo de responsabilização e elucidação desses crimes contra a dignidade sexual ou tráfico de pessoas, contra os meninos e meninas.

Nós sentimos, nós que estamos na ponta e na proteção, no dia a dia, na noite, na madrugada, no final de semana, com essas vítimas, o quanto de outras informações vão surgindo, que nem sempre estão dentro dos inquéritos policiais, das escutas do Ministério Público ou das próprias oitivas do Judiciário.

Temos uma situação bastante grave em Rio Branco, em alguns dos nossos bairros, notadamente o Bairro Taquari, de organizações que recrutam meninos e meninas de 11, 12, 13 anos. Esses meninos, através de Yampara, San Isidro e os vilarejos que existem até chegar à Serra de Santa Rosa, que é uma localidade de



um caminho para Cusco, são, então, ali entregues para as redes de tráfico, de exploração. Meninos, inclusive, cujos corpos estão hoje deformados pela aplicação de silicone, de água com farinha de trigo; meninos que têm registros, inclusive, de entrada nos serviços públicos do SUS; meninos que estão sob nossa guarda nos nossos abrigos municipais.

Percebemos também a grande convivência que tem o que chamamos de *trade* turístico — os taxistas, os hotéis, os motéis, as pensões e congêneres —, quando acolhem e quando inclusive possibilitam, através de telefone, de cardápios, meninos e meninas da nossa cidade, notadamente dos bairros mais periféricos.

Recentemente, houve um encontro dos Municípios trifronteiriços lá na cidade de Puerto Maldonado, de que nos falou a Secretária. Ali ficou muito expresso o que existe de meninos, Dr. Carlos Maia, como o senhor falou, nos prostíbulos, nas casas, nas pensões ali na cidade de Puerto Maldonado, mais na área periférica, próxima daquelas redondezas do Aeroporto Internacional Padre Puerto Maldonado Aldamiz. É ali onde está a grande concentração de meninos e meninas que nós já identificamos, e que, inclusive as próprias vítimas que conseguiram se evadir desse sistema colocam nos atendimentos dos nossos abrigos.

Em síntese é isso. Também entregaremos à CPI alguns relatórios de algumas situações de meninos que, inclusive, dentro do território nacional, tiveram acesso a cirurgias de mudança de sexo e de colocação de próteses, para serem vendidos, para serem traficados e explorados pela rede local ou nacional e internacional do tráfico de pessoas.

Essas informações, inclusive consubstanciadas em relatório, já foram passadas ao Ministério Público, à Polícia Civil. E aguardamos, de fato, a conclusão, para que melhor possamos fazer o processo de proteção daqueles que estão sob nossa guarda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Dr. Fábio, pelas suas considerações.

Eu queria passar a palavra à Deputada Estadual Antônia Sales para fazer suas considerações; depois, ao Deputado Estadual Walter Prado; e depois, à Conselheira Tutelar. Vamos em seguida.



A SRA. ANTÔNIA SALES - Primeiramente, não poderia deixar de agradecer aos membros desta CPI e parabenizar a iniciativa da Deputada Federal Antônia Lúcia.

Quero dizer que já estava passando da hora, mas que está acontecendo e estamos vendo que o apelo, o clamor popular, o clamor do nosso povo aqui do nosso Estado hoje está sendo contemplado nesta CPI para tratar do tráfico de pessoas, Mas a gente sabe que o tráfico envolve prostituição infantil, adolescentes e também mulheres, homens, tráfico de órgãos, como já foi mencionado aqui.

E aqui no nosso Estado, nos Municípios, os quais eu represento também no Vale do Juruá, com cinco Municípios, também fazemos fronteira com o Peru, que também não está imune a essa chaga que temos no nosso Estado.

A gente vê é que o nosso povo está perdendo as esperanças, a confiança naqueles que dizem, das instituições que são estruturadas para defendê-lo.

Aqui foi mencionado que teve uma CPI na Assembleia Legislativa em 2009. Realmente, tivemos essa CPI. O Presidente não se encontra, está viajando, mas o Presidente da CPI do enfrentamento à exploração sexual da criança e adolescente era o Deputado Luis Tchê, que atualmente é Deputado. O Relator não é mais, mas temos outros que faziam parte que ainda estão com mandato. Eu somente participava e ouvia.

Tivemos muitas vítimas, um relatório de pessoas que exploravam essas crianças. Escutamos muitas dos familiares dessas crianças exploradas aqui na Assembleia.

E a conclusão: uns foram inocentados e outros permanecem em segredo de Justiça — o entrave sempre de esses processos ficarem em segredo de Justiça.

O que o povo espera é a elucidação dos culpados e que cheguem à população os nomes. Passam-se anos, a gente não sabe e não é divulgado. Isso é que leva o desespero ao povo e o descrédito de não mais acreditar na Justiça, quando eles fazem as suas denúncias. Esse é o primeiro empecilho que nós encontramos.

E nós, aqui na Assembleia Legislativa, não temos o papel de Justiça, apenas o de ouvir, investigar e mandar para os órgãos competentes. Então, cabe à Justiça



dar esse *feedback*, essa resposta à sociedade, e os nomes dos culpados e dos inocentados.

Nós estamos agora, por exemplo, com essa Operação Delivery. Toda a sociedade sabe, o Estado sabe, porque foi divulgado pela imprensa. E a gente só viu que dois foram presos, e o povo quer saber por que só dois, se a gente sabe que foram centenas. Depois foi reduzido; agora nós sabemos que são 22; mas só dois estão presos. É disso que o povo reclama, a gente reclama. Nós somos muito cobrados por isso. Por que só dois e por que não o resto, por que não os outros que foram acusados? Só dois estão presos.

O abuso sexual em crianças e adolescentes, a gente vê muitos casos e escuta, inclusive de pais contra filhos. A gente vê muito: se for uma pessoa pobre, imediatamente não se espera nem defesa, ela já vai para a penal diretamente — uns, caso flagrante, outros foram denunciados e já vão para lá, para escutar lá dentro da penal, para serem ouvidos — ; e quem tem dinheiro, seu advogado o impede.

Então, isso também faz com que o nosso povo e as pessoas que denunciam esses abusos não queiram denunciar, fiquem sem esperança, decepcionados, desacreditados.

Então, o que a gente quer agora, com a presença de vocês aqui, é que isso a gente está vivendo, isso que gente está fazendo aqui, que as denúncias que se têm, que haja realmente uma resposta para a nossa sociedade e para nós que a representamos.

E aqui eu faço um pedido para a Deputada Federal Antônia Lúcia: que não só fique aqui na Capital. Nós temos muitos Municípios nossos aqui no nosso Estado que fazem fronteira, que têm tráfico de pessoas, mas que também têm muitos abusos de crianças e adolescentes sexualmente abusados. Muitos deles foram com pessoas influentes e que até hoje, anos e anos, estão impunes, e a nossa sociedade esperando por justiça.

Então, eu faço um convite à Deputada: que também vá fazer em Cruzeiro do Sul, porque lá existem cinco Municípios no Vale do Juruá, ligados também à fronteira com o Peru, em que também se escutam esses casos.

Era o que eu queria dizer. Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada. Se a senhora tiver esses nomes — ouviu, Deputada? — que a senhora diz que não foram, que concentraram apenas em dois nomes, etc., para proteger supostamente outras pessoas, se a senhora tiver e quiser nos repassar, fique à vontade.

E a senhora tem razão quando disse: negócio de segredo de Justiça, eu nunca vi peão sendo protegido por segredo de Justiça, nunca. Geralmente, quem tem proteção de segredo de Justiça é colarinho branco, é gente influente. O peão apanha logo, entra no camburão, vai para o... E, às vezes, ainda tem a imprensa já o entrevistando como condenado, antes de responder processo e se defender, qualquer coisa assim. Mas, infelizmente, este é o Brasil. E nós estamos aqui para tentar ajudar a superar essas coisas.

Mas nos remeta depois esses outros nomes, porque nós vamos pedir às autoridades para que possam investigar. Está certo?

A SRA. ANTÔNIA SALES - Na verdade, está na imprensa, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É porque eu não sou daqui, da imprensa.

A SRA. ANTÔNIA SALES - Então, a Deputada Antônia Lúcia pode adquirir essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Walter Prado, para fazer as suas considerações, e depois à Deputada Marileide também, para fazer as suas considerações. Eu não sei se a senhora Andrea Lima, Conselheira Tutelar está ainda aí.

O SR. WALTER PRADO - Quero saudá-lo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um instantinho, Deputado Walter.

Eu não sei se há mais alguém aqui, nesta audiência pública, que gostaria de fazer uso da palavra. Há alguém da plenária, alguém das entidades, algum cidadão, alguma cidadã? O nosso Promotor de Justiça também gostaria de fazer uso da palavra, e o nosso amigo Jocivan também.

Pois não, Walter.



O SR. WALTER PRADO - Presidente Arnaldo, em nome de quem eu cumprimento toda a Mesa, quero inicialmente parabenizar a Deputada Federal Antônia Lúcia pelo convite e pela possibilidade da vinda da Comissão aqui ao Acre.

Eu vou ser bem breve. Mas eu diria que foi muito oportuno, porque essa história de dizer que não há tráfico de pessoas no Acre não é verdade; existe. E existe com bastante intensidade. Qualquer pessoa que duvidar disso, basta ficar um final de semana aqui na fronteira, Procurador Carlos, que vai ver adolescentes, mulheres. Não há a mínima fiscalização nem para Rondônia, para as usinas, nem para a Bolívia. Dificilmente, como disse o Deputado Moisés, se pergunta ou se pede identidade de quem vai no rumo da Bolívia. Alguma vez pedem do carro.

Eu quero deixar, Presidente, como sugestão — presido a Comissão de Direitos Humanos há quase 8 anos, aqui na Assembleia — a necessidade urgentíssima de postos avançados da Polícia Rodoviária Federal, para se ter um controle — nós estamos numa fronteira —, da Polícia Rodoviária Federal. E, principalmente, como diz aqui a companheira Joana, há necessidade da instalação da superintendência aqui no Acre, para fortalecer.

É inconcebível que essa parte do Brasil fique solta. Além do furto de carro, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, seria fundamental, como sugestão para melhorar esse tráfico de pessoas aos finais de semana, os postos avançados da Polícia Rodoviária Federal fiscalizando mesmo, efetivamente.

Se uma jovem vai dentro de um táxi, ela tem de ter autorização dos pais, da mãe para passar nesses postos. Eu sou da área da segurança, sou Delegado de Polícia de carreira, e vejo isso com tristeza. Daqui da Assembleia se pede, mas não há estrutura nenhuma. Então, essa é a sugestão que eu gostaria de deixar.

Quero parabenizar a Comissão, porque é fundamental isso aí. Eu acho que é um belo começo.

Outro aspecto — ouviu, Dr. Carlos? — que não pode continuar é ficar sem a delegacia. Tem que haver a delegacia para tratar essa questão dos menores. Tem que ter a delegacia para tratar essa questão dos menores nos finais de semana. Existe o núcleo, mas o núcleo atende como uma loja comercial, no horário comercial, e esse tipo de crime não é no horário comercial.



Portanto, essa é a sugestão que eu quero deixar. Quero parabenizá-los porque é importantíssimo esse acompanhamento e dizer que as instituições no Acre estão funcionando plenamente. Tivemos, do ano passado até esta data, 179 pessoas presas por crime de pedofilia. Existe essa operação que está em investigação no dizer da Promotora. As instituições estão funcionando. Agora precisa que se fechem as fronteiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. WALTER PRADO - Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado, pelas suas contribuições e fica inclusive aqui a sugestão. Todos aqueles que aqui estiveram, que estão refletindo sobre o tema, que estão preocupados com essa questão, a CPI é uma ferramenta importante, dentre outras que existem, e os senhores podem nos remeter as suas sugestões de contribuição, os operadores do Direito, independente se estão lá exercendo na promotoria, como advogados, como juízes, que queiram também nos remeter contribuições acerca do aperfeiçoamento do nosso ordenamento jurídico, do nosso arcabouço jurídico, que, como eu disse, é frágil, que estão com a mão na massa, digamos assim, sabendo onde estão as interdições, por favor, usem e abusem. Mandem contribuições, porque nós estamos fazendo um grupo de trabalho coordenado pela Deputada Flávia Moraes, desde agosto exclusivamente dentro da CPI, um grupo de trabalho dialogando com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com o Ministério da Justiça, com o CNJ, com as polícias federal e estaduais, com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a CNBB, com várias instituições recolhendo contribuições de sugestões para aperfeiçoar o nosso ordenamento jurídico no sentido de ampliar a eficácia no combate, no enfrentamento do tráfico de pessoas. A nossa legislação é extremamente frágil, obsoleta, impotente para fazer o combate devido. Então, fiquem à vontade, porque esta é a hora. Ontem mesmo, nós recebemos do Mato Grosso do Sul uma contribuição de um Promotor de Justiça que ouviu os nossos apelos numa entrevista e já mandou também.

Então é importante. Nós vamos fazer o registro dessas contribuições no sentido de tentar aperfeiçoar a nossa legislação para a melhor eficácia nesse tipo de crime.



Eu passo a palavra agora à Deputada Marileide, aqui da Assembleia Legislativa, para fazer as suas considerações.

A SRA. MARILEIDE SERAFIM - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jordy. Quero agradecer à Deputada Antônia Lúcia pela proposição de ter trazido a CPI, esta Comissão aqui ao nosso Estado.

Mas muito se falou aqui das consequências do tráfico de pessoas. E eu fico imaginando que, dentre nós aqui, certamente tem historiadores, teólogos, estudiosos que sabem quais são os princípios de onde começou toda essa questão da prostituição, ou seja, do tráfico de pessoas, que, para quem conhece um pouquinho de história, sabe seus fundamentos e princípios.

Eu me reporto, Deputado, Presidente, a Gilberto Dimenstein, em 1992, quando lançou o livro *O Cidadão de Papel*. Depois veio a Lei nº 8.069 e nós pouco fazemos pelas causas, que é a falta de educação, é a questão social, é a falta de infraestrutura familiar e ninguém debate as causas. É como se a gente quisesse resolver o problema da saúde pública do Brasil apenas com analgésico. Então, eu acredito que esta CPI terá bons resultados na sua finalização quando passarmos a ter a preocupação de debater as causas, que são a educação, a fome, a falta de emprego, a falta de acompanhamento social, a falta de assistência social com as famílias.

Quando se levanta uma questão de um problema, meramente esquece a parte psicológica e a parte, acima de tudo, espiritual, que é o que leva as famílias. E o que mais me preocupa no meu Estado é essa vulnerabilidade das nossas fronteiras. Assis Brasil, Brasília, passamos com a maior facilidade de um país para o outro, sem mesmo questionar uma documentação. Há uma preocupação maior com a Receita Federal, com as divisas de recursos que entram ou saem do nosso País, do que com propriamente a cidadania, direitos que ferem o maior sentimento, que é a dignidade humana. Se formos para o dicionário e ver o que é dignidade humana e cidadania, nós teríamos que repensar.

Então o meu questionamento e a minha contribuição ficam para que nós debatamos principalmente, como prioridade, as causas que levam a isso: a fome, Concita, o desemprego, a falta de uma proposta de educação integral — isso é uma



questão federal, não é uma questão do nosso Estado, para que se tenha essa assistência.

Ora, o que leva uma barriga vazia, ou uma falta de conhecimento à prostituição ou ao tráfico de pessoas? E somos conhecedores de que, nos nossos Municípios, Deputada Antônia Sales, os pais fazem é oferecer suas filhas quando chega um empresário ou até uma autoridade, como se a sua filha menor fosse um prêmio estar namorando aos 14 anos, 15 anos, alguém que tem uma condição financeira melhor. Culpar aliciadores onde nós não combatemos as causas é muito fácil. Nós vamos continuar questionando e debatendo na nossa sociedade, fazendo um grande circo, até não combatermos as causas.

Ora, não somos inocentes. Aqui não há nenhuma inocência. Se eu for pensar, “*Eu nasci há 10 mil anos atrás*”, Concita, como diz Raul Seixas. Eu vi tantas coisas, vi Salomé, vi Salomão cantando seus salmos pelos ares, vi Rapunzel. E a gente continua fazendo um grande circo, sem nos preocupar com a razão maior, que é o direito à cidadania. Ora, uma adolescente pode escolher o Presidente da República com 16 anos, e para outras coisas ela é inocente. A família está desassistida. Nós precisamos combater as causas, porque as consequências nós sabemos. Todos sabemos as consequências, mas e as causas que evitam isso? Senão vamos continuar dando analgésico para todos os problemas. Nós não vamos ter antibióticos, só analgésico.

E a minha contribuição, Presidente, fique aí referendado que as nossas fronteiras, nós precisamos ter esse enfrentamento. Polícia Federal, nas fronteiras. No posto de Assis Brasil nem Polícia Rodoviária tem lá! Você entra e sai do País com a maior facilidade. Ninguém nem te pergunta, nada, nem um documento. Então, é preciso combater isso. Isso é uma questão federal. Carros? Então, isso é grave.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputada, muito obrigado por suas contribuições. Realmente é assustador você não cobrar sequer um documento de uma adolescente que passa numa fronteira, que atravessa uma fronteira, aí é...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Exato. Claro, é assustador.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É.

Eu queria passar a palavra ao Dr. Mariano George, que é Promotor de Justiça aqui — que esteve, juntamente com alguns de seus pares, à frente dessa operação, acompanhando a operação —, para fazer suas considerações.

O SR. MARIANO GEORGE DE SOUZA MELO - Bom, boa tarde a todos. Presidente, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa. Quero cumprimentar os meus colegas do Ministério Público, na pessoa do colega Almir Branco. A todos os demais presentes, o meu boa-tarde.

Quero apenas esclarecer alguns pontos da Operação Delivery, que não é o objetivo desta audiência, mas que, como a Dra. Marcela já falou, mostrou que tem um braço também voltado para o tráfico de pessoas, que é o objeto desta audiência.

Bom, na verdade, na operação foram denunciadas 22 pessoas. Dessas 22, foi decretada a prisão preventiva de 10 pessoas. Dessas 10 pessoas, hoje 5 ainda estão presas, sendo que algumas conseguiram, no Tribunal de Justiça, a revogação das preventivas. E às outras o próprio juiz entendeu que não se faz mais necessária essa prisão. Estamos falando apenas de preventiva, não de sentença de mérito. Portanto, o processo ainda está em andamento, e brevemente, esperamos, teremos aí a condenação de muitos deles.

Questiona-se muito o segredo de justiça, mas o segredo de justiça não foi colocado por ninguém que atuou no processo. O segredo de justiça vem por força do Código Penal, que visa exatamente proteger essas menores envolvidas, e também as maiores, porque o Código Penal prevê que todos aqueles processos daqueles títulos deverão correr em segredo de justiça. Acontece que algumas pessoas, digamos, mais influentes, tiveram a prisão preventiva decretada, e aí entraram com *habeas corpus*. Essas ações são públicas, e aí, tendo em vista o conhecimento notório, a notoriedade de alguns acusados, a imprensa cuidou também de procurar, ou divulgar melhor, aquelas pessoas que apareceram, no meio da sociedade, nesses processos.



Agora, falando do braço desse tráfico, foi identificado perfeitamente nessa investigação que alguns réus levavam mulheres para o exterior, especialmente para Cobija, Cochabamba e Santa Cruz.

Muitas dessas mulheres, algumas até menores, iam achando que iam fazer uma coisa, e, quando chegavam lá, eram prostituídas. Outras sabiam que iam realmente ser prostituídas. Como era feito isso? Essas pessoas vinham em 2, 3 carros, arregimentavam algumas garotas e levavam. E lá passava... *(Pausa prolongada.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Reaberta a reunião.

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUZA MELO - Como eu estava falando, o tráfico de pessoas não era o objetivo da Operação Delivery, até porque não é atribuição estadual isso aí, por consequência do Ministério Público. Mas a gente descobriu, nessa operação, o braço desse tráfico em que um dos acusados, ou mais de um, especificamente um bem caracterizado, levava mulheres para as cidades de Cobija, Cochabamba e Santa Cruz. Lembrando que, em Cochabamba e Santa Cruz, existiam boates, e o responsável dessa boate seria um tal de Dom Marcus, não sei se é o responsável ou se é o proprietário.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.) - E o Jardel?

O SR. MARIANO JEORGE DE SOUZA MELO - O Jardel chegou a levar para Cobija. Para essas cidades mais dentro da Bolívia, seria o Tiago. Essas mulheres iam para lá e lá tinham que se prostituir, seja fazendo programas sexuais, seja fazendo com que os clientes consumissem, e, assim, dando lucro para as boates. Em contrapartida, elas teriam também uma porcentagem desse gasto que o cliente faria. E algumas dessas garotas falaram que ficaram realmente em situação de cárcere, em casas que eram vigiadas 24 horas por seguranças. Inclusive algumas delas falaram que conseguiram fugir, porque uma delas conseguiu uma relação mais próxima com um dos clientes, e esse cliente se dispôs a pagar a passagem de volta de três delas. Assim, elas fugiram pela janela dessa casa, foram para o aeroporto e conseguiram vir embora. Falaram que outras mulheres ficaram lá. Nessas boates, falaram que existiam mulheres de vários Estados da Federação brasileira e também mulheres de outros países, como Uruguai, Paraguai, e assim por diante.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. MARIANO JEORGE DE SOUZA MELO - Isso está no depoimento de mulheres ouvidas tanto na investigação policial quanto na instrução criminal. Esses depoimentos estão gravados. A OSCIP poderá pedir ao Judiciário, que, com certeza, será disponibilizado.

Lembrando que elas falam que essas boates tinham proteção policial da localidade, de modo que, quando havia alguma operação de investigação com relação exatamente a essas boates, o proprietário era avisado brevemente, e eles tomavam cuidado para que essas mulheres não fossem encontradas no local, sendo que, nessas casas, tinham locais secretos a que a Polícia não teria acesso.

Então, relembro aqui o que já falaram algumas pessoas, inclusive o Nilson Mourão, que falou que recebeu apenas duas denúncias de tráfico, o fato é que esse crime se combate com investigação. Se formos depender da denúncia e do depoimento dessas pessoas, não conseguiremos chegar a lugar nenhum. A prova disso é que, na própria Operação Delivery, muitas meninas que foram ouvidas, de forma tranquila na investigação policial, com gravação, depois chegaram lá e falaram que não tinham dito nada daquilo. Mas aqui está dizendo. Aí elas já inventavam desculpas, diziam que o delegado tinha batido na mesa, tinha desligado a gravação e tinha mandado elas dizerem, sendo que elas contavam detalhes dos pormenores de toda a situação que elas viviam. Inclusive, algumas dessas menores, por coincidência, tiveram proposta de dinheiro para que — isso também está no processo — aliviassem o lado de alguns réus.

Essa era a minha contribuição.

Eu sugeriria à Comissão que pedisse todo o processamento dessa investigação e do processo criminal em si, inclusive degregações, inclusive as escutas que não foram degregadas também, até para que analisem se houve, por parte do Ministério Público ou da Polícia Civil, o acobertamento de alguma pessoa investigada que não foi denunciada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Dr. Mariano.

Eu falo com o Dr. Manoel, da nossa assessoria, que a gente possa já pedir a cópia do inquérito policial de todos os depoimentos, tanto de acusados como de



vítimas, as escutas da gravação e a cópia também do inquérito, do processo criminal e cópia dos depoimentos com as escutas das gravações para as autoridades competentes, para que a gente possa fazer essa análise da atuação.

(Não identificado) - Passar isso para o Ministério da Justiça.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso. Claro.

É muito pesada, a carga é muito pesada.

Viu, Manoel, anotar essa observação aí, para que isso seja baixado em HD.

Eu queria passar, então, para o último inscrito, o Sr. Jocivan Santos, que é do Movimento de Direitos Humanos.

Por favor, use ali o microfone.

O SR. JOCIVAN SANTOS - Então, vou ser breve.

Meu nome é Jocivan, eu sou representante do Movimento dos Direitos Humanos. Há mais ou menos 2 anos, a gente começou a monitorar as notícias de desaparecimento de pessoas que acontecem tanto na imprensa quanto em algumas delegacias e também no nosso próprio escritório de direitos humanos.

No início de 2012, mais ou menos, a gente recebeu alguns *e-mails* e alguns questionamentos: por que em um dos programas de mais audiência, que é o *Gazeta Alerta*, aqui em Rio Branco, sempre aparecia lá a notícia de alguém? *“Fulano de tal que está desaparecido.”* Aí no outro dia, de novo: *“Fulano de tal está desaparecido.”* Geralmente, são crianças, adolescentes, um índice maior de adolescentes, e também de pessoas acima de 30 anos, 40 anos. Enfim, a gente começou a monitorar. Pegamos essa lista da própria imprensa, juntamos com os dados que a gente tinha e a gente, assim, ficou meio surpreso. Porque geralmente as pessoas com a notícia de que alguém desapareceu: *“Ah! É mais um que desapareceu. Foi dormir na casa da namorada. Enfim, vai aparecer.”* A gente cruzou esses dados entre os que apareceram e os que desapareceram, que até agora não apareceram, e daí surgiu um resultado.

Há duas semanas, eu também liguei para a Daiana, que é secretária do Secretário de Segurança, e eu pedi para que ela articulasse uma reunião entre o



Secretário de Polícia Civil, o Secretário de Segurança e a cúpula da Segurança pra gente levar pro Estado essa questão, tendo em vista que, antes, a gente já tinha conversado com algumas famílias e elas questionavam alguma coisa no sentido da pressa que o Estado teria que ter em solucionar esse problema de cada uma dessas famílias. Uma delas é a demora na investigação, enfim. Aí a Daiana ficou de me retornar, ela me retornou, pediu que eu disponibilizasse esses dados pra ela. Eu acredito que até a próxima semana a gente vai estar sentando com o pessoal da Segurança, repassando esses dados e também os questionamentos das famílias sobre essa questão.

Então, a gente cruzou esses dados e está na fase de conclusão. Aqui é uma lista que eu tenho, passada pelo pessoal da imprensa, e aqui nós temos também. E como eu falei, um dos pontos fundamentais questionado por essas famílias é que, geralmente, quando se chega com a notícia de que alguém desapareceu, a polícia, geralmente, parte daquele princípio: *“Ah! Foi pra casa do namorado. Ah! Viajou pra Porto Velho. Ah! Está pra fronteira.”* Então, a gente quer que se questione realmente a precisão de que a notícia realmente exige. *“Oh, foi uma pessoa desaparecida ali, precisa ser investigado a fundo.”*

Por exemplo, muitas pessoas apareceram. Parabéns! Mas muitas delas até agora não apareceram, como, por exemplo, o caso da Janaína. A Janaína até agora não apareceu. A Janaína, desde o dia 15/09/2011. Está aqui. A mãe dela chora, e eu tento acalentá-la de alguma forma, Secretária Concita. Está aqui. Vou te passar esses dados também quando a gente terminar a nossa conclusão. E outras mais.

Uma outra questão, já finalizando, Deputado Moisés Diniz, que vamos tratar também nessa reunião é a respeito, assim, de quando uma pessoa desaparece, que é acreana, em outro Estado. Qual a proposta que o Estado tem para solucionar esse problema lá? Por exemplo, eu tenho um caso de pessoas lá em que a família... foi desaparecido em Fortaleza, por exemplo. A família aqui é pobre, não tem muita condição e ela foi enterrada lá como indigente. A gente precisa tratar essa questão também, porque ela foi pega numa boate lá, o cara estuprou ela, matou — foi assassinada — e foi enterrada como indigente lá.

Então, eu acredito que já, nesse início de ano — eu não vou garantir uma data fixa —, eu vou concluir esses dados com o meu pessoal de trabalho e vou



divulgar para a Secretaria da Mulher, para o Secretário de Direitos Humanos, como eu falei aqui com ele, para o pessoal do MP, do Ministério Público — a gente tem um relacionamento mais próximo também, sempre todo o Ministério Público — e os poderes constituídos.

Como somos uma instituição da sociedade civil, o Movimento de Direitos Humanos, vamos repassar esses dados abertamente e cobrar para que investiguem. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Jocivan.

Se o senhor puder passar também essa lista para nós, nós gostaríamos de tê-la, viu? Está certo? Obrigado.

Bom, não havendo mais nenhuma entidade, nenhuma instituição, mais ninguém que queira fazer uso da palavra, nós vamos encerrar esta audiência pública.

Daqui a meia hora, exatamente, nós retomamos os trabalhos para ouvir, em oitiva, os convocados — alguns, inclusive, que estão sendo conduzidos aqui com a autoridade policial, porque estão presos — nesta audiência.

Essas oitivas serão realizadas aqui mesmo, são públicas. As pessoas que quiserem assistir, podem assistir, só que as oitivas terão que ser conduzidas, necessariamente, por membros da CPI, não podendo haver interferência de pessoas estranhas, por uma exigência regimental. Está certo?

A gente agradece a presença de todos e até daqui a pouco.

Obrigado.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde. Estamos aqui com atraso novamente e vamos reiniciar a nossa audiência. *(Pausa prolongada.)*

Queria convidar para comparecer aqui o Sr. Jardel de Lima. *(Pausa.)* Sr. Jardel. Foram buscar. *(Pausa prolongada.)*

Nós vamos ouvir o Sr. Jardel Nogueira. Só para informar, Sr. Jardel, eu sou o Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará. Sou Presidente da CPI que investiga esses crimes de tráfico de pessoas no Brasil. Aqui nós somos Deputados, o Deputado José Augusto Maia, o Deputado Luiz Couto, a Deputada Antônia, que o senhor já conhece aqui do Acre, a Deputada Carmen Zanotto, o Deputado Flaviano,



que também é daqui. Nós integramos a CPI do Tráfico de Pessoas. Estamos aqui em nome dos nossos pares, para acompanhar essa investigação da Operação Delivery e outros casos, não é só da Operação Delivery, aqui no Acre.

Portanto, o nosso objetivo aqui... Nós não somos juízes nem delegados, nem promotores de justiça, não fomos denunciadores do caso, não temos nenhuma relação a favor ou contra quem quer que seja, muito menos contra o senhor. Nosso objetivo aqui é a verdade, doa a quem doer, alcance a quem alcançar. Essa investigação está sendo feita pelo Ministério Público e pela Polícia do Estado, mas acompanhada por outras instituições, e o nosso objetivo aqui é ajudar no esclarecimento dos episódios.

Nós vamos lhe facultar a palavra por 20 minutos, para ouvirmos do senhor o que o senhor tem a dizer sobre esse episódio que o levou a essa condição de envolvido nesse caso. Vamos lhe dar uma oportunidade para o senhor fazer a sua defesa, claro. Está certo? Já ouvi ali o senhor dizendo que teve constrangimentos para fazê-lo. Nós aqui não temos nenhum vínculo com o Governo Federal nem com o Governo do Estado, nem com Polícia, nem com empresário, nem com promotor, nem com político. Está certo? Nenhum, nenhum. Nossa postura aqui é de absoluta isenção, no sentido de buscar a verdade, repito, doa a quem doer. Porque a gente sabe que quando envolve gente grande tem muitos esquemas de proteção, não é só aqui não. Eu presidi uma CPI no Pará que alcançou irmão de ex-Governadora, de Deputado Estadual com mandato mais votado, empresário, dono de clínica, padre, pastor, enfim, muita gente com reputação na sociedade. Foram indiciadas mais de 150 pessoas pela CPI que eu presidi. O Deputado Luiz Couto já presidiu também CPI contra gente importante, narcotraficante, crime organizado no Nordeste, coisas pesadas. O Deputado José Augusto Maia também está nos acompanhando com bastante afinco, a Deputada Carmen Zanotto, enfim.

Então, eu queria lhe conceder a palavra. Em seguida vamos fazer as perguntas objetivamente que acharmos que pode nos ajudar a esclarecer. Está certo?

Muito obrigado.

O senhor está com a palavra.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Boa tarde a todos. Posso falar?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode falar. O senhor fique à vontade. O senhor tem 20 minutos. Se precisar de mais, estamos aqui para ouvi-lo.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Está bom, está ótimo. Esse dia de o senhor ter vindo aqui Deputado Arnaldo Jordy, junto com toda a Comissão, agradeço a Deus. Acho que a gente apronta, assim, brinca, faz tudo nesse mundo, mas, quando você está... Quem é evangélico que sabe. Quando você está numa pindaíba você só procura a Deus, quando está morrendo. Então, eu pedi a Deus que tivesse alguém aqui na terra que pudesse nos defender, e me defender também, né? Eu fui acusado de tráfico de pessoas, que sai na mídia, pedofilia, exploração sexual infanto-juvenil e imoralidade. E também de outras coisas que saíram na imprensa. O meu currículo pessoal, vou explicar Deputado. Eu sou primário em questão de Justiça. Nunca fui preso. Vou dizer assim que sou um “cara rodado” entre aspas. Sou um cara que gosta de festa. Fui para Barretos. Ando em qualquer... Tipo assim, meu trabalho era com milhas, trabalhava com milhas. Logo que começaram a vender milhas no Acre fui eu, e antes das milhas... Acho que muitas pessoas já compraram aqui de mim, gente importante, a Barsa, aquela coleção Barsa. Então, eu fui o único da Região Norte a trabalhar com ela, há 10 anos. Então, ela vendia, eu ganhei muito dinheiro. Então, eu curti. Vim de família pobre, ganhei bastante dinheiro, mas honesto. Já fui professor também. Dei 2 anos de aula para pessoas pequenininhas, cuidava delas, há 10 anos, mas nunca tive nenhuma queixa na delegacia. A prova é tão grande que não tenho maus antecedentes. Então, tipo assim, quem é traficante está andando nesse mundo do crime, tem a mente voltada para o crime, ele tem antecedentes. A vizinhança não gosta, a Polícia não gosta, ninguém gosta. Mas eu não tenho nada disso. Eu conheço todo mundo. Esse aqui é o Flaviano, ele é um dos Deputados mais bem votados, a Antônia Lúcia também. São pessoas direitas. Eu conheço a vida deles em questão de política. Aquele Deputado aqui é um rapaz direito, esse aqui também, esse aqui também. São pessoas que não são pessoas erradas na sociedade. Então, quando eu fui preso, um delegado, um rapaz, eu vi que ele era novo, porque eu já andei com bastantes delegados federais, autoridades, a gente vê assim o jeito dele, e ele me prendeu, me pegou lá em casa, me acompanhou e tudo. E logo que ele entrou na minha casa pediu para os agentes, um monte deles, me



fecharam. Aí eu olhei assim, eu fiquei assim. Eram 6 horas da manhã. Ele disse: *“Rapaz, vamos encontrar o que nós estamos atrás”*. Eu falei: *“Então, fique à vontade”*. Ele olhou tudo, a casa todinha. *“Eu te garanto que tu não vai encontrar droga, nada de coisa de errado aqui na minha casa”*. Ele falou: *“Tu tens certeza?”* Eu olhei nos olhos dele e falei: *“Tenho”*. *“Por quê?”* *“Faz o teu trabalho.”* E outra, quando o delegado entra — eu fiz 3 anos de Direito, então sei de tudo. Tem pessoas, autoridades que também já conversaram em roda comigo, advogados, e a gente sabe nossos direitos. Todo mundo sabe. Quem é estudado sabe. Então, eu já vi também operações da Polícia Federal. Quando você entra num canto, entra numa casa, ou seja, numa boca de fumo, seja o que for, ou o federal ou o investigador — e o delegado aqui sabe, Walter Prado —, você pede para uma testemunha lhe acompanhar, é busca e apreensão, aí você entra. E eu pedi, e o delegado não pediu. Eu falei: *“Eu quero duas testemunhas que entrem na minha casa acompanhando você”*. E eu olhando para os investigadores, e os caras olhando para mim acuados. Eu disse: *“Ei, quem era para estar acuado era eu, não vocês não”*. Aí o delegado, olhando um para o outro, será que vai precisar trazer não sei o que cachorro, trazer não sei da onde os cachorros. Eu falei: *“Pode trazer o canil que quiser. Aqui você não encontra nada”*. Tá bom. Puxa. Aí olhava assim para mim: *“Tá então vamos para a delegacia”*. *“Jardel de Lima Nogueira, você está acusado disso, disso, busca e apreensão, a intimação para você ir até a delegacia”*. Eu falei: *Então, posso fechar minha casa?* Ele falou: *“Não”*. Eu perguntei por que não. *“Eu tenho o direito de fechar a minha casa. A casa é minha, eu tenho direito”*. Apertei o portão eletrônico, fechei tudo. Aí já fiquei, deixei o alarme ligado, né? Fiquei ligado, tem alguma coisa. Querem plantar droga, alguma coisa aqui, fiquei pensando. Eles ficaram atrás de droga, alguma coisa assim. E eu tenho um álbum, porque, tipo assim, já andei com muita gente importante, e tem assim, já andei com muitos cantores, Gustavo Lima, somos amigos, lá em Goiânia, Jorge e Mateus, as pessoas aqui também, já andei com muita gente importante. Então, eu tenho um álbum de foto com muita gente importante, e andei em Barretos, andei em Caldas Novas, esses cantos assim, e fiz muita amizade com esse tipo de pessoas. E ele olhou assim e disse: *“Rapaz aqui é uns clientes bom”*. Eu falei: *“Cliente? Nenhum dos meninos vieram aqui no Acre. Então, cliente como? É traficante mesmo”*. E olhou o



meu álbum, viu gente assim muito importante, pessoas assim aqui da sociedade mesmo. *“É, já temos a prova”*. E pegaram o meu álbum. Aí eu disse: *“Rapaz, prova de que, meu Deus! Vamos até a delegacia. Aí fui até a delegacia. Entraram numa boa, o delegado, os investigadores e todo mundo me acompanhando. Na delegacia ele disse: “Rapaz, você está sendo acusado do tráfico de pessoas, aliciamento de menores, prostituição, tal e tal”*. Aí eu falei: *“Caramba”*. Aí fiquei assim. *“Você conhece fulano?”* Aí dizia: *“Você conhece fulano? Conhece menina tal?”* Eu falei: *“Conheço, não vou mentir, conheço”*. Ela esteve na sua casa? Eu falei: *“Esteve”*. *“Ah, só isso que eu queria saber”*. Eu falei: *“Tá bom”*. Aí ele: *“Você vai ter que falar isso, isso. Aí eu vou falar o nome de algumas pessoas e você tem que falar que conhece”*. Eu falei: *“Não. Tu é doido? Tá biruta, tá maluco?”* Ele: *“Está chamando a autoridade de maluco?”* Eu falei: *“Pra tu vim com umas conversas só pode está doido. Porque jamais um delegado, um...”*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quem falou isso para o senhor?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - O delegado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Como é o nome dele?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Parece que é Nilton Boscaro. Aí eu falei: *“Não”*. *“Então, ele falou uma coisa: “Já tu vai falar”*. Ele sabia que era um pobre coitado, um cara que nunca foi preso, que não aguenta uma prensa de polícia, aí ele vai falar. Aí colocou lá numa sala, fiquei numa sala lá dentro, na sala, numa boa. Eu disse: *“Rapaz, caramba, o que está se passando?”* E aquela coisa se passando na minha cabeça. Eu nunca fui preso, nunca tive uma briga, não tem nem multa de trânsito, nunca nem aprontei, nunca fiz nada de errado, fiquei tipo um choque, né?, psicológico. Aí eu saí da cela, e ele disse: *“Rapaz, Jardel, você está sendo acusado de favorecimento da prostituição, meninas de menor, levar para homens chiques, para empresário, Deputado, político, desembargadores e pessoas de alto nível importante”*. Aí eu falei: *“Não, você está equivocado”*. Ele: *“Não, é sim”*. Eu disse: *“Não”*. Ele disse: *“Não você está sim”*. Eu falei: *“Não, não estou”*. Aí ele disse: *“Está sim”*. Eu disse: *“Não tô”*. Ele disse: *“A delegada vai chegar e não me faça passar vergonha na frente dela. Fale o que eu estou falando para você aqui”*. Aí eu disse: *“Mas o que ele quer que eu fale?”* É, tipo assim, como é seu nome, Deputado?



Arnaldo Jordy, né? Eu vou dizer que eu estava no puteiro com o senhor sem nem lhe conhecer, conheci agora. Aí eu: *“Caramba, falar o nome de pessoas que eu nunca vi”*. Eu disse: *“Rapaz, mas eu tenho que...”* Ele dizia assim, desculpe até a informação: rapaz eu tenho... Ele pegava a arma dele e fazia assim, o paletó dele, como agente, rapaz eu tenho que resolver essa solução, e pegava a arma pá. Eu disse: *“Rapaz, agora o negócio pegou. Vou ter que falar o que ele quer”*. Ele disse: *“Eu sei que sua mãe está doente, seu pai também está doente e estou numa investigação num trabalho há meses e eu quero pegar pessoas grandes, importantes”*. Aí disse: *“Rapaz...”* *“E eu tenho que fechar esse inquérito. Eu estou precisando da sua ajuda para fechar isso aí.”* Eu falei *“Que ajuda?”* Ele disse: *“Você anda com muita gente importante”*. Eu falei: *“Eu ando. Realmente eu ando. Isso é normal. A forma que eu trabalhei foi com coisas grandes. Logo quem começou com a TAM e milhas fui eu. E a Barsa fui eu. Então, eu vou vender para gente grande. Não vou vender para pobre. Não tem nem como você trabalhar com passagem...”* Ele disse: *“É, nessa área do seu trabalho você também fez amizade com outras pessoas e, quando você vendia as passagens, você também empurrava uma menina”*. *“Eu não, tu tá doido é?”* Ele: *“Não, não, você também empurrava”*. Aí eu: *“Não”*. *“A delegada vai chegar, e eu quero que você explique direitinho. Tá bom, expliquei. Lá na hora a delegada chegou, uma loira bonita, acho que do Paraná o sotaque dela, já conheço o povo do Paraná. Aí ela lá sentada falou: “Jardel?”* Eu falei: *“É, sou”*. E falou que eu estava sendo acusado disso, daquilo. Aí eu tá bom. O delegado também falando. Aí o delegado disse: *“Jardel, você está mentindo. Você está encobrindo alguém.”* Eu falei: *“Encobrindo quem?”* Aí começou a falar o nome de pessoas. Aí o falou Samuel Evangelista, falava um tal de Major Rocha — não sei vocês conhecem aqui. Ele falava de pessoas assim. Começava a meter o pau em pessoas assim: Major Rocha. É esse aqui, né? O Samuel é um preto, nunca nem vi. *“Ele é um negro, você conhece sim, é preto.”* *“Tu tá doido? Eu não.”* Aí ele assim: *“Mas eu quero você fala, Marcelo Bateria, o nome dos caras tudinho, um monte de empresários.”* Eu: *“Uns eu conheço, outros não. Caramba, esse cara mesmo conhece o meu círculo de amizade, mas outros não conhecem”*. Eu ficava assim. Deputado, não o conheço não, mas prazer, boa tarde. Aí eu fiquei assim. Ele disse: *“Não, mas eu tenho que pegar esse pessoal”*. Ele disse: *“Nós vamos botar uma*



câmera. *A delegada vai vir. Quando estiver filmando, você...*” Aí, rapaz, eu vi a situação feia. Aí ele pegou uma câmera, colocou aqui assim, aí começou a falar. E ele ficando com raiva. Ele fazendo a pergunta, aí ele falava assim — vou dar um exemplo —: *“João, tu andou com o João, levou uma menina pra ele? Eu disse: “Não”. E ele suspirava. Aí a delegada do lado e começava a perguntar as coisas. Ele perguntando: “Descreve os seus amigos?” Aí comecei a colocar o nome das minhas amigas. Ele disse: “Não, esses amigos não são esses, tem outros”. Eu falei: “Doutor, esse pessoal que eu ando...” “Vai dizer que você nunca levou mulher para eles?” Eu falei: “Não. Acontece... Nós já fomos uma vez para Barretos, Caldas Novas. Saímos com umas meninas daqui pra lá mesmo. Pegamos elas e levamos pra lá mesmo. Foram curtir com a gente. Coisa de gente adulta. Elas, mesmo assim, estão aqui de volta. E se alguma delas tivesse sumido, a mãe tivesse colocado anúncio no jornal, desaparecida, podiam acusar a gente: “Ah, minha filha saiu com fulano e sicrano, por que ela não voltou?” Mas nem isso existe na delegacia contra mim. Não tem nada, nada. Nenhuma mãe, nenhuma Delegacia da Mulher: o Jardel batia em mulher, o Jardel parava o carro, parava a moto, colocava menina. Não tem nada contra mim, que eu andei parando assim, por exemplo, na frente de colégio, pegando menina nova para levar para os homens, que diz. “Não, doutor, para com isso, não existe isso não”. “Não, existe, não sei o que você está encobrindo”. Eu falei: “Não estou encobrindo.” Ele disse: “Só lhe digo uma coisa, não sei se você vai aguentar a cadeia que eu vou lhe dar”. “Aí eu, meu Deus do céu!” E outra, sua mãe está doente, ele falava, sua mãe está doente e você vai ter que cuidar dela, né? “E aí, seu pai também está doente, sofre de diabetes, sei que ele sofreu uma cirurgia, já arrancou uma perna, e quem vai cuidar dele?” E outra, eu posso lhe ajudar”. Eu falei: “Mas ajudar em quê?” “Tem essas pessoas, diga que você (ininteligível) essas pessoas. “Não. Não vou dizer.” Aí ele: “Diga”. Eu disse: “Esses aqui são meus amigos que o senhor viu aqui”. Ele disse: “Tenho foto, tenho vídeo”. Eu disse: “Então, me mostre”. Que eu estava, um exemplo, que eu estive com o João, então, com a Maria num motel então levando alguém. “Então me mostre”. Ele não mostrava. “Então, me mostre a escuta telefônica?” Ele também não me mostrava. Eu disse: “Me mostre”. A delegada disse: “Não, mas nós temos investigação no Ministério Público há anos”. “Não, a senhora tem de mim que eu ando de mulheres,*



*não sou gay, eu sou homem, sou solteiro, estou na fase. Estava namorando uma mulher em Porto Velho e vim para cá, mas não tem eu levando mulher para motel". "Mas tem, as meninas falaram, é denúncia". "Mas de quem?" Eu já peitava ele: "Mas de quem?" Aí ele disse: "Ah, é coisa do Ministério Público; o Ministério Público tá investigando. E você anda com muita gente que nós queremos pegar, tubarão. Atrás de você nós vamos ter as pessoas grandes". Eu disse: "Rapaz, agora, vai pegar quem?" Eu ficava, né? Aí eu falei: "Esses aqui são meus amigos, esses aqui são meus amigos, esse aqui é fulano, esse aqui é sicrano. O que o senhor tá falando é daquele". "É esse mesmo. Ele pega menina nova". Eu disse: "Não. Doutor, vou lhe falar uma coisa. Pra mim, menina nova é abaixo de 18 anos. Pra mim, menina nova é abaixo de 18 anos". "Não, mas você sai com menina menor". E eu disse: "Não, não". O senhor tem a prova tão grande que nós estávamos na oitiva agora, do juiz, junto com os outros, os promotores: era Mariano e uma promotora grávida. Aqui, o jeito de vocês... Vocês tratam a gente aqui como um príncipe, a gente fica bem à vontade. Vocês me trataram bem. Desculpa ter sido um pouco arrogante lá dentro, mas eu não gostei da forma que alguns falaram, tipo assim, defendendo. E eu fico imaginando. Se tu estás defendendo fulano, então tu tens que conversar com ele. Não é que seja defendendo, tá entendendo? Mas eu não gostei da forma como o delegado nos tratou. Aí fomos pra oitiva. Chegando lá na oitiva, de 40 mulheres — 40 —, 21 foram coagidas. Aí o Juiz Romário Divino falou no *Gazeta Entrevista* que algumas testemunhas foram coagidas. Aí eu fiquei assim: se eu, que sou eu, fui coagido, então, de 21, tem 22, tem 23, 24, tem um monte.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Coagidas por quem?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Pelo delegado competente, a autoridade policial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Sr. Nilton.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É.

Aí eu peguei e disse: "*Caramba, as meninas tudo falando*". As meninas sentavam lá na oitiva...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É. Isso. Ele era. Eu vi que ele não fazia bom trabalho porque uma vez um amigo meu teve uma briga com a namorada



dele, e eu fui pra delegacia, acompanhei. E eu vi como é que um delegado trabalha. O delegado é oi, tudo bem, boa tarde, na delegacia, fala o que tem pra falar. É assim que um delegado fala, uma autoridade. Mas, não, ele ficava com raiva. E as meninas, do mesmo jeito que eu dei o depoimento aqui, elas deram lá na oitiva, pro Dr. Romário Divino e o Promotor Mariano. Aí o promotor ficou assim, cutucava assim o promotor. Era tipo uma videoconferência. Fica na outra sala. Fica filmando, e a gente na outra sala, sendo a oitiva lá, algemado. Aí as meninas falaram: *“Olha, fomos coagidas pelo delegado. O delegado mandou a gente falar isso, que (ininteligível), falar o nome tal”*. Tá. Aí foi uma. Aí dizia: *“Sandra. Chama a Sandra”*. Aí, quando a menina chegava, começava a perguntar: *“Sr. Juiz, quero só lhe falar uma coisa. O delegado me pressionou pra falar aquilo”*. Então, quando você fala na delegacia, você tem que contestar o seu depoimento até quando vai pra oitiva. Não é verdade? E as meninas não contestaram, ficaram com medo. E o promotor perguntou assim: *“E por que vocês prestaram queixa contra o delegado?”*. Aí elas disseram: *“Umas já deram entrada”*. Aí o juiz... E outra, não é nem uma coisa assim, digo assim, segredo de justiça, porque já vazou na Internet, todo mundo já sabe que o delegado coagiu as testemunhas, nós sabemos. Eu não sei o que o delegado queria fazer. Eu não sei o que ele tinha contra mim, contra outras pessoas, mas ele queria pegar alguém. Eu não sei se o superior dele mandou fazer isso, se é uma briga pessoal. Eu não sei, mas eu vi o jeito dele. Ele não queria investigar como é que era, se tu pegavas e levavas as meninas da Bolívia. Ele não veio com essas conversas, se tu davas droga pras meninas. Quem é tráfico, igual eu estou sendo colocado na mídia, era pra ele vir com essas conversas pra mim. Não. Ele só dizia assim: *“Tu estás encobrindo alguém”*. Então, era pra ele vir me interrogar, porque o delegado tem autoridade pra vir e interrogar — não é verdade? —, vir e perguntar. Aí eu peguei, lá na oitiva, falando pro juiz. Igual eu falei pro juiz as meninas também falaram: *“Nós fomos coagidas. O delegado na delegacia coagiu a gente, queria que nós falássemos coisas que não eram verdade, que falássemos o nome de pessoas que a gente não conhece”*. Com o tempo é que eu vim saber o nome de umas pessoas. Este aqui eu conheci agora — Rocha, não é? Recebi agora o nome dele. Não sei se é outro Rocha. Sei que foi falado lá na Assembleia, eles falaram. E falamos de outras pessoas. Só que eu não falei; eu falei o nome de outras pessoas



na hora em que estava sendo filmado. E pronto. Ele ficou um pouco chateado. Depois, ficou ali, na sala, conversou comigo e só falou: *“Por que fez aquilo?”* Eu falei: *“Eu tinha que fazer isso, porque eu não ia incriminar gente que eu não conhecia”*. Aí ele falou: *“Rapaz, eu quero pegar os tubarões; eu sei que tu estás encobrindo”*. Eu disse: *“Mas tu tens foto?”*. *“Não”*. *“Tu tens alguma — eu perguntava era pra ele, em vez de ele perguntar pra mim — escuta telefônica?”*. *“Não”*. *“Tem algum envolvimento com aquela pessoa, vínculo?”*, eu perguntava. E ele: *“Não”*. *“Então, como é que tu estás me acusando? Tem alguma prova contra mim?”*. *“Não, mas você anda com eles”*. *“Doutor, andar é uma coisa”*. *“Ah, mas eu vi você fazendo festa na sua casa, um monte de meninas”*. *“Doutor, são. Estão fazendo mesmo. Minha casa não é prostíbulo, não é coisa”*. Estou mais ou menos 5 meses com a casa, estava pagando o aluguel dela, e um amigo meu, que estava trabalhando, foi embora e deixou. Ele disse: *“Só tem 5 meses. Se tu não aguentar pagar o aluguel... quando você entra pra alugar um imóvel, ficam 3 meses de carência. Se tu não aguentar, tu devolve”*. Eu falei: *“Tá bom”*. Esses 5 meses foram o tempo da investigação policial do Ministério Público, investigando a minha vida. Aí ele falou: *“Faz tempo que tu já vens mexendo com isso, com pedofilia, essas coisas. Tu vai pegar uma cadeia imensa: tráfico de pessoas, não sei o quê, pedofilia, 12 anos, crime hediondo”*. Aí eu fiquei: *“Meu Deus”*. *“Ainda quer ver a tua mãezinha? Então colabora, porque a gente pode te ajudar. E a tua mãe está lá, doente, se acabando. E quem vai cuidar dela, se tu és o filho único?”*. Aí eu vou lhe falar a verdade, doutor: me deu vontade de incriminar eles e outros, me deu, me passou pela mente. Quando eu fui pra delegacia, eu disse: *“É agora. Eu vou falar coisas que eu não sei, dele e de outras pessoas que ele falava o nome e de outros meus amigos”*. Aí eu falei pros meus amigos. No depoimento tem, no vídeo, eu falando, mas não incriminando as pessoas, está entendendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Pode falar, doutor. Foi isso o que aconteceu. Fui preso, estou preso até hoje, queimaram a minha imagem. No inquérito policial — não é segredo de justiça; você já deu uma olhada no inquérito? (Pausa.) Já, né? —, fale a verdade. O senhor é um homem direito, igual eu falei pro Walter Prado. Vocês são homens direitos, vocês são homens sérios. Por que vocês



não chegam à imprensa e falam — porque eu estou queimado na imagem — a verdade: que, no nosso inquérito, não existe pedofilia. Pedofilia é prática de 12 anos a 14 anos pelo Código Penal, é crime hediondo. Eu estou como tráfico de pessoas. No meu inquérito, não tem tráfico de pessoas. Você viu, quem olhou o inquérito. Eu estou como pedófilo, rede de pedofilia. Foi isso o que eu lhe falei. Eu queria que o senhor me ajudasse era nisso. A única autoridade que pode me ajudar — está me ouvindo? — é o senhor. Eu estou sendo acusado de uma coisa que eu não fiz, que eu não pratiquei. E o senhor viu o inquérito. Se todos os Parlamentares que estão aqui, a imprensa, chegassem: *“Não. Os rapazes estão sendo acusados por prática de prostituição. Mas pedofilia, tráfico?”* Doutor, a Polícia Federal entrou no caso. Nos primeiros dias — eu sei o que é verdade —, a Polícia Federal entrou no caso achando, colocando a matéria, como algumas impressas locais, de que eu levava as meninas pra Bolívia, pra Europa, pro exterior, pros países de fronteira, chegava lá, matava as meninas e tirava os órgãos. Doutor, eu fui acusado como isso. Isso aqui todo mundo viu. Eu estou mentindo no que eu estou falando aqui? Eu estou mentindo? Respondam-me todas as autoridades. Eu estou mentindo? Então, no meu inquérito, doutor, não consta isso, e vocês sabem muito bem. E por que a imprensa e eles mesmos vêm, vem um delegado e chega à imprensa: *“Olha, o rapaz está sendo acusado disso, disso e daquilo?”* E por que vocês não nos ajudam? O senhor vê o inquérito. O senhor também tem Deus no coração. Fale a verdade: *“Olhe, os rapazes não estão sendo acusados disso”*. Quando eu sair daqui, as mães dessas meninas, pessoas da sociedade, vão achar que nós somos um bicho. E não tem pedofilia na rede, no inquérito. Pedofilia é pessoa de 14 anos pra baixo. As meninas foram de 17 anos e 10 meses, a menor das quarenta! E por que inventar essa mentira? Eu quero saber disso. Por que vocês estão inventando essa mentira? A imprensa local é só chegar e falar a verdade. No inquérito policial, em segredo de justiça, não está tendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., amigo.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Poxa, isso é simples. Vocês todos são filhos de Deus, têm filhos, têm Deus no coração, leem a *Bíblia*. Isso é fácil: *“Olha, o rapaz lá não está sendo acusado disso, e nós, da imprensa, estamos...”*.

Quando eu sair da cadeia, o senhor acha que nós vamos pegar algum



emprego ou, se o senhor mesmo for meu amigo ou se qualquer homem destes aqui tiver um supermercado, algum canto, vai me colocar no supermercado pra trabalhar? Ninguém, porque eu estou como matador de pessoas, tráfico, rede de pedofilia, prática de prostituição, exploração sexual de crianças. Doutor, isso é pesado. O senhor viu o inquérito, e não consta nada disso. Nem é segredo de justiça mais. O que está rolando aqui não é segredo de justiça. Então, por que colocam a gente como uma coisa que não fizemos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. O.k.

Eu pergunto aos membros da CPI se alguém quer fazer alguma indagação. Eu pediria, nesta fase agora, o máximo de objetividade, para que a gente possa ter os esclarecimentos.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutor, só um momento. A partir de agora, quando eu sair daqui, eu só queria uma proteção, doutor. Eu sei que eu vou morrer. Não é pelas pessoas que estão (*ininteligível*), mas eu sei que autoridades vão me jogar na cadeia, vão me colocar numa cela e vão fazer isso comigo. Eu sei que vão fazer, porque, no dia em que eu fui jogado lá, o rapaz não me deixou cair na cela Al-Qaeda não, e ele falou assim, três rapazes estavam assim: *“Olha, tem uma tal de cela Al-Qaeda”*. Eu nunca fui preso. Então, quando você é preso, acho que o delegado, os senhores, que são policiais, sabem que existe uma tal de cela Al-Qaeda, para esturador e molestador de criança. Então, ele pega a pessoa por aqui, joga, e eles esturam a gente. E quatro pessoas que estavam lá dentro, presos, olharam assim pra mim: *“Esse cara não é esturador, não, esse cara não fez nada, não”*. Tinha uns vinte já pra me esturar, fazer coisas erradas comigo. Queriam me usar, me machucar, e eu pedi aos quatro presos: *“Por favor, nunca fiz isso não, gente. Pelo amor de Deus...”*. *“É, mas lá na imprensa a tua mídia está assim, a tua cara. Infelizmente nós vamos ter que fazer”*. Aí eu comecei a orar, pedir a Deus. Pedi, pedi, e, quando foi depois, com uns 4 dias, os agentes penitenciários foram e me tiraram da cela. Lá, quando você entra num B.O. — Boletim de Ocorrência —, quando você entra sendo acusado como isso na cadeia, você é esturado. E vocês sabem: eu fui colocado na mídia como molestador, pegador de criança, tudo. Vocês viram o inquérito. Vocês sabem, não tem isso, mas na imprensa passou isso. E, lá na cadeia, gente, todo mundo tem televisão. Eu só quero que vocês me aguardem.



É só isso. Eu não tenho maus antecedentes. Meus *habeas corpus* foram negados. Estão pegando no meu pé direto, né? Eu não sei. Quer que eu derrube as pessoas, mas derrubar quem? Não tem ninguém para derrubar. Eu vou derrubar uma pessoa que eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., querido.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Era só isso que eu queria, uma proteção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Nós vamos encomendar.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Era só isso que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Lógico. Eu pergunto: Deputado Luiz Couto, Deputado José Augusto, Deputada Carmem, Deputada Antônia, alguém queria...

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Primeiro, eu queria... Jardel de Lima Nogueira é seu nome?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sua idade: 33 anos.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Trinta e três, sim, senhor. Trinta e três anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Você disse que veio de Rondônia, não foi?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Se eu vim de Rondônia?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, eu passei lá em Rondônia. Eu estive lá algumas vezes em Rondônia, já, passeando, por causa que a EXPOVEL lá era boa. Agora, quebrou, mas não vou mais lá não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da... De quê?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - EXPOVEL. EXPOVEL igual a EXPOACRE.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inclusive, nós temos denúncias de que essas exposições são espaços privilegiados para garotas...



O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - E Ji-Paraná também. É isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ji-Paraná e outros lugares também ondem menores são levadas e encaminhadas para empresários que já vêm com o intuito e o objetivo de explorar sexualmente.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É. Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto... O senhor é acusado de ser agenciador.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É isso mesmo. Eu estou sendo acusado e que bom. Tipo assim, menos do que está sendo acusado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Amigo, só um instantinho. O senhor já falou aí mais de meia hora. Agora escute as perguntas e depois responda objetivamente, por favor. Está certo? Cada coisa no seu tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como agenciador, o senhor cobrava, para intermediar os encontros sexuais, valores que variavam entre R\$ 50,00, R\$ 200,00 a título de comissão e pelo programa a ser realizado, mas, se dependesse da qualidade da garota, o senhor oferecia de R\$ 40,00 até R\$ 2.000,00. Essa denúncia que o Ministério Público faz... Não é só do delegado. Agora, já e o Ministério Público que pega essas informações, a partir, inclusive, de escutas telefônicas, escutas telefônicas — tem provas materiais — é importante que o senhor possa dizer. O senhor é acusado disso aqui, eu pergunto: o senhor confirma ou nega essa acusação?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Então, faz uma coisa: me traz a prova material que eu...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto, e o senhor responde sim ou não.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, não tem. Não, não sou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Responda, sim ou não.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, não sou. Não ando com essas coisas, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Pronto e certo. O senhor também diz que essa rede de prostituição e atuação era de forma estável e perene, e alguns



já atuavam há pelo menos 10 anos. O senhor participou de alguma organização desse tipo que levava menores para essa prática de exploração sexual?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Senhor, igual eu falei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pergunto e o senhor responde sim ou não.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, nunca andei com isso, doutor. Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor também é chamado... Além de agenciador, é usada a expressão, o senhor é o homem que faz coleta e entrega, é o leva e traz. É um que está nos depoimentos. O que o senhor diz dessa acusação? Nega ou confirma?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Nego, Doutor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Daí a coisa fica mais grave. Diz que Jardel é acusado de ser o líder da organização. Diz que o senhor tem uma organização e o senhor foi preso na sua casa, no loteamento Novo Horizonte, Bairro Tancredo Neves.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mora lá, né?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor teria, como membro dessa organização, e eu pergunto se o senhor conhece, depois, o senhor como chefe, depois tem o Francinei de Oliveira Contreira, 35 anos. O senhor conhece esse senhor?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Não teve nenhuma ligação? Nada?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conhece também a senhora Greice Maria Vasconcelos Almeida, 31 anos?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, doutor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca, teve nenhuma ligação?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, doutor, não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor conhece Adriano Macedo Nascimento Filho, 18 anos?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Maria José de Sousa da Silva, 42 anos?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece. E Thiago Celso Almeida? O senhor conhece esse Thiago, 26 anos.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E diz que o senhor, além desses aqui que são identificados e que o senhor seria acusado de ser o chefe, o líder dessa organização, ainda teria um sétimo que estaria foragido. Era um grupo de sete pessoas que o senhor coordenava, que o senhor dirigia, que o senhor liderava nessa organização criminosa. O senhor é acusado disso. Eu pergunto se o senhor confirma que é líder dessa organização ou se o senhor nega.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eu nego, doutor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nega. Muito bem.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eu nego, sim senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor aceitaria, diante de depoimentos que tem na polícia e também do Ministério Público, que denunciou, o senhor aceitaria ficar, cara a cara, fazer uma acareação com algumas pessoas para que elas dissessem aquilo que disseram do senhor, e o senhor confirmasse ou negasse. O senhor aceita fazer?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Como assim, doutor?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se o senhor aceita fazer uma acareação com algumas pessoas que lhe acusam?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Como assim acareação?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu estou aqui falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Olho no olho, olho no olho.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Olho no olho, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor aceita?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Um está dizendo uma coisa, outro está dizendo outra coisa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí a pessoa vai dizer: *“No dia tal, você me cobrou de tanto, você me recebeu tanto. O programa era tanto”*.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Quero, quero. Essa menina?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Se o senhor aceita?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Então, pronto, Sr. Presidente.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Alguém quer fazer mais alguma pergunta ao nosso depoente?

Deputada Carmem. Depois, Deputado Flaviano.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Jardel.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Senhora, boa tarde.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Eu gostaria de perguntar para você — boa tarde —, quando o delegado citava nomes, da lista de nomes, todos os nomes o senhor não conhecia?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutora, algumas das pessoas que estavam no meu inquérito, que eu fui acusado, dois eu conhecia, que são meus amigos pessoais. Agora, eu não sei por que ele acusou eles. É isso que eu quero saber.

(Não identificado) - Quem eram as pessoas que são seus amigos? O senhor diz...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eram Jorge (*ininteligível*) e Marcelo Muniz. Mas são amigos pessoais, assim, estão entendendo. Eles são casados. Mesmo assim é difícil a gente sair juntos, é difícil mesmo. Quando a gente era mais novo, saía com eles, mas agora não sai mais.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Quando o delegado insistia com o senhor com relação a alguns nomes que o senhor não conhecia, segundo o senhor nos relata, ele insistia para ter certeza de que o senhor não conhecia ou o senhor achava que ele estava lhe induzindo a dar resposta do conhecimento?



O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, ele queria que eu falasse o nome de pessoas que não existiam. Até mesmo, ele perguntou de um promotor. E eu disse: *“Não, não conheço não”*. *“Tem alguém do Ministério Público envolvido nesse negócio de sair com meninas de menores?”* Falei não. E a prova é tão grande que não tem. Teve no inquérito algum promotor, alguém? Não tem.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Flaviano, por favor.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Jardel, eu ouvi atentamente seu depoimento e você focou no sentido de que queriam te induzir a falar de alguém.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Era. Era isso mesmo.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Parecia, quando você começou a falar, que era um monte de gente.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Era. Me lembro. Só dois.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Mas você citou aqui o nome de apenas duas pessoas.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Só.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Eles só te pressionavam para falar dessas duas pessoas, para acusar essas duas pessoas, como você disse aqui: que o delegado lhe pressionava para acusar pessoas.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Era.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - E diz o nome de duas pessoas, duas autoridades.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Duas autoridades? Eu não sabia que eram autoridades.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Não, tudo bem.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eles falaram Ministério Público. E se tem alguém dentro do Ministério Público envolvido.

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Foram mais pessoas ou só foram essas duas?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Teve mais. Vixe! Um monte!

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Ah, bom.



O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eu que... E sei lá, que eu nem conheço... Eu conheço quem é meu amigo, que andou comigo. Mas outras pessoas? Eu vou colocar uma pessoa sem conhecer? O senhor acha que eu sou louco?

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - E você só gravou o nome dessas duas, que também não conhecia?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Porque essas duas pessoas eu conheço. Se o senhor me disser se eu conheço a minha mãe, eu conheço. Eu vou dizer que conheço uma pessoa que está ali, que eu não sei nem de onde está rodando o mundo?

O SR. DEPUTADO FLAVIANO MELO - Está O.k. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguém? Deputada Antônia, por favor.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Jardel?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Senhora.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Boa tarde.

Você consegue nos relatar porque você acha que a polícia te escolheu como alvo de, te fez várias acusações que você não sabe de onde veio? Você acredita que é o quê? Por quê?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutora, eu vou lhe falar uma coisa: se eles estavam no meu pé — como se diz, né? —, o Ministério Público, tinha acusação, então por que não me pegaram? Porque um dia o traficante cai. Um dia o pedófilo cai. E por que não me pegaram?

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Mas você acha que essa perseguição em cima de você, qual é o motivo? Você trabalha onde?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutora, é igual eu te falei, os meus pais estão passando por uma dificuldade, né?

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Você está desempregado? Você estava...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Ah, não! Estou desempregado desde o começo... Estou desempregado há 3 meses. É. Vai fazer agora. Que um amigo



meu que... Tipo assim, ele é muito influente. Ele participa das obras da Camargo Corrêa, da Odebrecht, e a ponte agora vai ser realizada, né? A de...

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Mas você não sabe por que você está sendo acusado disso?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não sei. É isso mesmo! Nós todos não estamos sabendo. Aqui, a gente acabamos de ser colocado numa mesa ali, nós não estamos sabendo por que estamos sendo acusados. É isso que eu quero saber.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Foi uma surpresa isso para você?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Foi, doutora. Porque se eu lhe acuso, a Constituição está dizendo, me prove. E o Ministério Público não tem provas contra mim. Tem denúncias. Mas era pra mim já ter sido preso dentro de um motel, com uma menor. Já era pra mim ter pegado levando uma meninazinha pequenininha...

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Eles acharam alguma fotografia sua com moças sem roupas, alguma coisa?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Nada! Não tem... Como eu falei, não tem nada disso! Pegaram um álbum assim completo, ó! Assim, a gente na praia. Amigos meus. Amigos. Aqui, em Rio Branco, a gente pôs no Facebook. Não tem nada. Isso foi o que eu falei, não tem prova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguém? *(Pausa.)*

Deputado José Augusto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom, o senhor, como está aqui, é condenado por pedofilia, por tráfico de pessoas, por aliciamento de menores, e um monte de acusações aqui.

O senhor diz que, pelo que deu para nós observarmos aqui, que o delegado lhe induzia citando nomes, vários, que você conhecia fulano de tal, que levava menores para...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É, de...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você é quem disse aí.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Foi, ele falava.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E, bom, é sua versão que está aqui.



Já aqui, quando o Couto, o Deputado aqui lê, tem várias acusações por pessoas.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Contra mim?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom, é o que está aqui.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É aquilo que eu dizia para a senhora, a dona ali. O senhor deu uma olhada no inquérito? Não tem prova contra mim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Deixa eu falar. Não, veja bem, o senhor está dizendo que não tem...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Denúncia é uma coisa. Eu posso denunciar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Um momento. Um momento só. Um momento só. Veja só: foi muito importante o que o nosso Deputado aqui, Couto, disse, que o senhor não se importava de fazer uma acareação. O que é? Os que lhe acusam e que dizem, obviamente, que você tratava com pessoas de um nível financeiro aí para levar adolescentes, menores, para o sexo e a prostituição.

Bom, é difícil aqui a gente, agora... Eu lhe digo com toda a sinceridade: não posso nem acreditar no senhor porque o senhor está aí dizendo que nada, que é inocente, que não fez nada. Não sei como uma pessoa é inocente, não fez absolutamente nada, é puritana, até evangélico, não é?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você disse que é evangélico, e ser acusado de tanto crime aqui.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutor, posso lhe falar uma brincadeira?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Fale.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eu vou lhe falar uma coisa. Eu sempre fui um cara da brincadeira, assim, tudo. Uma vez eu estava mais uma colega minha, e nós tinha raiva de outra amiga nossa. Nós passamos perto de uma menina — isso aí tem na gravação do telefone —, aí nós dissemos assim: *“Rapaz, nós passamos por uma blitz da Polícia Federal, e nós está trazendo 10 quilos de cocaína. E a polícia atrás da gente aqui na cidade. Amiga, por favor, deixa eu esconder essa droga aí?”* Com putaria, falando. E a minha amiga que estava em



casa disse: “Não, não. Não faça isso não. Tu é doido? Não sabia que tu mexia com droga... Não, não, vai, guarda isso aí.” Nós tava com putaria. Aí pegamos um saco de lixo e jogamos na casa da menina. Ela ficou, assim, não gostou da brincadeira, se sentiu acuada, pegou e chamou a polícia. Quando a polícia chegou lá, viu que era um saco cheio de lixo. E aí? Eu posso denunciar o senhor, mas se me pegaram dentro do motel, se fizeram alguma coisa comigo... E outra: não tem nem foto minha pegando criança na frente do colégio, doutor. Poxa!

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não, mas às vezes... Veja só, às vezes não tem foto, mas tem acusações de pessoas que foi...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Então, é o que lhe falei. Então, cadê?

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom, então, aí, é onde, é onde...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - *(Risos.)* É o que eu falo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu só posso... *(Ininteligível)*
Agora é só ver o final dessa novela com você aqui...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Ah, sim, senhor, doutor, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - ... depois dessa acareação.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tá bom.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Porque me estranha muito tanta acusação.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tá, é a minha palavra contra a dela. Não tem problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Licença! Não. Bom, sua palavra, tudo bem, contra. Mas vamos ver se, dessas 20, 30, 40 pessoas que foram ouvidas, o que realmente essas pessoas disseram.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, elas falaram, na oitiva, que saía comigo mesmo, e alguns amigos meus bancavam ela. Bancavam. Um cara que dá uma BMW X1 para uma menina é bancar. Programa é uma coisa, doutor, não confunda. Aqui no Acre — bote uma coisa na sua cabeça, não sei de onde o senhor é —, aqui no Acre não existe mulher de programa. O senhor está confundindo as coisas.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Não existe mulher de programa aqui?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não. Eu já estive em São Paulo. Mulher de programa, eu sei, é aquela que você pega o telefone, liga pra ela e vê no *site*. Então, você pega na rua. Aqui não existe nada disso. Elas saem com os caras, porque elas querem chegar perto do cara para poderem ser bancadas, bancar o colégio, a faculdade e o carro. É uma coisa. Então, a partir dali, do momento, elas começam já a ter um vínculo. Então, programa é aquilo: você liga para a mulher, ela faz o serviço, desce, vai embora, pega o seu dinheiro e tchau, doutor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Bom, eu vou parar por aqui. Obrigado pelas suas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Sim, senhor. Eu vou colocar uma coisa que não existe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sr. Jardel,...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... deixe eu lhe perguntar uma coisa rapidamente, de forma bastante objetiva. Nós temos aqui diversos depoimentos, diversos.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É verdade. Isso é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor podia me ouvir?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Posso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, por favor, quando eu lhe passar a palavra, o senhor me responde. Se não, o senhor vai ficar comentando a minha pergunta o tempo todo, e não está previsto dessa forma.

Há diversos depoimentos aqui com detalhes. Temos detalhes aqui de um cliente: que o senhor teria levado umas meninas e que o próprio cliente, desconfiando que uma delas era menor, perguntou e disse para a outra maior: *“Olha, diz para o Jardel tirar essa menina daqui, que essa menina é menor e eu não quero isso”*. Eu não vou citar nomes aqui para não expor mais do que já está exposta essa situação. Se bem que esse depoimento já está público, e eu poderia



citar aqui o nome, certo? Então, há diversos depoimentos, detalhes sobre a sua participação, detalhes.

Eu queria lhe perguntar por que o senhor acha que esse conjunto de depoimentos de pessoas diversas, diversas, inclusive de pessoas que a princípio o teriam contratado para arranjar essas meninas e que, desconfiando que uma delas era menor, disse: *“Pede para o Jardel tirar essa menina daqui, que eu não estou querendo me envolver com menores”*. Está aqui o depoimento. Depois, se o senhor quiser, eu lhe passo para o seu conhecimento.

Por que o senhor acha que houve essa conspiração toda de diversas fontes citando o seu nome? O senhor se diz aqui um homem de bem, evangélico, que distribuía, vendia a Barsa, um sujeito...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Mexia com milhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...com milhas, professor, e mais, uma pessoa da brincadeira, como o senhor próprio diz.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É, sempre brinquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Uma pessoa divertida.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A gente vê que o senhor é uma pessoa divertida, engraçado às vezes, muito engraçado. Por que uma pessoa com esse perfil do bem, 100% do bem, de repente tem um conjunto de pessoas fazendo acusações contra o senhor no mesmo sentido, de forma simétrica, com as mesmas características, com o mesmo tipo de crime? Quer dizer, essas pessoas, de repente o senhor estava na igreja rezando um terço e, de repente, houve uma conspiração do além para o incriminar a troco de nada. O senhor é réu primário, o senhor nunca esteve envolvido com ninguém. Então me explique isso, porque isso aqui ainda não bateu na minha cabeça.

O senhor pode dizer aqui: *“Deputado, eu não sei por que isso, realmente”*. Mas o senhor tem que... o senhor deve ali, no seu... O senhor já passou uns dias preso. O senhor deve estar refletindo sobre a vida.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu já fiquei preso uma vez.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É ruim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aliás, duas vezes.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu já fiquei preso alguns dias.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É ruim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E, nesse momento de cadeia, a gente fica pensativo na vida.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu fui preso por conta de questões políticas da ditadura militar, há muito tempo. Não foi por nenhum crime tipificado no Estado Democrático de Direito, foi em outras situações. Mas a gente reflete sobre a vida, faz um balanço dos prós e dos contras, o que a gente fez, como é que está o sentido da vida. E eu imagino que o senhor deva ter procurado uma explicação qualquer para dizer: *“Por que tanta gente está conspirando contra mim?”*.

Eu queria que o senhor me respondesse, de forma objetiva, a que o senhor atribui essas pessoas todas estarem assacando acusações contra o senhor.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tá. Doutor, preste bem atenção. Quando o senhor foi preso, o senhor foi acusado pelo quê? O senhor foi acusado pelo quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Depois eu lhe digo, mas não...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É, então, é muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De estar lutando contra a ditadura militar.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Ah, sim. Mas tem coisa que o senhor não fez e lhe acusaram, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, claro!

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Então, é o meu caso. A resposta é essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas... Não é essa a resposta. Se o senhor não sabe responder, diga que o senhor não sabe responder.



O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, porque eu estou lhe dando a resposta. Eu estou lhe dando a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou perguntando para o senhor: o senhor atribui a que ou a quem o fato de várias pessoas...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Várias, como, doutor? Que na oitiva...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Várias. Está aqui o depoimento, senhor!

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Conta. Elas estão falando que saíam comigo e saíam com os meus amigos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro! Eu só estou dizendo o seguinte.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - O senhor está me acusando de uma coisa que eu não fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu não o estou acusando. Eu quero que o senhor me responda. O senhor atribui a que ou a quem o fato de...Eu não estou dizendo se é verdade ou não!

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu não estou aqui... Eu não sou juiz, eu não sou promotor, eu não sou delegado de polícia, eu sou um Deputado que está tentando ajudar o País a encontrar o seu caminho.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, veja bem, eu quero saber: o senhor, independente de ser fato, de ser verdade, o senhor atribui, no seu íntimo...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... por que essas acusações de tanta gente contra o senhor? O senhor diz assim: *"Poxa, o que eu fiz? Eu desagradei alguém? Eu..."*. A que o senhor atribui? Por que tanta gente, do dia para a noite, resolveu acusar o senhor no mesmo sentido, no mesmo crime, na mesma acusação?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutor...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu não estou dizendo que é verdade ou não.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou lhe perguntando: o senhor atribui a quê?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Ah, por quê? O senhor viu o inquerito, não viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Parte.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tá. Na oitiva lá, uma das meninas foi tirada de dentro do colégio pela equipe policial. E aí a menina não queria ir depor, que não tinha nada contra mim. E aí o senhor me dá que resposta essa? Tá aí! Lê aí, para nós ouvir, bem alto. Foram tiradas de dentro das suas casas, de dentro dos seus colégios. E por que a autoridade policial fez isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Obrigado pela sua resposta, que não me esclareceu, não esclareceu ninguém.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É, porque eu quero saber por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou lhe dando três oportunidades. Um instantinho, o senhor já respondeu.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Mas, doutor, eu não sei por que estão fazendo isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá bom, querido! Eu estou lhe dando três oportunidades numa pergunta objetiva. O senhor não consegue responder. Tudo bem, vou passar para outra.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não consigo mesmo, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor disse que não conhece nem o Francinei, nem a Greice, nem o Adriano, nem o Tiago. Nunca ouviu falar, não conhece, não sabe quem é.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor confirma isso?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Que eu já ouvi falar neles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Se eu não conheço?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor conhece?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, não conheço, não, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não conhece. Nunca falou com eles, nunca teve contato.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, doutor, não! Não, Sr. Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não? Vou repetir: Francinei, Greice, Adriano e Tiago. O senhor nunca, não sabe quem são?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, doutor. Sei não, Sr. Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. O senhor disse também que foi induzido.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor foi induzido... Qual o sentido? A que o senhor atribui essa indução que lhe foi proposta? O que é que está por trás disso? O senhor tem alguma explicação que possa nos dar?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutor, eu vou lhe dizer uma coisa. Eu não sei por que me colocaram como chefe de quadrilha e chefe dessa organização. Mas, doutor, Deputado, Sr. Arnaldo Jordy, não tem nada! Eu quero falar para o senhor que estão me acusando de uma coisa assim, tipo assim, é o tal da malandragem, que falam, né, na gíria popular, eu sou o bucha. Querem colocar coisas em cima de mim, porque eu andava com algumas pessoas. Se faziam coisa errada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Desculpe. Eu não me fiz entender, Sr. Jardel. Desculpe, eu não me fiz entender, eu acho. Eu estou lhe perguntando outra coisa. Eu estou lhe perguntando... O senhor disse que foi induzido a falar de pessoas...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... a botar o dedo na direção de pessoas. O senhor está... Eu estou lhe perguntando. O senhor pode não saber e diz: "*Eu não sei*".

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eu não sei, doutor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou lhe perguntando o seguinte: o senhor atribui essa armação... Eu imagino que é uma armação isso!

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É, isso é uma armação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso é uma armação de quem contra quem? O que é que está por trás disso? Essa é a pergunta que eu estou lhe fazendo.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutor... Desculpe, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, pode me chamar do jeito que o senhor quiser. Não tem problema. Não me ofendo, não.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tá. Sr. Arnaldo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sr. Arnaldo, você, não tem problema.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Sr. Arnaldo Jordy...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu até não gosto muito desse negócio de "excelência", que eu acho muito...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - *(Risos.)* Sr. Arnaldo, eu vou lhe falar. Eu não faço parte de equipe de governo nem de oposição, nem letra A, nem letra B.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Eu nunca andei com esse povo. Então, eu vou lhe falar uma coisa: eu não sei por que estão fazendo isso comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O senhor não sabe?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá bom. Eu lhe agradeço. Queria... O senhor tem mais alguma coisa a esclarecer da sua livre e espontânea vontade, além do que o senhor já disse para a CPI?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Diga.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Sr. Arnaldo Jordy, só queria que a CPI viesse e olhasse o nosso lado, então, o meu lado, porque o outro rapaz, lá, igual o senhor ouviu, lá na sala, ele está nervosinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.



O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Então, do jeito que ele ficou nervoso, lá, na primeira vez, eu também fiquei nervoso. Só que agora, eu falei, eu estive, antes de vir, eu estive na cela, na cadeia, né, e antes de vir falaram: *“Ah, você vai tal, vai depor”*. Eu disse: *“Ah, que bom, né? Deus tocou no coração de algumas pessoas para vir me ouvir”*. Mas, doutor, Deputado, eu só queria saber por que estão fazendo isso comigo, tá entendendo? É isso que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - E eu só lhe peço uma coisa: proteção, tá entendendo? Porque eu tenho medo de sair daqui e, tipo assim, fazerem alguma coisa comigo. Agora, eu não sei se tem alguém tem raiva de mim, se alguém quer fazer alguma coisa comigo. Eu não sei, porque, até agora, vou falar a verdade, eu não fui ameaçado por ninguém e ninguém jogou uma piada, nem a escolta policial, nem os agentes, nem vocês, nem ninguém. Eu não estou sendo ameaçado, ninguém me disse nada, mas eu só quero saber por que estão fazendo isso comigo. E, se eu estou do lado de alguém e alguém quer me fazer ficar do lado de outro, eu quero ver o que vai acontecer comigo, o meu futuro, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Muito obrigado. Eu lhe desejo boa sorte. Nós lhe desejamos aqui boa sorte.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Obrigado, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que o senhor possa provar a sua inocência. Eu quero só pedir que a gente possa fazer um expediente ao Secretário de Segurança Pública e ao Secretário de Justiça do Estado, registrando que o nosso depoente está levantando a hipótese...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É, da parte deles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...de que lhe possa acontecer alguma coisa, a partir dos seus depoimentos.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, eu quero que a gente formalize isso às autoridades competentes do Estado — foi um compromisso aqui assumido —, no sentido de registrar que o depoente declara na audiência da CPI que está receoso de que algo possa lhe acontecer.



O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Foi. Ele falou pra mim que ia pegar cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Um minutinho, eu já ouvi, senhor, um minutinho. O senhor não pode interromper a toda hora, a não ser que a gente lhe passe a palavra, por favor. Está certo? Eu estou acolhendo um pedido seu e estou concordando com a sua preocupação. É meu dever fazer isso. Então, ouça, está certo? À medida que esse cidadão está sob a tutela do Estado, qualquer coisa que lhe aconteça, no sentido do que esteja denunciando, nós vamos ter que tomar as providências devidas.

Por isso eu quero, cautelarmente, de forma cautelar, junto ao Secretário de Segurança Pública e ao Secretário de Justiça do Estado, manifestar a nossa preocupação em função das declarações do depoente aqui na audiência pública assistida por todos nós. Está bom?

Então, muito obrigado. O senhor está dispensado... Aliás, o Deputado Couto quer lhe fazer uma...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu gostaria de saber, Sr. Presidente. O Sr. Jardel disse que participou de diversas exposições. Também em outro lugar, além de Porto Velho?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Doutor, eu sempre assim gostei de festa agropecuária.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, por onde é que o senhor esteve, nesses lugares onde o senhor participou dessas festas?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Só estive uma vez em Barretos... Foi, faz tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Barretos. Esteve em Barretos?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Sim. Só Barretos e Caldas Novas. Faz tempo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Caldas Novas.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Mas era para conhecer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esteve também no Mato Grosso?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Nunca.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca? O senhor disse que esteve em São Paulo.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Hã? É, Barretos, São Paulo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lá em São Paulo, o senhor trabalhava em quê?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Em São Paulo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, não trabalhava, eu fui lá passear.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só passear?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Foi, foi. Peguei um avião da Gol...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o senhor vendia livros...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Não, no começo eu comecei a vender livros. Eu comecei a ganhar dinheiro, e aí esteve um pessoal lá, me chamaram uma vez: "Vamos?" Eu falei: "Vamos". Aí eu estava com dinheiro no bolso, uns mil e duzentos reais e fomos. Eu queria conhecer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E dava?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Com as passagens e tudo, deu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com essa venda, dava para o senhor fazer todo...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - A Barsa? Dá, dá... A Barsa...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o pessoal comprava muito?

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Aqui no Acre compraram. Muita gente comprou também na Região Norte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, por exemplo, aqui no depoimento temos o seguinte: sempre no interrogatório de cada preso, havia a presença de promotores que acompanhavam. Então, o promotor é aquele que está lá para não permitir que o delegado ou qualquer um faça qualquer tipo de ameaça ou de tortura, de maus-tratos, tratamentos cruéis, desumanos, etc. É importante dizer o seguinte: participavam dos interrogatórios os Promotores de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O Ministério Público acompanhou todo o processo, Deputado, todo o processo.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...Mariano Jeorge de Sousa Melo, Danilo Lovisaro do Nascimento e Marcela Cristina Ozório. O fato, Sr. Jardel, é que o senhor aparece em todas as listas como primeiro, sempre, sempre, ou seja, como o agenciador e em outros momentos como o líder. E o crime principal que o senhor fez, que é crime mesmo, é o rufianismo.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Isso. Estou consciente disso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse é o crime que o senhor...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Estou consciente, é rufianismo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, entende-se que o senhor aliciava pessoas para serem usadas sexualmente por empresários, por outras pessoas. Esse é um fato que chama atenção. Essa é uma oportunidade... É claro que o senhor não está obrigado, e a própria lei assegura que o senhor não precisa falar para construir provas contra o senhor. Mas é o seguinte: é importante saber que há instrumentos para perceber se o senhor está ou não falando a verdade. O que o senhor não admite, ou o senhor não fala, o silêncio do senhor, isso vai ser instrumento também, porque o senhor pensa que o inquérito acabou. As investigações não acabaram. As investigações continuam!

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Continuam! E o senhor não pode dizer que não existem provas, porque a denúncia já é um fato.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando há denúncia, aí entra o sistema para investigar com as pessoas, para ouvir as pessoas, para pegar provas materiais...

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... para ver também, durante esse período, ou seja, se o senhor tinha conta bancária, qual foi o crescimento, enfim, uma série de coisas que são investigadas. Então, é importante identificar isso aqui, porque isso pode trazer prejuízo para o senhor no futuro. É ficar ciente de que as pessoas fizeram, disseram coisas, e nós estamos pedindo isso. Vamos, inclusive, colocar isso em requerimento, para, com essas pessoas, ter essa acareação, para que, *tête-à-tête*, a gente,...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... possa elucidar as dúvidas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... com um detector de mentiras, revele quem está falando a verdade ou quem está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Portanto, eu queria agradecer ao Sr. Jardel.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Obrigado. Deus abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A gente lhe deseja tudo de bom.

Nós estamos aqui acompanhados de várias Deputadas e Deputados Estaduais, inclusive o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e a gente solicita, em termos de colaboração, que acompanhem essa situação, para que esse rapaz, independente da sua situação, não seja constrangido na sua condição humana, ainda que como suspeito ou preso provisório, para que a sua integridade física, moral e intelectual possa ser preservada, ainda que na condição de preso. Está certo?

O SR. WALTER PRADO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*...como muito grave. Eu acho que V.Exa. deve pedir a proteção do Estado, nos comunicar também, para que a gente fique acompanhando, como Comissão de Direitos Humanos, porque os fatos que ele relata aqui são fatos graves,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O SR. WALTER PRADO - ... vai tomar outro rumo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - claro.

O SR. WALTER PRADO - ... no meu entendimento jurídico, e o risco de vida ou de morte ele corre efetivamente, pelo que ele declarou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Exatamente.

O SR. WALTER PRADO - Acho que é pertinente, e me somo à sua pretensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, Deputado. Nós já fizemos isso de público, vamos formalizar ao Secretário e já pedimos ao senhor, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que acompanhe. Agora, nós



não podemos... É uma preocupação. Nós estamos pedindo acautelamento por conta da preocupação dele. E é justo que a gente possa fazê-lo aqui.

Então, eu agradeço ao senhor. O senhor está dispensado.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. JARDEL DE LIMA NOGUEIRA - Deus lhe pague! Obrigado, gente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria que fosse conduzido o próximo convocado, o Sr. Francinei de Oliveira Contreira, para a sua oitiva. *(Pausa.)*

Boa tarde, Sr. Francinei!

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós somos Deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Câmara Federal que investiga o tráfico de pessoas no Brasil. Somos aqui delegados pelos nossos pares, Deputados Federais, para acompanhar os casos relativos a esse crime no Brasil.

Meu nome é Deputado Arnaldo Jordy, eu sou Presidente da Comissão; aqui, o Deputado Luiz Couto, à minha esquerda, que é Vice-Presidente; o Deputado José Augusto Maia, que é membro; a Deputada Antônia, que é membro; a Deputada Carmen Zanotto, que é membro; e o Deputado Flaviano, que não é membro da Comissão, mas é nosso convidado na condição de Deputado Federal.

(Não identificado) - Também é membro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, é membro. Perdão, desculpa. É porque houve umas mudanças agora. Também membro — Deputado Flaviano, perdão — da CPI de Tráfico de Pessoas, da Câmara.

Então, nós estamos aqui, a CPI é anterior ao fato da operação que justifica a sua presença aqui como convocado da CPI. A CPI nossa foi instalada em maio do ano passado. Portanto, ela não foi criada com este objetivo de ouvi-lo aqui, ou de acompanhar o caso da Operação Delivery e outras situações que nós estamos aqui também investigando, a partir do que nós ouvimos hoje de manhã, na parte da tarde. Aqui nós não somos autores da denúncia, não somos polícia para conduzir o processo de investigação, nós não somos Ministério Público, que cabe denunciar, e



muito menos o Poder Judiciário, que vai julgar, ao final, a responsabilidade ou a implicação de cada um e estabelecer, se for o caso, as penas ou não. Nós não somos nada disso. Nós somos aqui Deputados que temos a missão constitucional de acompanhar essas investigações em busca da verdade, da verdade. A única coisa que nos move aqui é a verdade.

Então, nós vamos lhe conceder a palavra, por 20 minutos, que é o tempo regimental, para que o senhor possa fazer as considerações que o senhor achar necessárias em sua defesa. O senhor está sendo acusado, está certo? E essa é uma oportunidade para que o senhor possa exercer a sua defesa. Nós estamos aqui para ajudá-lo na sua defesa sobre o que lhe é imputado. Isso não está concluído, isso está em curso ainda.

Vamos lhe dar 20 minutos, depois vamos dar a oportunidade de lhe fazer perguntas, caso haja alguma dúvida acerca do que o senhor disser. Está certo?

Então, eu lhe concedo a palavra para as suas considerações. O senhor fique à vontade.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, o meu depoimento, o que eu tenho pra falar, eu já dei o meu depoimento em juízo, não tenho nada mais para declarar. Já fui acompanhado, já dei o meu depoimento, já que era pra acontecer. Só a forma só do que está citado para gente, da forma que a gente foi abordado, do que está acontecendo, as acusações contra a gente, da maneira como a gente foi pego, da forma da abordagem, até o presente momento, na delegacia, a gente foi obrigado a falar coisas que não são verdades, que não verídicas, coisas que não aconteceram, entendeu? Eu fui interrogado numa sala de 3h30min da tarde até praticamente não sei quantas horas da noite, entendeu? Quando eu entrei numa sala lá, no estacionamento, já havia pessoas me pressionando, com acusações que não tinham cabimento, entendeu, com o nome de pessoas separadas, que não tinham nada a ver. É isso, entendeu. E está posto para sociedade a gente aí como bicho, como algo assim, e não é assim que estão acontecendo as coisas. Não sou aliciador de menores, de criança, de maiores. E estava posto isso, entendeu? Ninguém sabe o que está acontecendo. Até agora, nós estamos detidos numa penitenciária. Vai fazer 5 meses que nós estamos lá. Nada favorece a gente, nada. Não tem nada. Todos os pedidos sobre a gente já foram negados. A gente não



sabe. Eu não sei o que está acontecendo. Sou réu primário, nunca tive passagem por delegacia, e até agora nada. Nenhum fato a favor da gente acontece. A gente posto aí na televisão. A *TV Gazeta*, em casa, uma televisão que mais massacra a gente, que bota aí que a gente é aliciador de crianças e adolescentes. Isso nunca aconteceu, entendeu? É isso a forma do que está acontecendo, entendeu? Das pessoas, como eu fui coagido na delegacia, a abordagem que me foi feita, o modo como eu fui tratado, que se eu não colaborasse lá... Eu fui praticamente torturado. Eu falei coisa lá que, na hora, do modo como eu estava sendo tratado, eu assumiria que eu tinha matado até minha mãe, se fosse o caso, que Deus a livre, entendeu? É isso. Para esclarecer aqui, perante a televisão aqui, que nada, em nenhuma entrevista somos postos como gente de bem. Só somos postos como bicho, estamos sendo postos como uns bichos para a sociedade. O que passa na imprensa é isso. A imprensa só mostra as fotos da gente, imagens da gente, que a gente alicia crianças e adolescentes. E nada disso é, entendeu, a forma do que eu estou sendo acusado. E meu depoimento, eu já dei meu depoimento. Não tenho nada para falar, já dei meu depoimento em juízo. E é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só isso que o senhor tem para nos dizer?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado pelas suas considerações.

Eu queria, mais uma vez, facultar as perguntas dos nossos membros da CPI. Gostaria de pedir objetividade nisso, porque há muitas coisas nos autos que, depois, nós vamos tempo de manipular, de avaliar, fazer as perguntas ao Sr. Francinei.

Deputado Luiz Couto, por favor, o senhor tem...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu pergunto ao Sr. Francinei se ele conhece o Sr. Adálio Cordeiro.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Como eu disse, tudo o que eu tinha para dizer do que aconteceu, eu já dei meu depoimento em juízo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que conhece ou não?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, não. Não tenho nada a declarar.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece. E o senhor conhece o Sr. Assuero Veronez?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Responda. Ele está lhe perguntando.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

O Ministério Público do Acre pediu à Polícia Civil, em junho de 2012, a abertura de inquérito, tendo sido descoberta uma grande rede de exploração sexual a partir de interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça. Isso é prova material, não é prova testemunhal. Prova material. Aí, o senhor diz: *“Mas tudo o que eu falei lá...”* Só que a sua prisão é temporária, e é esse período em que os delegados e o Ministério Público estão ainda colhendo, ou seja, provas, outras provas e ouvindo outros depoimentos.

A Operação Delivery começou a ficar visível para a sociedade a partir de outubro de 2012, junho, aí quando sete pessoas, entre elas o senhor, foram presas, acusadas de agenciar prostituição e exploração sexual envolvendo mulheres a partir de 14 anos. O senhor foi preso como agenciador, e o senhor sempre aparece como o segundo na lista. O senhor nega? Confirma? O senhor disse que não fala aqui, só fala diante da Justiça. O que é que o senhor diz dessa denúncia e da sua prisão? Como é que ela aconteceu?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Permaneço calado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Calado. Muito bem.

De acordo com a polícia, a prisão dos agenciadores, essa prisão, que diversas mulheres, maiores e menores de idade, exploradas sexualmente, se sentissem à vontade nos depoimentos durante a investigação, e elas fizeram acusação contra o senhor. Fizeram acusação. A polícia assinala que havia uma rede não organizada de exploração sexual de mulheres maiores e menores, na qual constavam três grupos: dos agenciados, dos quais, segundo eles, fazia parte o senhor; das mulheres; e dos clientes.

Ainda, veja que o Ministério Público do Estado formalizou essa denúncia e foi assinada por três Promotores de Justiça: Mariano George de Sousa Melo, Danilo



Lovisaro do Nascimento e Marcela Cristina Ozório. Além disso, também, de membros do Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado, que requisitaram a investigação inicial, acompanhando todas as fases do trabalho policial. Ou seja, é um trabalho que tem consistência na investigação inicial, acompanhando todas as fases do trabalho policial. Ou seja, é um trabalho que tem consistência na investigação.

Aí, como o senhor é acusado de ser o agenciador, diz o seguinte: “Os agenciadores costumavam levar em seu próprio veículo a garota de programa até o local indicado pelo cliente para a realização do encontro sexual e, ao final, se encarregavam de buscá-la.” O que o senhor diz dessa acusação?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nada a declarar. Ainda, “Eles exerciam atividade típica de coleta e entrega, ou leva e traz, bem como de orientação na forma de agir com os clientes, na maneira de se vestir, e até mesmo a cobrar por serviços extras, garantindo eficiência e discricção na prestação dos serviços sexuais por eles oferecidos.” O que é que o senhor diz dessa acusação?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. “Os agenciadores”, o senhor, como os outros, “cobravam para intermediar os encontros sexuais, valores que variavam de 50 a 200, a título de comissão, e pelo programa a ser realizado. Dependendo da qualidade da garota oferecida, chegava de 40 a 2 mil reais, entre outras vantagens de cunho econômico”, de acordo com o Ministério Público. O que é que o senhor diz dessa denúncia?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Aí, a rede de prostituição teve atuação de forma estável. Não era uma coisa de... Ela sempre fazia, e perene. Perene significa que era... E há um depoimento de uma das exploradas em que ela diz que só ficava livre no domingo, porque o domingo era para ficar com o noivo dela, o namorado dela, o restante era para ter atividade, chegava a ter até três relações sexuais por noite, e ganhava por isso aí.

O senhor conhece Jardel Lima Nogueira?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece. O senhor conhece Greice Maria Vasconcelos de Almeida?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo informação, o senhor e ela também estariam como sendo coordenadores dessa atividade. O senhor não conhece a Greice?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. O senhor é casado ou solteiro?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Solteiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solteiro.

O senhor conhece Adriano Macedo Nascimento Filho?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não o conhece. Maria José de Souza?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Romara da Costa Mota?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Thiago Celso Andrade Reges?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece nenhum desses aqui?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor é acusado de ser membro dessa organização.

Mas há mais uma pergunta para fazer para o senhor que diz o seguinte. Os agenciadores cobravam para intermediar os encontros sexuais, isso já foi colocado, e o Francinei aparece aqui na relação como o segundo da lista. Aqui, há aqui, Francinei de Oliveira Contreira é o seu nome?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E Greice Maria Vasconcelos de Almeida, o que as fotografias estão bem próximas, diz, olha aqui. *“A Desembargadora Denise Bonfim analisou nessa sexta-feira os habeas corpus aí de número tal e tal, e negou*



a liminar pleiteada pela liberdade de Francinei de Oliveira Contreira e Greice Maria Vasconcelos de Almeida.” Essa relação é porque o advogado é o mesmo?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Senhor?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é o seu advogado?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - É o senhor Rogério Pacheco.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Rogério Pacheco. Aí, isso inclusive é importante por quê? *“Acusados de comandarem uma rede de prostituição, os dois, e exploração sexual de crianças e adolescentes na cidade do Rio Branco, os dois acusados estão presos junto com outras 5 pessoas desde o dia 17 de outubro, data em que foi deflagrada pela Polícia Civil e Ministério Público Estadual a chamada Operação Delivery.”* E a Dra. Denise afirma o seguinte: *“A priori não verifica motivos para a concessão de liberdade aos acusados.”* E o que ela diz? *“Ante a complexidade da investigação que redundou na expedição dos mandados de prisão em desfavor dos investigados, faz-se necessária a análise mais detalhada dos fatos, o que enseja o aguardo de mais informações.”* Declara a Magistrada na decisão.

Então, nesse sentido, quer dizer, já houve um pedido de *habeas corpus*, e a juíza, fundamentada nas informações que o senhor Jardel negava que não tinha e que o Sr. Francinei de Oliveira Contreira diz que não quer falar, só que os fatos estão aí. Então, espera-se que a Justiça possa fazer o seu julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado.

Antes de passar a palavra aos demais, a Deputada Carmen Zanotto quer fazer pergunta ao senhor. Ainda que o senhor continue calado por orientação do seu defensor, nós vamos continuar aqui perguntando. O senhor sabe que existe um ditado que diz que quem cala consente, não é? Então, eu espero que o senhor saiba que essa estratégia do seu defensor seja uma estratégia eficaz para a sua defesa. Mas nós vamos continuar aqui lhe fazendo as perguntas, e o senhor ruidosamente silenciando sobre elas.

Mas, antes de passar, eu vou ter que me retirar agora, eu queria passar a Presidência dos trabalhos ao Deputado Luiz Couto, mas queria dizer que recebi aqui um documento dos advogados do Sr. Assuero Veronez e do Sr. Carlos Fernandes, justificando o não comparecimento à presente audiência pública.



Eu quero já antecipar aos senhores uma decisão da CPI de que nós vamos reconvocá-los para Brasília, para prestar os seus depoimentos em Brasília. E, se houver a insistência do não comparecimento, nós vamos usar uma prerrogativa constitucional desta CPI de convocá-los sob vara, sob coerção policial. Está certo? Os advogados não tomem isso como uma ameaça, mas quero dizer que nós vamos fazê-lo, como fizemos em outros momentos. Vamos convocar os senhores. Vamos, primeiro, convocá-los para se reapresentarem, pela justificativa. E, se isso não for atendido, nós vamos levá-los sob vara para depor na CPI em Brasília.

Também quero dizer que, da mesma forma em relação ao senhor, ao senhor Vereador Fernando Martins, Vereador em exercício do mandato, vamos convocar e, se necessário, coercitivamente, para fazer o seu depoimento. E também dizer que vamos apreciar na próxima reunião, entre outras iniciativas, uma convocação para o Sr. Cássio Pereira Gonçalves, para a Sra. Greice, para o Sr. Thiago, para o Sr. Paulo Henrique, e o seu Ari Palu.

Essas pessoas serão convocadas, já que estão denunciadas no processo. Nós vamos convocá-las para prestar esclarecimentos à CPI, e acho até que nós vamos ter que, posteriormente a todas essas investigações e a essa checagem de informações, talvez a gente tenha que voltar inclusive aqui ao Acre para continuar, já que a investigação, segundo o delegado e os promotores, apenas um terço da investigação está concluído. Nós temos ainda dois terços que ainda estão em processo de condução e que ainda vão produzir muitas informações que ainda não são do conhecimento da sociedade nem das outras autoridades, porque estão sob sigilo.

Então, eu queria anunciar isso. E pedir desculpas a todos por ter que me retirar, mas a CPI continua, e eu passo a palavra ao Vice-Presidente, a condução dos trabalhos, ao nosso Vice-Presidente, Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, nobre Presidente. Eu consulto o Sr. Francinei de Oliveira Contreira se ele tem algum apelido.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Tenho, sim: Nei.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Nei. Nei, você fez, no seu relato, no início do seu depoimento, uma afirmação dizendo sobre as ameaças ou sobre a tortura que o senhor estaria vivendo, se eu posso usar essa palavra.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Correto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - O senhor poderia até teria dito no depoimento que teria matado sua mãe, sem assim tê-lo feito. O senhor tem alguma coisa que tenha dito no seu depoimento que o senhor gostaria de dizer aqui para esta CPI, sem nenhum tipo de ameaça, que o senhor queira refazer o seu depoimento original quando estava sob pressão?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, eu já dei o meu depoimento e já falei, né, e tudo, a parte da delegacia, de lá para cá, para o meu depoimento; lá teria sido tudo mentira, né, que tinha sido coagido, e que meu depoimento já dei, foi o verdadeiro que eu dei, já em juízo, na quinta-feira passada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Só para eu compreender. Mesmo tendo sido coagido, o senhor afirma que tudo o que foi dito lá é verdadeiro? É isso?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, mentira. O depoimento que eu dei na delegacia, sob momentos de ameaça, com constrangimento, eu já, foi negado. Eu dei o meu depoimento verdadeiro no dia do meu juízo. No dia do meu interrogatório, do meu depoimento, que foi quinta-feira, dia 21.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Perfeito. O senhor, aqui, comumente, o senhor sabe qual é a terminologia que é usada para um cidadão ou uma cidadã que agencia mulheres ou homens para a vida sexual, para as atividades sexuais?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Como é a pergunta?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Qual é o termo que se usa aqui na cidade para um homem ou uma mulher que agencia? O senhor sabe qual é o termo que usam aqui?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, eles botaram...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Não. O senhor conhece o termo "cafetão"?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Conheço, sim.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Tá. Num dos depoimentos que a gente tem aqui, inclusive numa declaração exclusiva a um *blog* por uma das garotas, ela diz que... Ihe chama de Nei.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Isso.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - E ela diz que o senhor ficava com parte dos recursos financeiros.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Nunca, em momento algum. Não sei nem de quem partiu esse depoimento. Como eu estou falando, não fui não só eu coagido, como também houve muita pressão do depoimento na delegacia das meninas para darem depoimentos baseados em fatos que não são verdadeiros. Não só eu fui coagido, como também todas. A maioria do depoimento das supostas aliciadoras, elas também falaram que foram coagidas, entendeu? Pressionadas. Não fui só eu, da minha parte, como acusado, como suposto aliciador, como das meninas também, supostas aliciadas. As meninas aliciadas também deram depoimento que foram muito pressionadas em depoimento na delegacia.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Esse depoimento não é da delegacia. É uma entrevista que ela deu com exclusividade, respeitando a sua identidade.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, não sei de nada disso. Estou preso vai fazer 5 meses, não sei nada. Eu só sei da difamação aqui fora, não é, por parte da imprensa, que só jogaram a nós como os culpados, que nós somos culpados, né, sem saber dos fatos, do que se passa. Para a imprensa, tudo isso, né, nós estamos... O que é jogado é isto: só nome de nós, supostos acusados, de 6 pessoas. Saiu constantemente na televisão só o nome e a imagem da gente, direto. Ninguém sabe o que está acontecendo, né, com a parte da gente, que tudo é negado, e os supostos nomes dos supostos envolvidos não saem, entendeu? Só nós mesmos é que somos expostos como bichos. Nossa imagem aqui está como um verdadeiro, acho que eu não sei nem lhe explicar.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - O senhor acha que o senhor está sendo usado, como tudo isso, inclusive, que o Deputado Luiz Couto...

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Com certeza, eu entendi a pergunta.



A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - ...para esconder o nome de outras pessoas?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Com certeza, está acontecendo algo, porque não temos direito a nenhum benefício. Eu sou réu primário, eu me sustendo, eu não vivo de prostituição, eu conheço amigas, eu sou homossexual assumido, e andar com mulheres “de maior”, eu creio que isso não é crime, entendeu? E todos os nossos benefícios de réu primário, tudo foi negado, entendeu, pela juíza. Todos os pedidos, entendeu? E supostas pessoas que estão sendo acusadas, né, já aceitaram *habeas corpus*, estão livres, né. E por que só a gente, que é acusado por a gente ser pessoas fracas, indefesas? Nós estamos como pessoas indefesas nisso, entendeu? A gente não vê... Só a imagem da gente é posta para a sociedade como monstro, né, de aliciar crianças e adolescentes. Eu nunca andei com crianças e adolescentes. Eu ando com amigas maiores de idade. Conheço, sempre tive envolvimento com política, trabalhei já para muita gente de política, entendeu, questão de trabalho. E andar com mulher eu creio que não é crime.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - O senhor saberia dizer para nós algum nome de alguma pessoa que deveria estar no processo e que o senhor poderia estar no lugar deles?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, não posso, porque não tenho artifício, não vou acusar, nem incriminar ninguém, entendeu, que... Não tenho. Em momento algum.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Perfeito. Obrigada. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Há algum Deputado? Deputado José Augusto Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu, observando até agora, não só o Sr. Nei, mas também o Jardel, eu quero lhe dizer uma coisa: nós já estamos com esta CPI, nós fomos para Salvador, nós fomos para o Pará, nós fomos para Altamira, nós vamos para São Paulo, diversos Estados. Isso tem se mostrado, até porque acho que as pessoas aqui estão vendo, e não é por isso que esta CPI está aqui, porque muita gente até pode pensar que esta CPI aconteceu depois da novela da *Globo*.



O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Correto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Foi nada. O ano passado, em maio do ano passado, quando a CPI se iniciou, já um reclame geral da população, de muitas vítimas aqui no Brasil e no exterior, com esse aliciamento de menores e também o tráfico não só de jovens para o exterior e aqui dentro do País, mas também de crianças, isso começou a preocupar toda a sociedade brasileira, não é? A novela da *Globo*, aí, sim, ela veio dar notoriedade em todo o País, e aí a nossa CPI foi mais procurada. As pessoas começaram a denunciar mais, e por isso aqui estamos, percorrendo todo o Brasil. E é interessante, jovem, Nei, que em todos os lugares a que a gente chega, e todos os acusados, como você, como o Jardel, e tantos outros que a gente vem agora, são dezenas, centenas, parece que tudo é da mesma forma: todos já estão instruídos para falar o que vocês estão falando. O mesmo que você está dizendo aqui disse o Jardel, que na delegacia foi extorquido para falar o que não devia, e teve que, sob, não sei se posso dizer, tortura, não é, mas tortura psicológica, e aquela coisa. Até ele falou de um revólver que se botava e se tirava, o delegado, não é? E que todos, não só vocês, nas outras oitivas que estamos fazendo, eles dizem isso, exatamente a mesma coisa! E, na hora em que vocês são acusados, ninguém, eu disse ao Jardel e tenho dito a todos: não é possível que você seja uma pessoa idônea, um rapaz jovem, mesmo tendo sua posição sexual assumida, para mim não importa, né? Mas que é uma pessoa boa, como o senhor está dizendo, como o outro, Jardel, disse. E todos, olhe, todos dizem que são pessoas maravilhosas. Uns já têm, não podem nem dizer, porque têm crimes, antecedentes criminais, mas outros, não, é só a primeira vez. E o que me deixa assim pasmado, posso até lhe dizer, é que todos começam a se defender da mesma forma. E lhe digo: ninguém vai de graça. Não é possível você ter sido acusado sem fazer nada, e tantas acusações tem contra o senhor, contra o Jardel e tantos outros aí.

Depois que saem da delegacia e que chegam na Justiça, no Ministério Público, todos dizem a mesma coisa: que na delegacia foram forçados, que tudo aquilo é mentira. Só que lá, o que diz o Ministério Público, o que dizem as investigações policiais, são pessoas, vítimas. São vítimas. Está aqui em todos os



autos. São vítimas que foram levadas, que são menores, que foram aliciadas, que alguém ganha dinheiro com isso.

Existe essa figura muito conhecida, que está dito que você está sendo acusado. E isso é uma coisa que está generalizada neste País. E aí a minha pergunta — eu acho que você vai responder a mesma coisa, porque, se for perguntar, o outro... Você conhece Greice? Você conhece a Greice?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, não. Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - O mesmo que o Jardel disse. Você conhece o Adriano?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você conhece a Maria José?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você conhece o Thiago?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - E por aí vai. E se perguntar... Perguntamos ao Jardel, também não conhece. E tenho certeza de que, se perguntar à Greice, ela vai dizer que não lhe conhece. O Tiago vai dizer que não lhe conhece. Ninguém conhece ninguém. Agora todo mundo é estranho. Só que as vítimas que sofreram o assédio, os menores ou, no caso, porque o tráfico é de jovens, mas também de crianças e os pais das crianças, nos ministérios públicos a coisa é totalmente diferente.

O que eu queria dizer a você é que, às vezes, esse silêncio que já foi dito pelo nosso Presidente aqui, orientado... Você tem todo o direito, todo mundo tem o direito da defesa, o contraditório. Isso está na lei. Não adianta, tem. Agora, esse silêncio, às vezes, prejudica. A gente pensa que não. Quem sabe se o seu silêncio não pode estar beneficiando alguém? E depois, quando se fizer a acareação entre você e as pessoas que lhe acusam, e aí uma série de pessoas dizendo a mesma coisa. E aí nesse momento, talvez, não sei... Mas essa é uma orientação do seu advogado... Quem vai julgar no final não sou eu, não são os Deputados aqui, não é o nosso Presidente. Quem vai julgar é a Justiça. A Justiça vai observar tudo o que aconteceu, tudo o que está aqui nesta CPI, tudo o que foi dito pelo delegado, tudo o que foi observado e registrado pelo Ministério Público. No final, o juiz vai fazer uma



observação minuciosa de tudo e, talvez, se o senhor falasse a verdade agora, contribuísse.

Eu pergunto a você, às vezes você está preso... Porque não é possível: são tantas pessoas dizendo as acusações, e essas pessoas foram vitimadas, não só por você, mas pelos outros, na rua, nos prostíbulos e por aí, nas boates... Esses que estão sofrendo lá no exterior...

Olha, nós conversamos, agora nesta CPI, com jovens que foram para o exterior, meninas, e contam até pior do que está passando na novela. É duro. É muito duro para a sociedade brasileira ver e observar tudo isso.

Eu acho que às vezes o seu silêncio lhe prejudica. Estou lhe dizendo com a maior franqueza. Você não tem algo pra dizer? *“Eu tenho algo para contribuir”* — talvez isso vá lhe ajudar. Digo como o Presidente disse aqui no começo: nós não viemos aqui com o objetivo de lhe acusar; nós viemos buscar a verdade. E essa verdade está dentro das pessoas envolvidas: nos acusados, nas vítimas, nas testemunhas. E não pense que o juiz — não vou dizer nem o juiz —, que a Justiça é tão boba, é tão tola de uma pessoa ficar calada, calada, *“não respondo, não respondo”*, e, depois, um monte de pessoas que, aí sim, pessoas de que você pode até dizer que esses, sim, são inocentes, são adolescentes, foram levados... E a Justiça observa.

Você não acha que você poderia contribuir? Alguns desses com que a gente tem falado por onde temos andado, eles se modificam e, às vezes, dizem: *“Rapaz, está dentro do meu coração. Eu vou tirar alguma coisa, que eu estou sendo igual a todos”*. Eu não estou dizendo que você está mentindo, mas, quem sabe, alguma verdade que você está escondendo você poderia contribuir muito nesses processos aqui. E não é só aqui não, é para o Brasil inteiro, que hoje clama e que pede. As pessoas estão orientadas hoje, através dos meios de comunicação, da Internet. O mundo hoje está dentro de casa. Você observa Facebook, *blogs*, não observa? Você não vê o mundo dentro da sua casa? Vê mesmo. Com um tabletzinho deste aqui, está o mundo dentro de casa, dentro aqui da minha vista.

Então, a minha pergunta: você não tem algo a dizer aí que pode contribuir contigo? Essa verdade que a gente sente aqui... Eu lhe digo: não sou eu que julgo,



mas a gente está sentindo que a orientação que é dada a vocês, talvez, ela lhe prejudique.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não, doutor, como posso dizer... A Justiça diz que são 22 pessoas acusadas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Acusando ou acusadas.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Acusando, não é? A justiça está acusando 22 pessoas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É, 22.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Aí, só que só nós somos postos. É divulgado o nome da gente. Por que só é divulgado o nome da gente, entendeu? Quem tem que esclarecer isso é a Justiça, que analisou os fatos, que está analisando os fatos, e divulgar, não é, que, se tem algum nome, eu não posso condenar ninguém.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Só uma coisa. Ela vai lhe fazer um aparte agora.

Deputada, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - À vontade, Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Francinei, deixa eu falar uma coisa para você que eu julgo que é muito importante. Nós não estamos aqui, Francinei, para favorecer aquelas pessoas que já estão até com HC, estão soltas, e vocês estão presos. Entendeu?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - É, eu sei.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Eu sou autora deste requerimento. Sabe por quê? Porque vocês já estão há 5 meses presos.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Correto.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Eu acho que isso aqui é uma oportunidade, não vou dizer que é a única, mas, no momento, nós estamos aqui buscando a verdade. Nós não gostaríamos que você ficasse preso sendo inocente.

Um rico não se apresenta numa delegacia, nem na condição de testemunha, sem levar um advogado. É por isso que rico não fica preso. Mas pobre não tem advogado, ele não pode bancar advogado. Então, isto aqui é uma oportunidade,



Francinei, para você realmente esclarecer se você faz parte disso ou não, se você é inocente, se você foi usado sexualmente. É muito importante. Nós não estamos aqui para lhe acusar. Aliás, nós estamos aqui para lhe ouvir. Isto aqui é uma porta que está se abrindo. Você diz que ninguém lhe dá oportunidade, o Ministério não lhe deu, o Delegado o coagiu, etc.

E nós? Nós não o estamos coagindo, nós não estamos, absolutamente. Nós estamos lhe dando uma oportunidade, lhe ofertando. Viemos de longe, esta CPI é muito ocupada. Eles nos deram ouvidos e estão aqui. E, de repente, você me surpreende, porque você diz: *“Não, não sei, eu não conheço, eu não estava”*. Você está entendendo?

Sabe quando é que você pode ter outra oportunidade desta? Eu não sei lhe dizer, mas eu acho que você poderia fazer uma reflexão. Porque só você e uns poucos mais estão há 5 meses na cadeia.

Refleta sobre isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Eu queria continuar, dizendo o seguinte — é muito importante o que ela disse: e, talvez, você ainda esteja porque não falou a verdade. Talvez a sua verdade vá prejudicar pessoas importantes. E, aí, sim. E, aí, quem sabe, se o juiz — não vou dizer o juiz —, se a Justiça, vendo esse testemunho verdadeiro seu, que dá, talvez... Nas oitavas que fizemos aí, alguns como você disseram: *“Quem deveria estar no meu lugar são outras pessoas. Pessoas importantes, ricas, poderosas. No entanto, eu estou aqui pagando, e eles estão aí soltos”*. E, talvez, a sua verdade, tenha certeza, essa sua verdade pode botar realmente os grandes responsáveis na cadeia, e a Justiça se sensibilize com você, com essa verdade.

Olha, aqui, no momento, uma coisa que eu fiquei meio assim: o Jardel pediu segurança de vida, até emocionado. *“Porque eu posso ser morto.”* Veja bem: *“Posso ser morto”*. E, quando você disse aqui *“Por que só o nome da gente está na imprensa e outros não estão?”*... Veja bem: primeiro, porque outros estão camuflados e outros porque, na realidade, são as vítimas, não é?

Agora, quando ele diz segurança para ele, e eu imagino — e a nossa CPI tem que observar, Deputada, vocês que são aqui da terra... E essas vítimas, as que denunciaram toda essa rede de crime hediondo, de pedofilia, de extorsão, de tudo o



que foi falado até aqui? E essas? Essas é que precisam, porque, talvez, se elas abrirem a boca também, no outro dia podem estar mortas por aí. Então, essas eu acho que correm muito mais risco ainda do que vocês. É o meu sentimento aqui vendo tudo isso.

Então, eu digo como a colega Deputada falou aqui agora: esta é uma grande oportunidade que você tem. Aqui foi dito que você fala o que quiser, e você está falando o que quiser. Se quiser ficar calado, fica; se quiser falar, fala. Não é obrigado. Se você dissesse: *“Eu não quero a imprensa me mostrando aqui”*, a gente tirava a imprensa. Porque a gente quer a verdade. É com essa verdade que a gente vai chegar aos grandes culpados.

Às vezes, você é um aviãozinho da história. Entendeu? Tem gente muito mais forte nessa rede do crime, mas o seu silêncio beneficia a eles e o prejudica, e você talvez não esteja sentindo assim. Será que não é isso? Será que a orientação que estão lhe dando não é pra proteger alguém bem forte aí?

Então, pense, analise. Esta é uma hora muito importante, que a gente vem aqui com o sentimento nacional de justiça. Ninguém aqui veio... Não sei se você está sentindo nos nossos rostos aqui: a gente não está com ódio, com vingança, mas a gente veio aqui apelar para a verdade, principalmente daqueles como você, que a gente sente que responde o que não está no seu coração. *“Não digo, não falo. Eu me calo”*.

Estou lhe dizendo. Olha, tem a justiça da terra, não tem? Você conhece. Tem a justiça dos homens e tem a justiça de Deus. Pensa um pouquinho em Deus. E só quem o pode ajudar é Deus, neste momento. Então, pensa, analisa, porque às vezes o seu silêncio está levando muita gente a ficar livre.

Você já ouviu um ditado que diz que a corda se tora no lugar mais fraco? Já ouviu isso? Me responda aí no microfone.

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Já, sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Será que você não está sendo mais fraco assim, para se torar, mas, se você falar a verdade, você pode se fortificar? Analise. Ninguém aqui... Olha, eu estou lhe dizendo com a maior sinceridade — eu sou um pai de família, tenho cinco filhos —, todos nós aqui. A



gente e o Brasil inteiro, o mundo inteiro... Isso é um assunto... Você assiste à novela? Tem a oportunidade de ver essa novela aí da *Globo*?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Sim, a gente acompanha. Eu assisto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Você, quando vê aquilo, não lhe dói não, o sofrimento daquelas meninas lá? E todos — é um negócio impressionante —, todos são da mesma forma, ficam dependentes deles: quando não são dependentes lá de um prostíbulo, aqui na rua são dependentes de um traficante. Nós temos informação — não, isso é verídico — de que tem pontos na cidade aqui e em todo o Brasil. Que um travesti, que a prostituição de menores e de tudo existem ali, e por trás tem um traficante que comanda o pedaço. A gente sabe disso. Só falta as pessoas falarem a verdade para a gente mudar essa situação.

Espero que você... Vou terminar aqui lhe perguntando: você quer dizer alguma coisa pra contribuir, não é com a gente, não; é com você mesmo? Eu lhe pergunto pela última vez aqui, pelo menos comigo: você não quer dizer alguma coisa que você sente aí no seu coração, que você está vendo que... *“Rapaz, esse Deputado está... Eu estou querendo dizer alguma coisa...”*. Pega o microfone e diz alguma coisa neste momento. Por você mesmo, me responda alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Francinei, tem algo a falar?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Francinei, é o seguinte: você é acusado, entre diversas coisas, de traficar moças da Bolívia para entregar para o Sr. Assuero. Essa é a acusação que é feita contra você, além de... Parece que os seus clientes eram clientes que tinham um poder aquisitivo grande. Você disse que não conhece o Sr. Assuero. Ou seja, essa denúncia de que você traficava moças da Bolívia para esse senhor: você nega ou você confirma? Ou você fica calado? Ou você não diz nada?

O SR. FRANCINEI DE OLIVEIRA CONTREIRA - Eu nego porque eu não tinha nem conhecimento disso. Eu não sabia nem disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é, mas aqui está assinado pelo Ministério Público. Já não é mais o inquérito, já é Ministério Público, e também depoimentos que foram feitos também por pessoas que tinham essa relação.



Eu digo, Srs. Deputados, que nós, como vamos ouvir o Sr. Assuero, que não esteve aqui presente — já há convocação para que ele possa ir para Brasília —, e também vamos pedir que os agenciadores também sejam convocados, o de hoje, para que nós lá possamos, na presença dele, fazer a acareação, porque aí a verdade ou a mentira de um é contra a mentira ou a verdade do outro.

Então, está dispensado o Sr. Francinei de Oliveira Contreira. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO MORAES - Eu gostaria só que ficasse consignado que quem acompanhou ele nesse depoimento foi o Defensor Público Fernando Moraes. *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, V.Exa., inclusive, pode ficar aí, porque tem o outro. O Adriano está sem o advogado dele. V.Exa. vai poder também acompanhá-lo.

O SR. FERNANDO MORAES - Então, eu gostaria de conversar com ele antes. Antes de ele depor, porque eu não conheço os fatos dele. Eu estou aqui *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O fato de acompanhar não significa que o senhor vai fazer a defesa. Quem vai fazer...

O SR. FERNANDO MORAES - Eu vou acompanhar *pro forma*, Excelência. *(Ininteligível.)* Eu sou um defensor *(inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Porque é o seguinte: se nós vamos fazer isso aqui, nós... O senhor vai ter... Porque eu tenho que separar a nossa... Porque é o último a ser ouvido. Se V.Exa. não tem...

O SR. FERNANDO MORAES - Eu me disponho a acompanhá-lo, mas *(inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tem algum outro defensor público que pode acompanhar, ou advogado?

O SR. FERNANDO MORAES - Eu me disponho a acompanhá-lo. Agora, eu não vou fazer isso sem conversar com ele antes.

(Não identificado) - Qualquer defensor aqui se dispõe, mas só mediante uma conversa com ele em particular antes. Até porque é uma prerrogativa do advogado antes do interrogatório *(inaudível.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Claro. Ele tem advogado. Inclusive, aparece... Eu quero inclusive saber por que o advogado dele, o Sr. Rodrigo Machado Pereira, não acompanhou o seu cliente.

Então, V.Exa. tem 5 minutos para poder conversar com o mesmo.

O SR. FERNANDO MORAES - Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Enquanto nós temos esse tempo para que o defensor público possa conversar com o Sr. Adriano, eu pergunto se alguém que está presente no plenário teria algo mais a acrescentar para esta CPI. Se tem alguém aqui que gostaria de registrar algo mais sobre esses fatos, nós lhe concederemos a palavra.

O SR. WHERLES ROCHA - Wherles Rocha. Major Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Félix Rocha?

O SR. WHERLES ROCHA - Wherles Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com a palavra V.Exa.

O SR. WHERLES ROCHA - Sr. Presidente, eu, na verdade, acompanhando a oitiva dos dois últimos inquiridos, eu fiquei preocupado com a forma como foram conduzidas essas investigações. Estarreceu-me a declaração do Sr. Jardel de que foi coagido a mudar o seu depoimento ou a acusar pessoas segundo a conveniência do delegado.

Eu faço nesta Assembleia uma oposição firme ao Governo do Estado, e me entristece e me deixa indignado ver uma situação dessa, a condução, o uso da máquina pública para tentar prejudicar adversários políticos.

Então, queria registrar isso aqui. Vou adotar as providências cabíveis nesse caso. É inadmissível que uma instituição pública, um órgão público como a Polícia Civil se preste a um papelão desses. É inadmissível que uma instituição como a Polícia Civil seja usada para fins politiqueros. E vou adotar as providências cabíveis.

Esse fato, no nosso Estado, é comum. Mas vou adotar as providências cabíveis.

Obrigado pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Para nós, da Comissão, não há essa questão da disputa política. Nós temos as nossas adesões, mas nós investigamos e queremos a verdade, acima de tudo, porque, na realidade, a



presença, como V.Exa. tem... O Ministério Público acompanhou todos os interrogatórios. Então, é importante perceber que a presença do Ministério Público estava também lá.

Mas vamos agora, já está presente...

O SR. WHERLES ROCHA - Só para acrescentar, *(inaudível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - V.Exa. pode tomar qualquer providência. Não tem problema. Agora...

O SR. WHERLES ROCHA - Só para deixar registrada mais uma situação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, agora vamos começar, porque já chegou aqui o...

Guia de apresentação do preso: *"Sr. Juiz, em atenção ao pedido da 2ª Vara da Infância e da Juventude, apresento a V.Exa., devidamente escoltado, o preso Adriano Macedo Nascimento Filho"*.

Você tem advogado, Adriano?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem é o seu advogado?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É o Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - O Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diga o nome dele todo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Rodrigo Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Rodrigo Machado.

O seu nome completo?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É Adriano Macedo Nascimento Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Em algum lugar aparece o seu advogado falando... Diz que o advogado Rodrigo Machado Pereira é advogado de Adriano Linhares.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Porque lá fora me chamavam assim, de Linhares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Hein?



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Lá fora me chamavam assim, de Linhares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Lá fora o chamam de Adriano Linhares?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sua idade é 18 anos?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você é acusado, Adriano, de fazer parte do esquema como aliciador. Então, você vai ter agora 20 minutos para que você possa se defender dessa acusação que lhe é feita. Então, você terá até 20 minutos para seus esclarecimentos. Com a palavra. Você pode começar.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Como começar a falar já? Foi assim, me acusaram disso, entendeu? Falaram que eu aliciava menina, principalmente falaram que eu induzia a minha irmã a fazer programas, essas coisas, sendo que eu não fazia isso, entendeu? Porque, se eu mesmo tivesse feito isso, lá no dia, quando todas as meninas foram falar, inclusive a minha irmã, elas tinham me acusado. Falariam: "*Não, ele fazia*", que nem falaram que eu induzia as meninas a fazer programas e tal. E todas as meninas que foram lá falar de mim, nenhuma falou isso. Todas falaram a mesma coisa, que eu não fazia, que eu nunca induzi nenhuma a fazer isso, entendeu? (*Choro.*) Aí me colocaram, me jogaram lá no penal, como se (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu peço à assessoria que leve um copo d'água para ele. E pare um pouco, porque agora a gente não... Se você... Não dá para gravar a sua fala. Respire profundo e comece novamente.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí falaram que eu fazia isso com elas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí me levaram à delegacia pra eu falar. O delegado falou lá que era pra eu falar a verdade, não sei o quê. Eu falei pra ele que eu não fazia isso. Aí foi a hora em que ele começou a falar um bocado de coisas, aí foi a hora que chegou o Rodrigo, que era o meu advogado, e eu fiquei calado, disse que não ia falar nada. Daí fiquei calado. Aí foi quando rolou



todo o julgamento lá na Vara da Infância e da Juventude, e queriam porque queriam que elas me acusassem. Todas elas, como está aí, nenhuma falou isso, entendeu? Todas falaram que eu nunca fiz isso com elas. Eu andava com elas assim, entendeu? Até com a minha irmã, andava com a minha irmã, porque é minha irmã, mas eu não sabia que ela fazia. Eu tinha a suspeita. A minha irmã tinha vergonha de falar pra mim. Que através de uma amiga minha que fazia programa, e eu fazia também, ela falava: *“Ah, tua irmã começou a fazer programa”*. Aí eu sempre ligava pra minha irmã e perguntava, e sempre ela falava que não. Eu perguntava: *“Mas como é que está aparecendo com dinheiro?”*. Ela falava: *“Ah, é que eu estou pegando emprestado e tal”*. E aí foi o foco, falaram que eu botei a minha irmã, sendo que nem em casa ela morava, porque ela é junta. Ela tem 17 anos, a Anailine. Aí botaram uma outra amiga minha também, que mora em frente a minha casa, como se eu induzisse ela, porque ela tem 21 anos, se eu não me engano, como se eu induzisse ela a fazer isso, essas coisas. E todas falaram lá, todas falaram a verdade, entendeu? Todas as seis — foram seis ou foram sete que chamaram lá —, e todas falaram que eu nunca induzi elas a fazer isso. Se eu mesmo fizesse isso, elas tinham falado lá, entendeu? Aí eles falaram: *“Ah, porque na delegacia você falou uma coisa e aqui você está falando outra”*. Foi que nem elas falaram. A minha irmã nem na penal vai me visitar, por causa que ela tem medo de polícia já, *(choro)* que ela ficou traumatizada, entendeu? Por causa que agrediram a minha irmã, obrigaram ela a falar que eu agenciava ela, que nem as minhas amigas. Aí as minhas amigas lá falaram que foram coagidas a falar isso, a falar que eu agenciava, entendeu? *(Choro.)* Aí lá elas falaram a verdade, elas disseram que estavam tranquilas e que iam falar toda a verdade pro juiz, e falaram toda a verdade, que eu não agenciava. *(Choro.) (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você falou que a sua irmã foi ouvida e foi coagida? Foi o que você falou?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi, que nem as minhas amigas. *(Choro.)* Chegaram lá, a minha irmã, Anailine, a Dávila e a Grazielle. Chegaram lá, e eles e perguntaram *(choro)*: *“Por que que você está mudando o seu depoimento contra o Adriano?”*. Aí elas falaram: *“Porque o delegado me obrigou a falar isso contra ele, e que ele não fazia isso, seu juiz”*. *(Choro.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você já foi ouvido pelo delegado e também já pelo juiz, ou não?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Fui. Já, pelo juiz. (Choro.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Adriano, você exerce... Você é travesti, não é?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Eu era. Era, não sou mais. (Choro.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você era. Você trabalha em que hoje?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Antes de eu ser preso, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Eu trabalhava em salão, eu fazia cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim, era trabalho de cabeleireiro, salão.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí quando eu não estava no salão, eu estava em casa, porque eu fazia o cabelo das amigas da minha mãe, das minhas amigas mesmo. Aí tinha o dinheiro da minha mãe, que ela me dava 200 reais para eu cuidar do meu irmão e limpar a casa toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Porque ela trabalha, todo o mundo trabalha lá, só não eu, porque eu ficava cuidando do menor, e me prostituía, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Você se... O seu advogado usa até a expressão, dizendo que você é "prostituto", não é?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Isso, eu era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Terminou de falar ou tem mais alguma coisa a acrescentar aqui?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Pronto.



Deputada.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Com quantos anos você começou a sua atividade sexual em programas?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Comecei em 2011, quando eu tinha 17 anos. Em 2011.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Em quantos irmãos vocês são?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Cinco, comigo.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Cinco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputada Carmen Zanotto, tem mais alguma pergunta?

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Você disse que está sendo acusado de ter envolvido a sua irmã na atividade sexual e suas amigas.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - A sua irmã, com que idade ela teria sido acusada, ela teria iniciado a atividade sexual com programas?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É que a Anailine nunca me falou, entendeu? Eu sempre só tive desconfiança. Antes disso tudo explodir, de prender todo o mundo, ela veio e me contou. Foi uma ligação minha e dela, a gente conversou e ela me contou que estava fazendo programa e tal, que tinha começado por influência de umas amigas dela. Mas era só um. Ela sempre falou que era só um que estava saindo, o "tio". Ela sempre falava o "tio". Aí, em seguida, eu já fui preso. Depois, só fico sabendo das notícias lá na penal, pela minha mãe e pelo meu pai. Mas eu acho que foi no ano passado, com uns 17 anos dela.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Você conhece o que está nos trazendo aqui enquanto CPI para ouvi-lo, assim como a gente ouviu os demais, e nós estamos aqui com o intuito de olhar para aquele conjunto de pessoas que foram aliciados para essa atividade, em especial a questão de menores. E a gente percebe em você, essa é a minha impressão, que você está bastante fragilizado. Você acredita que esse momento possa ser um momento que venha a lhe ajudar e que seja o espaço que você possa dizer ainda alguma coisa, além daquilo que não foi dito lá nos seus depoimentos?



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Eu acredito que sim. Só que é isso tudo, entendeu, que eu tenho a falar. Tudo é isso, entendeu? Tipo, eles querem que eu fale que eu agenciei fulano, que eu agenciei beltrano, que eu induzi as meninas a fazerem isso, entendeu? Eles querem que eu fale isso, mas não é isso, entendeu? Todo mundo viu lá o que rolou. Todo mundo falou, até os próprios policiais viram que eu não agenciava ninguém. Todas chegaram lá e falaram isso, entendeu? Então, eu não tenho como falar que eu fazia isso, sendo que eu não fazia, entendeu? Todas chegaram e falaram “não, ele não fazia”. “Por que você falou isso?” “Ah, por causa que o delegado me obrigou a falar, me chamava de mentirosa.” A minha irmã mesmo começou a chorar com as minhas outras amigas falando que “me chamou de mentirosa, chamou-me disso, daquilo”; que sempre parava câmera lá para obrigarem elas a falar. Até uma amiga minha deu um depoimento falando que... Ela estava grávida e ficou lá não sei quantas horas. E depois de muitas horas ele até tinha dito que iria tirar ela de lá, porque ela era a mais mentirosa, só porque ela estava falando que eu não agenciava ela. Então, ele queria que ela falasse isso, entendeu? E ela teve a oportunidade de falar, graças a Deus, perante o juiz. Todos, como todas falaram. Eu tive a minha parte de falar também, que eu fui falar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Eu vou fazer algumas perguntas sobre algumas pessoas que são citadas, inclusive que você seria membro de uma organização, se você conhece ou não. Se não conhece ou se conhece, qual é a relação com essas pessoas.

Você conhece o Sr. Jardel Lima Nogueira?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não? Nunca teve contato com ele?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, nunca tive contato com o Jardel, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você conhece Francinei de Oliveira Contreira, conhecida por Nei?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, também não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. E a Sra. Greice Maria Vasconcelos de Almeida?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Conheço. A Greice eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual é a sua relação com a Greice?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - A Greice sempre... Eu e a Sâmia... Porque eu conheci a Greice através de uma agência. Quando a gente foi, eu estava na agência. Eu sempre ia para a agência mais a minha irmã e uma amiga minha. Eu a conheci de lá, porque ela parece que trabalhava para o Osmir (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com a Greice... Porque está fugindo da gravação.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Osmir era enteado dela, se não me engano, um negócio assim. Aí eu a conheci lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aonde?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Na agência, na Órion, uma agência de modelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Agência de modelo. E ela é dona dessa agência?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não. Foi assim, a minha irmã tinha ganhado um concurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí ia tirar foto nessa Órion. Eu já andava lá, mais uma amiga minha que trabalhava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a Greice estava lá também?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Tava, nessa agência. Parece que o dono, Osmir D'Albuquerque, era enteado da filha dela, um negócio assim. Eu conheci ela lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Muito bem, você conhece a Maria José Souza da Silva?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Conhece a Romara Costa Mota?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Romara parece que tem um apelido "Mel".

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Ela não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Conhece o Thiago Celso Andrade Reges?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, conheço não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E aí há a figura dos clientes. Adálio Cordeiro de Araújo, fazendeiro, você conhece?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Só de ouvir falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só de ouvir falar. Nunca teve...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Nunca o vi pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E a Assuero Doca Veronez.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. E Ari Palu, você conhece?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Ari não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. E Cassio Pereira Gonçalves, conhecido como Cassio da Companhia de Selva?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, nunca nem ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Conhece Cassius Afonso Regio Nogueira, cinegrafista de TV?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Conhece Charlom Pereira da Silva?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Fernando Martins, Vereador?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nada, não conhece. George Sales da Costa, oficial de Justiça?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Jamil Kassem Mastub? *(Pausa.)* Não? Lázaro Santos Pessin? *(Pausa.)* Não. Manoel Machado da Rocha Filho?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Marcello Moniz Mesquita? *(Pausa.)* Não. Paulo Henrique Delfino Nascimento?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Também não. De todos esses, só o que estou lhe falando, era só o Adálio e o Assuero que eu conheço de ouvir falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Adálio e Assuero.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Eram só esses dois. Essa lista é a lista lá do juiz que fala que é dos clientes, né? Não conheço nenhum, não. Só esse Adálio e o Assuero, de ouvir falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você, por exemplo, assiste televisão, não é? Quer dizer, por exemplo, o Paulo Henrique Delfino Nascimento, pela informação que é dada, era apresentador do *Globo Esporte*, na *TV Acre*.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você já o viu alguma vez pela TV ou não?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas em termo pessoal, nenhum contato seu com ele.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Pessoalmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Depois que eu fui preso ou antes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De conversar...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, só tive contato com ele lá no dia mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E Ramadan Kalil?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Já, esse eu conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Conhece? Qual a sua relação com ele?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Ele namorava uma amiga minha, a Sâmia Lima. Aí a gente às vezes, eu e ela, ia para a festa, para a Posh. E ele mora dentro da FAAO, mesmo, que é aquela universidade em frente à Posh. Sempre que saíamos de lá e eu não ia para casa, porque eu já estava cansada, já estava até bêbado demais, eu e a Sâmia, aí a gente sempre dormia na casa dele, às vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Adriano, como é que foi a sua prisão? Em que hora, como é que se deu, quem é que o levou? Os policiais se identificaram? Como foi? Você estava em casa?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Eu estava em casa dormindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dormindo. A que horas mais ou menos?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Oito horas da manhã, 7 horas por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Oito horas da manhã.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí bateram lá na porta. Minha irmã foi atender, a mais velha, porque ela trabalha meio dia. Ela estava em casa, minha mãe já tinha ido trabalhar, meu pai estava até viajando para São Paulo. Aí foram... Falaram que era polícia civil, se não me engano. Aí chegaram... Minha irmã bateu na porta do meu quarto, porque eu estava dormindo. Falou: "Adriano, a polícia." Aí eu não acreditei pensando que era brincadeira. Falei: "Ah, Nara deixa eu dormir." "Não", ele falou, "é a polícia mesmo, Linhares." Aí eu já me levantei, já me arrumei e abri a porta. Aí já foram dois entrando. Começaram a arrancar um bocado de coisa, os fios do computador... Já pegaram um bocado de coisa, perguntando se eu tinha *pen drive*, se eu tinha foto, se eu tinha isso... Eu falei que não. Não tinha *pen drive*, nem foto, nem nada. Ele falou: "Vou pegar seu computador, essas coisas..." Eu disse: "Pode pegar, mas do que eu estou sendo acusado." Aí ele falou: "Não, tu só



vai falar com o Delegado." Aí eu falei: Não, moço, eu não roubo, eu não mato ninguém, não uso droga, não faço nada não. Pelo amor de Deus, me fale só porque eu estou indo para a polícia." Ele falou assim: " Não, lá tu vai saber. Fica tranquilo. Só vai falar com o Delegado. Ele vai te explicar e tu vai embora para tua casa. Se ele decidir para tu ir embora tu vai." Mas, de primeiro, ele disse que só ia levar as coisas. Quando foi na hora, mandou minha irmã assinar um papel. Ela assinou e me levou — os dois. Foi dois ou foi três. Aí quando eu entrei dentro do carro, ele falou: "Ah, você que é o Linhares, não é?" Eu falei: "Sou." Aí ele falou assim... Eu estava com meu telefone no bolso. Ele falou assim: "É, Seu Linhares, só quero lhe falar uma coisa, que a casa caiu para você. Você está sendo preso." Foi a hora que eu comecei a chorar no carro. Fiquei perguntando por quê. Ele falou: "Não, não adianta chorar não. Deixa de drama. Ele está fazendo é drama aqui para gente." Desse jeito. Aí eu fui. Cheguei na delegacia, aí já me colocaram na cela. Já fiquei lá. Aí eu pedi para ligar para a minha mãe. *(Choro.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí eu falei: "Posso ligar para a minha mãe?" Ele falou: "Pode." Quando eu coloquei assim... Ele tomou. "Não, tu não vai ligar não. Vai, vai, seu gay." Aí eu entrei na cela. Aí fiquei lá uns 3 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você foi ouvido lá...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Na delegacia que eu estava, não; fui ouvido na outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Na outra, na outra. E o delegado que lhe ouviu?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Ele me levou só para uma salinha lá embaixo. Aí me mostrou uma foto minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não sabe o nome do delegado que lhe ouviu?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí mostrou só uma foto minha e da minha irmã entrando no carro da Greice.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Falou: "Se lembra para onde tu estava indo esse dia?" Aí eu falei: "Não, não me lembro, mas eu me lembro desse dia." Ele falou: "Ah, não se lembra não? Nesse dia tu estava levando sua irmã para fazer programa com você e não sei o quê..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E eles fizeram a apreensão do seu celular?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi, pegaram na delegacia, quando eu ia ligar para a minha mãe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Que mais? Que objetos...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - E o meu computador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... seus foram apreendidos?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi só o meu celular e o meu computador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Celular e computador.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi. Eles viraram meu quarto todinho. Aí eu falei que eles podiam... Só levaram isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só. Aí você ficou 3 dias nessa delegacia e aí foi para outra delegacia?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi, porque eu fui ser ouvido por ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual era a delegacia onde você ficou primeiro?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - A delegacia que eu fiquei primeiro... É até perto da minha casa. Ali, atrás da Araújo, a do 2º Distrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Aí foi para essa delegacia...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - ... onde o delegado...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Me levou na salinha e conversou comigo, dizendo que era para eu falar toda a verdade, não sei o quê. E fui lá para cima.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você, depois do Delegado, foi ouvido também já no Judiciário, pelo juiz?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, ainda não foi.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Depois do delegado, eu fui para outra delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi até a que eu fiquei junto com o Jardel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - De lá, já levaram a gente para a Penal. Aí depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E você ficou junto com o Jardel na prisão ou...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Na Penal?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, fiquei junto com o Nei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com o Nei?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É. O Jardel ficou em outra Penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí foi quando chegou lá que eu conheci ele, fui perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O fato, Adriano, é que... Quer dizer, não é mais agora o inquérito da Polícia, mas é o próprio Ministério Público que fez a denúncia para o Judiciário que vai ouvir você em outro momento.

A denúncia foi assinada por três promotores, inclusive o Promotor que é o responsável pela 2ª Vara da Infância e Juventude e pelos Promotores de Justiça, Danilo, e Marcela Cristina.



Ela diz o seguinte: A peça acusatória... O que eles usaram para lhe acusar de ser agenciador; de fazer parte de uma organização que aliciava mulheres e menores, mulheres também, para atividade, para práticas sexuais com empresários, com fazendeiros e com pessoas que tinha poder aquisitivo, que vocês recebiam por esse serviço dinheiro. Ou seja, o crime que vocês são acusados de cometer o rufianismo, de recrutar pessoas e de ganhar dinheiro, colocando isso aqui.

Está é a acusação.

Aí diz: A peça acusatória apresenta 70 laudas, 70 folhas... A denúncia... Os fatos estão descritos de forma circunstanciada — quem disso são os Promotores —, bem como individualizada. Ou seja, para cada um de vocês tem a acusação individualizada. Por exemplo, o Adriano fez isso, o Adriano foi responsável por isso... Outros têm mais coisas do que você. E coloca a conduta de cada agente como manda a lei. A lei manda que a pena, como vai ser também individualizada, que a acusação também seja circunstanciada — muitas vezes não é — e individualizada.

Eu pergunto: antes de você ser preso, algum outro momento você teria sofrido... Você é primário?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Sou, a primeira vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nunca esteve preso antes não?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

Foram denunciadas 22 pessoas, entre elas você. O Ministério Público diz o seguinte: "Resguarda-se a não divulgar o inteiro teor da peça processual e o nome dos acusados neste momento da denúncia em razão do segredo de justiça que paira sobre o processo."

Ou seja, ao denunciar, ele... Por exemplo, olha o teor... A gente não vai poder publicizar isso porque está sob segredo de Justiça, segundo eles mais para resguardar as pessoas que foram ouvidas e que denunciaram isso que é chamado de organização, e que você estaria entre um dos acusados.

Eu quero perguntar a você se... Aí diz o seguinte: "O inquérito policial — aí ele fala do inquérito policial — revelou que foi constituída nesta cidade uma extensa e bem organizada rede de prostituição e exploração sexual envolvendo mulheres maiores e menores de idade que era comandada por sete pessoas que foram



denunciadas pelo favorecimento de exploração sexual de mulheres maiores de idade e adolescentes entre 14 e 18 anos de idade.”

Eu pergunto: quanto a essa acusação que também lhe é feita, você nega que tenha feito isso, ou confirma que tenha feito alguma vez? Você sugeriu a alguém para procurar fulano ou não?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Você nega? Certo.

Estes denunciados... Aí diz que vocês integravam o que se poderia chamar de núcleo de agenciadores da rede de prostituição e exploração sexual, intermediando e oferecendo garotas, por eles agenciadas, para fazer programas sexuais com os denunciados do núcleo denominado de usuários ou clientes.

Você alguma vez aliciou alguém, alguma pessoa, para ter relação sexual com alguns desses acusados como clientes?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não.

Como é que... Eu estou colocando aqui segundo a investigação e também segundo a denúncia do Ministério Público.

O modo de operar, o *modus operandi*, dos denunciados integrantes do núcleo de agenciadores inicialmente consistia em identificar mulheres e adolescentes, depois de induzi-las à prostituição ou exploração sexual.

Então, a primeira coisa, segundo eles, que vocês faziam era identificar mulheres e adolescentes que tinham mais ou menos interesse e depois induzi-las a aceitar fazer o programa lá, com o Fulano de tal, com Sicrano, com Beltrano, incitando-as; aí, já tem uma coisa... A primeira seria a identificação; segundo, a indução; terceira, seria incitar essas pessoas, dizendo: "Olha, é bom. Você vai lá, vai ganhar dinheiro... E eu também vou ganhar a minha parte. Eu vou ter a minha comissão". E, convencendo-as, atraindo-as mediante promessa de vantagens econômicas para realizar programas sexuais com os denunciados do núcleo de usuários ou clientes.

O que você diz dessa denúncia?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Que não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você nunca fez...?



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você diz "não é isso". E o que é que foi?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Sabe por quê? Porque era assim. Deixa eu lhe explicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diga.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - As minhas amigas tinham os contatos delas, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Ah, sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Que nem... Uma foi morar lá em casa, a Josie, amiga minha. Ela foi morar lá em casa, porque ela tinha brigado com a mãe dela. Aí eu falei que ela ia passar uns tempos, porque ela já tinha conhecido a minha irmã, e eu estava fora de casa nesse tempo. Quando eu cheguei em casa, ela já estava lá. Eu criei amizade com ela e a gente ficou amiga, eu e ela. Então, depois de um tempo, eu descobri que ela fazia programa. Ela tinha os clientes dela que nem ela citou lá para o juiz. Ela tinha os clientes dela, entendeu? Às vezes mesmo ela tinha no telefone dela. E muitas vezes... Já que eles grampearam o meu telefone... Nenhum pega uma escuta minha ligando para o Adálio, para o Assuero ou para qualquer um. Nenhum pega. Não vão escutar isso nem vão pegar porque não existe eu ligando e falando: "Eu tenho uma amiga minha, que tu vai ter que me dar tanto e ela vai pegar tanto". Não tem; não existe isso, entendeu? Agora, a ligação que eles vão pegar do meu telefone, se pegaram, é que nem eu falei lá no dia: o meu telefone... A menina usava sim o meu telefone. Muitas vezes, ela não tinha crédito. Ela falava: "Amiga..."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Essa amiga sua?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É, minhas amigas mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim. As suas amigas usavam seu telefone também?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É, a maioria delas; até a minha irmã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Ela pegava e falava assim: "*Adriano, me empresta teu telefone? Tem crédito?*" Eu falei: "*Tenho.*"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E sua irmã era aquela que fazia programa ou não? Era uma que você falou?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É, a minha irmã que fazia programa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, e aí ela entrava...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Elas pegavam e falavam: "Me empresta o telefone rapidinho." Eu: "Pra quê?" Ela: "Não, só para eu fazer um negócio".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - "Tá, mas não gasta muito crédito não." "Tá bom."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas o telefone celular estava no seu nome?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não. Era da minha mãe, que tinha comprado ele. Ela me deu porque ela comprou outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí, elas pegavam meu telefone e iam ligar, entendeu? Se pegaram ligação, tem ligação delas negociando com eles. Nenhuma parte tem ligação falando que vai ter que dar para o Adriano ou o Adriano me levou para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós estamos percebendo que você está colaborando com a CPI e colocando informações. A gente acha que é importante a verdade que você vai revelando. Os outros não quiseram falar, mas estamos vendo que é o sentimento que tem, e não é só o sentimento de chorar para se colocar como vítima, mas, de fato, sentir que nesse processo todo você poderia estar sendo usado por amigos e amigas que usaram o seu celular, que ficaram na sua casa e que fizeram coisas. É claro que...



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É tanto que, quando a Juci saiu lá de casa, ela me ligou e ela falou a mim que estava sendo explorada por uma mulher, e tal, e tal, e tal, na casa dessa mulher, que ela nem podia falar comigo, que a mulher não queria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí, eu liguei para a Sami, conversei com a Sami sobre isso; aí, foi tanto que eu, a Sami e a Grazi fomos numa Delegacia, lá perto do CERB, falar sobre isso, fazer a denúncia, que ela estava sendo explorada, que ela tinha me ligado. Aí, ele mandou a gente para a Federal; da Federal, mandaram a gente para a Delegacia da Mulher. Foi lá que a gente fez a denúncia, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi tanto que no dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Vocês denunciaram na Polícia Federal?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não; eles falaram que não era lá; tinha que ir na Delegacia da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Da mulher.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí, a gente foi e fez a denúncia lá, que a Juci estava sendo explorada, que ela não podia falar, tal, tal, tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Nesse tempo elas já tinham saído da sua casa?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Já. Ela estava com pouco tempo que tinha saído lá de casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode ter sido nesse momento que o teu telefone estava grampeado e tu caíste, ou seja, nessa conversa com as tuas amigas, e de lá, que telefonaram para ti; pode ser isso, que não deu...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi tanto que até quando eu fui preso estava a delegada e o delegado; ela até falou: "Eu te conheço. Foi tu que foi lá na delegacia, né?" Aí eu falei: "Foi, fui eu." "Tu e tuas amiguinhas?"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. A Deputada Antônia Lúcia tem alguma pergunta? E depois...



A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Adriano.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Oi.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Quero te dizer que fui eu que pedi para você estar aqui, para a gente te ouvir, porque seu pai me mandou alguns e-mails e mensagens dizendo que você é vítima de toda essa rede. E aqui, por alguns momentos, Deputado — você já colocou —, o Adriano tem colaborado.

Percebo, Adriano, que você é uma criança ainda, entende? Você não tem maturidade, você não tem discernimento, você foi mal orientado familiarmente; é isso que eu percebo. E eu acredito que essas pessoas mais adultas que você, elas te usaram sexualmente, entendeu? E você está preso por falta de oportunidade de ter tido uma defesa porque agora, até agora, aqui só estiveram pessoas pobres. E no teu caso, como eu considero ainda que você não tem idade, não tem maturidade ainda, porque você tem 18 anos, você ainda é uma criança, está me entendendo?

Então, fala a verdade aqui, Adriano, porque eu fico muito comovida em saber — eu sou mãe, entende? — que você foi usado por pessoas que te levaram para este mundo.

Quem te convidou, Adriano, a fazer parte do mundo do homossexualismo? Como que iniciou isso na tua vida, Adriano?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Eu... Foi quando eu tinha 9 anos. Foi com o meu primo.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Foi com pessoas adultas?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - A primeira relação que eu tive foi com o meu primo. Ele tinha 16 anos.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Tá. E agora, por último, quando você entrou em toda essa condição, você teve alguma conversa com alguém adulto? Você estava tendo algum relacionamento com alguma pessoa, algum homem, alguma mulher?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Tinha um menino.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Adulto? Pois é, Adriano, esta aqui é uma oportunidade de você falar a verdade porque o que nós queremos é ajudar você, tá bom? Não fique preocupado; não se sinta ameaçado. Eu percebo que você está, que estão lhe imputando tantas acusações; você é tão jovem; você não teria a



capacidade mental de arquitetar, de ser o patrono de uma organização dessas, faraônica.

Então, esta é uma oportunidade para você, Adriano, nos contar. Você é vítima; você é usado sexualmente; você é abusado.

Então, isso aqui é para contribuir com a Justiça, que nós acreditamos que venha fazer a justiça verdadeira; não é a justiça da politicagem, não é a justiça do apadrinhamento nem da classe econômica. E eu fico muito sensibilizada de ver você chorando aí. Eu gostaria mesmo de te ver no banco da escola, da faculdade, cantando, tocando, e você não pode, de forma alguma, ficar sem esse direito de ser defendido. Então nós abrimos isto aqui. Eu convidei a CPI, e uma das coisas que mais me chamou a atenção é a sua pouca idade, Adriano.

Então, não tenha medo de nós. Nós não estamos querendo fazer mal a você, de forma alguma. Queremos ajudar você, tá? Aqui fica o nosso registro. Eu pedi para que você estivesse aqui porque você precisa ter uma defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Adriano, como você colocou... quer dizer, pessoas moraram na sua casa, tinham um tipo de atividade sexual já por escolha delas, como foi você também, que depois da primeira relação estive com outras pessoas, mas depois você disse que abandonou e você começou a trabalhar lá numa sala ou salão de beleza e também cuidando de pessoas também, ou seja, a sua família que saía — a mãe que saía e você que ficava cuidando de casa —, enfim.

Algumas pessoas te acusaram, te acusaram nos depoimentos; te acusaram. Eu pergunto para você: se essas pessoas ficassem frente a frente com você, você aceitaria para olhar para ela e dizer “Você está mentindo; você mentiu para mim”?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aceitaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Aceitaria?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aceitaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Certo. Nós queremos agradecer ao Defensor Público, Dr. Fernando Moraes de Souza, OAB 2415/AC, pelo acompanhamento do Adriano e do Nei. Agora é importante também, claro, que os advogados que estão possam acompanhar todos os passos dos seus clientes. Isso demonstra uma fragilidade: “Não quero fazer”, mas que era importante porque, como



é que numa audiência pública, onde poderia haver outras acusações e... Mas eu quero agradecer e manifestar o reconhecimento da importância do defensor público.

Nós estamos na Câmara Federal agora, inclusive, para verificar essa questão, porque o defensor público, eu diria, é o defensor dos direitos daqueles que não têm quem os defenda. E os defensores poderiam hoje estar em outras situações fazendo a defesa de outras pessoas que têm outras violações de direitos, e os seus advogados deveriam estar aqui atendendo aos seus clientes. Então, é bom até que quem constituiu olhe essa situação porque isso pode ser fragilidade na defesa de vocês, tá?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado. Passo a palavra à Deputada Carmen Zanotto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Rapidamente, para gente dar encaminhamento. Eu queria só pedir ao Adriano se, a partir dos 9 anos, quando ele iniciou a sua atividade sexual com o seu primo, você depois disso sofreu algum tipo de violência sexual?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Não? Você nunca viveu violência sexual? Todos os atos foram com consentimento seu?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Queria pedir ao nobre Presidente que a gente requisitasse a denúncia feita pelo Adriano e pelas suas amigas de que uma das amigas estava sofrendo exploração junto à Delegacia da Mulher e gostaria de pedir ao Adriano se ele sabe o que foi feito com essa denúncia.

Quando vocês estiveram na Delegacia da Mulher, ou melhor, vocês estiveram em três departamentos, em três órgãos públicos...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO -...até conseguirem fazer o registro de ocorrência. Como foi o acolhimento nessas estruturas públicas? Se vocês foram bem acolhidos, se vocês foram bem orientados. Como é que foi essa sua ida com as amigas, né, na busca do recurso para registrar a ocorrência? E se você sabe qual foi



o desfecho da denúncia que vocês fizeram com relação à violência que a sua amiga estava sofrendo.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - A gente foi, que nem eu falei, primeiro lá, perto da escola do CERB. Aí, expliquei tudo para o homem lá que tinha uma amiga minha e tal, e tal, e tal, que estava sendo explorada. Expliquei que ela morou lá em casa. Ele perguntou se eu sabia que ela fazia programa. Eu falei: “Sabia. Quando ela estava perto de sair da minha casa, ela me confessou tudo e tal.” Aí ele falou: “Não é aqui que faz a denúncia, é na Polícia Federal.” Eu perguntei onde era, ele explicou para mim e para as minhas duas amigas. A gente foi lá. Falaram a mesma coisa, que não era lá, era na Delegacia da Mulher. Aí, a gente pegou um ônibus e foi lá para a Delegacia da Mulher. Chegou lá, foi um homem que tratou a gente bem, entendeu? Perguntou se a gente queria fazer mesmo a denúncia, a gente falou que ia fazer. Ele perguntou à mulher, eu falei, eu não sabia o nome dela, dessa mulher, que a Juci não tinha me dito, mas expliquei tudo que a Juci tinha me dito na ligação e tudo direitinho, entendeu? Aí, eu fui lá, assinei; a Sâmia foi lá e também falou a mesma coisa, falou: “Não, foi assim, ele me explicou e tal”. Aí, fui eu, a Sâmia e a Grazi . Aí, a gente fez a denúncia lá, e depois disso ninguém soube mais o que aconteceu. Foi quando eu cheguei em casa, e falei para a minha mãe — minha mãe gostava da Juci —, falei para ela que eu tinha ido na delegacia mais a Grazi e a Sâmia fazer esse denúncia da Juci, que estava me ligando, que já estava com duas noites que ela me ligava, falava que estava na casa da mulher, que sentia saudade lá de casa, queria voltar, mas não podia.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Essa mulher que ela estava na casa, não deixava ela sair.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Ela conseguiu dizer para você se era porque ela estava devendo alguma coisa para essa senhora? Então, ela precisava pagar antes de sair?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, ela não...

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Ela conseguiu te passar por telefone?



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - A Juci dizia para mim que saía na... Tinha que sair para fora para conversar comigo. Que a mulher não deixava, por hipótese nenhuma. Eu era a única pessoa que ela não podia falar de jeito nenhum, era eu. Ela falava só isso. Aí, eu falava: "Não amiga, fica tranquila; eu a Sâmia e a Grazi, a gente vai resolver isso." Aí, ela só começava a chorar, e desligava o telefone. Foram só duas vezes que ela me ligou, a Juci.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, obrigada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Falou que conheceu a Greice numa agência de modelos.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - De modelos. Nós temos investigado que muitas agências de modelo são apenas um pano de fundo para outras atividades de exploração sexual. Há empresas de modelos que são idôneas, que trabalham corretamente, que preparam, mas há outras que apenas usam da questão de modelo, vão para uma festa; aí, veem um rapaz e uma menina bonita, diz: "*Olha você não quer ser modelo? A gente vai investir em você, vai preparar você e depois você vai para uma agência de modelo.*" Mas, quando chega lá, não é modelo algum; é para ser explorada sexualmente e até ficar escravizada.

Eu pergunto se naquele período em que você conheceu aquela agência, se as pessoas que ali estavam já tinham alguma forma de relação sexual com outras pessoas.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Com... Da agência, assim, o senhor fala?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Ah, sim, das vezes que eu fui ali, não foi muitas vezes, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Mas, assim, eu sabia que o Osmir, quando saí umas três vezes mais ele, a gente foi até pra Sparkling. Ele às vezes falava, ele até falava que queria que eu trabalhasse lá, como secretário dele. Aí, ele... aí, ele falou: "Não! vamos fazer o teste". Aí, tinha uma bonita lá e tal.



Ele falou: “Não, chama ela para agência, ela é bonita.” Aí, fui eu e a Dávila, se não me engano. Não, a Dávila, não; eu e o Cherry.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Como é o nome do dono, é dona....

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É o Osmir de Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Osmir?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - De Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Tá.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí, ele falava: “Chama lá ela para a agência; ela é bonita, para tirar foto”. Porque ele fazia assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Era modelo fotográfico?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É, para a revista dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Aí, eu fui lá e conversei com ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Qual é a revista dele? Qual era a revista?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - É *Chique*; o nome, é *Chique*, a revista. Aí, eu fui lá, e falei: “Oh, menina, tem a agência tal, 2000 e tal, para tu tirar foto e tal”. Aí, foi. Aí, até a Juci ia para lá, ela sempre falava que as meninas iam, tiravam foto, mas, assim, de relação, assim, com ele, essas coisas assim, eu já não sabia, entendeu? Que eu já não tinha tanta afinidade com ele. Foi só dessas três, quatro, cinco vezes, assim, que eu fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Que até mesmo quem era mais assim era a Greice, que era com ele, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você disse que não sabia que a sua irmã, uma irmã sua, ela tinha relacionamento com outras pessoas. Quando é que você descobriu isso? Você já tinha assumido a sua condição de homossexual ou não?



O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Já. Eu assumi foi com os meus 18 anos. Em 2012, em abril. Aí, depois disso, um pouquinho; aí, eu já fiquei sabendo da Anailine.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sabendo. Você sabendo quando você já estava com 18 anos?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi. Depois, um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Oh, Adriano, você teria mais alguma coisa a acrescentar?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, só mesmo isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só para saber, você disse que chegou a uma coação, mas você não chegou a sofrer nenhum tipo de maus tratos, de tortura? Foi torturado na...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Na Penal, que o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Sim.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Assim, lá, na Penal, quando eu fui para lá, só um homem mesmo, no início mesmo, assim, coisa normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quem?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Os presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Os presos? Foram os presos que fizeram?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - (*Choro.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Quer dizer, aí, colocaram você numa cela com outros presos? E esses presos quiseram lhe estuprar também lá?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - (*Choro.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, é importante isso aqui, né? Se você... Eles quiseram lhe usar sexualmente?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Quiseram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E usaram?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - No início. (*Choro.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E, aí, quando a autoridade soube, conseguiram...

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - (*Choro.*) Porque eu não falei nada a ninguém, que a gente, a gente não pode... Que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Você não falou isso no depoimento, não?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não, não falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Está bom. Está bom. Nós já conseguimos...

O SR. WALTER PRADO - (*Fora do microfone*) Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Diga.

O SR. WALTER PRADO - (*Fora do microfone*) CPI, o que ele está declarando aqui publicamente é um fato gravíssimo. Ele está lá, à disposição do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, foi na primeira... Não, foi na primeira...

O SR. WALTER PRADO - (*Fora do microfone*) Não, mas eu acho que a CPI tem poderes para que haja o isolamento. Ele não pode voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, o que ele disse, o seguinte: foi na primeira delegacia.

O SR. WALTER PRADO (*Fora do microfone*) - Não foi na prisão, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi, não.

(*Não identificada*) - (*Fora do microfone*) Foi na cadeia.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi na Penal.

O SR. WALTER PRADO - Na Penal. Foi para a Penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Foi na Penal, agora?

O SR. WALTER PRADO - É.

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Foi, quando eu cheguei, logo no início, quando eu cheguei.

O SR. WALTER PRADO - Então, eu acho que tem que ter uma providência, porque são coisas que estão vindo a público, porque aqui, nós, na Assembleia, não



tínhamos conhecimento disso. Agora, é preciso que a CPI provoque, porque nós vamos pra cima, para fazer o isolamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - A Secretaria da CPI, para comunicar ao Secretário de Administração Penitenciária, que é o responsável, para que o seu....

(Não identificado) - *(Fora do microfone)* E o outro também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, o outro não falou disso aqui, que ele falou. Isso aqui é abuso sexual; é exploração. No caso, ele está dizendo isso aqui; os outros não disseram isso aqui. Então, nós vamos pedir ao Secretário de Administração Penitenciária, parece que Justiça, é Justiça e Direitos Humanos aqui, para que...

O SR. WALTER PRADO - Seja uma medida, Presidente, imediata. Eu acho que ele não pode retornar lá para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pois é.

O SR. WALTER PRADO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós estamos fazendo isso agora, ou seja, fazer a solicitação da retirada da cela, para que nós possamos ter assegurada a integridade física, sexual, psicológica do Sr. Adriano, conhecido por Adriano Linhares, né?

Deputada Antônia Sales.

A SRA. ANTÔNIA SALES - Sr. Presidente, exatamente, Antônia Sales.

Sr. Presidente, o fato que o rapaz, o jovem, aqui, está relatando, isso já é um fato corriqueiro, que a gente sabe, de pessoas que vão presas, muitas vezes, não vão nem cumprir pena; estão esperando apenas ser ouvidas, eles são estuprados dentro das celas. Eu conheço um relato, que eu chorei junto com o rapaz, que era dependente de drogas. Aí, prenderam ele, porque ele tinha roubado da mãe dele um botijão de gás para vender, e aí botaram numa cela, onde todos os dias ele era estuprado, por dez, seis, dentro da cela — todos os dias. E passavam de uma cela para outra. Isso acontece.

Eu acho que isso tem que ser mais abrangente ainda. Muitos abusos que acontecem com o cidadão, que tem que ser resguardado, guardada a sua integridade, acontece esse fato, tanto nas delegacias quanto no sistema prisional.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Claro. O sistema penitenciário brasileiro, na sua grande maioria, está corrompido, apodrecido, não ressocializa, não reeduca. Eu digo sempre que nós temos que fazer uma grande reforma do sistema penitenciário brasileiro. Isso ocorre em várias situações, e principalmente... Aí, tem aquela velha história, de quem violentou ou usou sexualmente contra menores, tem aquela ideia de... E, aí, a penalidade que eles fariam para essas pessoas seria de usar da violência sexual.

Então, nós vamos pedir ao Secretário para que tome as providências. O ofício vai ser encaminhado e nós pedimos para que, de fato, seja assegurada a integridade do Sr. Adriano Nascimento.

Mais alguma coisa, Adriano, que você gostaria de registrar?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Só isso. Então, muito obrigado, Adriano Macedo Nascimento Filho, conhecido por Adriano Linhares.

Esse nome de guerra, "Linhares", é que o pessoal conhece você por isso, né?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Depois desse fato que você está narrando agora, aqui, já contou esse fato ao seu advogado?

O SR. ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não. Pois é, a relação advogado/cliente tem que ser... Por isso que o nome... Ele chama para si a defesa, mas o cliente tem que comunicar para ele todos os acontecimentos. Não dá para ficar guardando. É claro que é um sofrimento dizer que foi violentado sexualmente, quando você disse que as outras vezes foi sempre uma decisão sua, não foi nada de força; foi adesão. Agora, ou seja, é algo que nos chama atenção isso, aqui. Quer dizer, a relação é para que haja ampla defesa, que é fundamental.

Então, a gente agradece e o dispensa neste momento, agradecendo a sua fala aqui, porque contribuiu com várias informações que são importantes, porque a CPI aqui não está para julgar ou condenar. Nós estamos aqui para ouvir, e a verdade de cada um precisa ser revelada. Agora, agradeço a você e peço que... Nós vamos pedir também, inclusive, que esse teor lá, da Delegacia da Mulher, para ver o boletim de ocorrência que foi feito lá.



Esta CPI agradece a todos os Parlamentares que aqui estiveram, a todas as pessoas que aqui estiveram, que contribuíram. Nós ouvimos hoje, além de vários depoimentos aqui, compromissos assumidos para o combate contra as violações de direitos humanos, e foram narradas diversas violações aqui. Nós consideramos que esse fato precisa ter continuidade nas investigações, porque, pelo que nós verificamos, essa falta de fiscalização, ou seja, pode ser um elemento do ir e do vir, e também da questão, ou seja, de pedir, no caso, para que se organize um serviço de inteligência para investigar essa questão toda. É uma questão que, para nós....

(Não identificada) - *(Fora do microfone)* O Secretário Reni, não é, que vai *(ininteligível)*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É, mas no caso, no caso dele, não... O Secretário de Segurança...

(Não identificada) - *(Fora do microfone)* Reni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É. Só que parece que é o Secretário de Justiça que é o responsável por isso aí...

(Não identificada) - *(Fora do microfone)* Fernando?

(Não identificado) - *(Fora do microfone)* É o Diretor do IAPEN, é separado, o Instituto. Instituto de Administração Penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Então, pede o nome desse rapaz aí, para a gente

(Não identificado) - *(Fora do microfone)* É o Dr. Dirceu Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - O Dr. Dirceu Augusto, viu? Não é esse aqui, porque o Secretário de Segurança não cuida do presídio, não.

(Não identificado) - *(Fora do microfone)* Pode ser *(ininteligível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Pode ser também direto ao Secretário, que comunicará. Eu acho que também há um Secretário para que ele possa comunicar isso aqui.

(Não identificado) - *(Fora do microfone)* Fernando *(ininteligível)*

(Não identificado) - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Um fato que para nós é importante é que desde 9h30min, é claro, chegamos aqui, tivemos uma conversa com o Promotor e com outras autoridades, e essa audiência foi muito importante.



Nós iremos inclusive reconvocar aqueles que não compareceram — alguns nem justificaram — e vamos convocar para Brasília. Em Brasília, iremos fazer também essa acareação.

Quero agradecer ao Seu Moisés Diniz pela concessão do livro *O Santo de Deus*. Esperamos que Deus possa iluminar as mentes e os corações, para que efetivamente tenhamos justiça e não violência, tenhamos paz e não injustiça.

O Sr. Moisés Diniz.

O SR. MOISÉS DINIZ - Apenas uma questão, meu querido Presidente, uma sugestão: se tiver que convocar acusados da Operação Delivery para depor em Brasília, que sejam convocados todos os acusados, que não se possa convocar um ou outro, porque, se são todos acusados de um mesmo crime, numa mesma operação, então, que sejam todos convocados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - É que alguns, Muniz... Nós não podemos fazer isso, porque ainda se encontram em segredo de Justiça. Ou seja, alguns já são públicos, e esses nós podemos convocar. Ninguém é obrigado a produzir provas contra si. E se nós da CPI, mesmo tendo a cópia do inquérito, se nós publicizarmos isso, nós podemos ser processados por isso, porque estaremos quebrando um segredo de Justiça.

Então, aqueles que foram convocados é porque eles já são de domínio público, eles já entraram com *habeas corpus*, já se publicizaram. E aí a gente pode fazer isso aqui. Então, a justificativa não é porque...

Se nós tivermos a quebra do sigilo, é claro que vamos ouvir todos eles. Certo? Mas não podemos fazer agora isso, porque seria quebrar segredo de Justiça, que é algo fundamental no caso, que deveria ser só para quem é vítima. Ou seja, quem foi acusado de alguma coisa... Mas é assim que a lei determina, e nós temos que cumprir. Certo?

Não foi fazendo discriminação; foi por esse fato. É muito importante que você tivesse colocado essa situação, para que nós pudéssemos dizer que a convocação foi em cima daqueles que já tinham o seu segredo de Justiça, por seu advogado e por eles próprios, revelado para a sociedade, através de *habeas corpus*.

Então, o José Augusto teria algo a falar? Estamos agora nas despedidas.
(Risos.)



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Quero aproveitar aqui para agradecer a todos os que contribuíram: à Casa; ao Presidente da Casa; às Deputadas e aos Deputados aqui da terra que compareceram; ao pessoal do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Polícia Civil e Militar; e a todos, inclusive aos que vieram; aos advogados; às próprias pessoas que foram interrogadas por esta Comissão.

E quero dizer que este é o trabalho nosso aqui por todo Brasil e que vamos vai até o fim. Temos certeza de que o nosso relatório final vai contribuir muito para que mudemos essa página negra por que hoje o nosso País vem passando. E quem sabe não é só o País, é o mundo inteiro que está vivendo esses problemas do tráfico de pessoas, de crianças, de jovens, de órgãos. É tanta coisa, não é?

Mas é isso, Sr. Presidente. Eu só tenho a agradecer. Pena que nós já vamos amanhã, não é? Estamos chegando nas Capitais, é a primeira vez que eu venho aqui, mas não tenho o que ver na cidade. Já no outro dia, nós viajamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Mas, Deputado, é o seguinte: nós descobrimos que essa praça aí é uma praça de todos os Poderes: o Poder Judiciário, que embora tenha ido para um lugar, mas tem ainda um prédio aí; o Poder Executivo lá; e o Legislativo aqui...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É a Praça dos Três Poderes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Não, é dos cinco poderes, tem o comércio, que é o poder econômico, e tem a praça que é o do povo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Mas falta outro. Tem alguma emissora também? Há outro poder, que é a comunicação. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E tem a igreja também aí, bem pertinho também. *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Tem uma emissora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Tem emissora, também? Então, tem todos os poderes realmente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Nós queremos agradecer à direção da Assembleia; ao Presidente; aos servidores; à Sheila e à Olívia, que nos



trataram assim; ao Neto também; ao pessoal que veio lá da Comissão, e registrar também a presença.

E quero dizer o seguinte: ontem, durante a minha vinda para cá, eu conheci uma pessoa que trabalha com coleta seletiva, com economia solidária, que é o Sr. Edivaldo. Ele trabalha aqui, fazendo um trabalho excelente lá, cuidando das pessoas doentes, também da questão de trabalhar artesanato, também usando dos seringais que existem e colocando isso aqui. E ele está ali, eu quero registrar a sua presença ali. E ele prometeu trazer uma bola ecológica aqui — está aí, para mostrar. Esteve em Brasília agora, e ontem nós conversamos o tempo todo, não dormimos hora nenhuma, porque a conversa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Sr. Presidente, esqueci de agradecer também ao pessoal das organizações; das ONGs; das organizações sociais que compareceram para prestar também o seu testemunho aqui e que contribuíram muito com a nossa CPI. Enfim, a todos que vieram aqui, para dar sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza, Deputado.

Então, nada mais havendo a tratar, encerramos esta audiência pública. E, como disse o Deputado Jordy, a partir das investigações, podemos retornar a esse Estado para realizar algumas diligências que sejam importantes.

E pedir a todos aqueles, principalmente aos defensores públicos, ao Ministério Público, também aos Deputados aqui: qualquer contribuição para que nós possamos melhorar nossa legislação será bem-vinda.

Nós vamos fazer um grande seminário no final da nossa CPI, para que nós possamos apresentar para a sociedade uma forma de coibir e de dar instrumentos para que efetivamente nós possamos dar um basta a essa situação.

Então, muito obrigado e um abraço para todos. Que Deus nos proteja, que Ele nos ilumine, que Ele nos fortaleça, porque, sem Ele, a gente não é nada.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Sr. Presidente, quero aproveitar para agradecer a toda a CPI, agradecer aos meus colegas, que são vocês na Câmara Federal, por terem aceitado esse convite para estarem aqui conosco, contribuindo com o nosso Estado, com as pessoas que aqui fizeram os seus depoimentos. Quero



agradecer ao Presidente desta Casa; aos funcionários; ao Vice-Presidente, que está aqui, o Deputado Moisés; ao Líder do Governo, Dr. Walter; enfim, às minhas duas amigas Deputadas Estaduais; à Defensoria Pública; e a todos os órgãos que, de uma forma direta ou indireta, se fizeram presentes, na tentativa de nos ajudar, nos auxiliar.

E fica o nosso registro à imprensa também, que passou este dia todo à disposição desta CPI, ao nosso Cacá, que nos deu aqui um *cappuccino* bem gostoso.

Minhas senhoras e meus senhores, muito obrigada por estarem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E o nosso Cacá, que não deixou faltar água nem café.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - É, eu já frisei exatamente isso. A todos os servidores desta Casa, e principalmente por vocês estarem aqui no nosso Estado. Muito obrigada.

Eu quero aproveitar para convidá-los para irem aqui conhecer o Centro de Recuperação de Dependentes Químicos, Unidade Delegado Lucimar Lucena Ramos, que fica aqui no centro, praticamente, da cidade de Rio Branco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Queria também aproveitar a oportunidade para lhe convidar, como todos aqui, para conhecer Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe.

Eu falei agora, numa emissora de televisão aqui, que aqui, nesta terra, quando eu falei hoje, com certeza, milhares de pessoas me reconheceram. Eu sou de Santa Cruz do Capibaribe, da terra das confecções. E lá, semanalmente, nós recebemos 30 mil pessoas de todo Brasil. E só daqui do Pará, devem ir uma base de 30 a 40 ônibus lotados de sacoleiras e compradores.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Na primeira oportunidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Quero lhe convidar e aos demais para conhecerem essa cidade.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Eu aceito o convite. Já está aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - E ele descobriu que tem muitos Maias aqui. Ele é Maia...



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - É, tem muito Maia. Há tanto Maia aqui. *(Riso.)*

Obrigado a todos.